



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 029

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 1986

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 47ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE ABRIL DE 1986

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA** — Apoio ao Decreto Presidencial que estabelece o Plano de Estabilização Econômica, objeto da Ordem do Dia da presente sessão.

**DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL** — Protesto contra nota do Colégio de Vice-Líderes do PMDB, divulgada pelo jornal *Correio Braziliense*, solicitando que os órgãos de Imprensa divulguem os nomes dos parlamentares da bancada ausentes durante os períodos de “esforço concentrado”.

**DEPUTADO JOSÉ GENOINO** — Nota da direção do Partido dos Trabalhadores sobre a agressão praticada pelo Governo dos Estados Unidos da América contra o território da Líbia. Nota da Comissão Política da Comissão Executiva Nacional do PT, de condenação pelo ato criminoso praticado contra agência do Banco do Brasil, por militantes do partido.

**DEPUTADO PAULO LUSTOSA** — Considerações sobre a matéria objeto da Ordem do Dia da presente sessão.

**DEPUTADO GILTON GARCIA** — Obstrução que estaria sendo praticada pelo PT e pelo PDT, contra a aprovação da matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

**DEPUTADO OSVALDO MELO** — Artigo do jornalista João Emílio Falcão, publicado no jornal *Correio Braziliense*, sob título, “Milícias e assaltantes”.

**DEPUTADO JOÃO GILBERTO** — Indefinição das regras que irão regulamentar o pleito de 15 de novembro próximo.

**DEPUTADO CARDOSO ALVES** — Críticas ao Estatuto do Partido dos Trabalhadores.

**DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS** — Posição de S. Ex<sup>a</sup> em favor da aprovação do Plano de Estabilização Econômica do Governo. Necrológio do ex-Senador Milton Trindade.

**DEPUTADO DENISAR ARNEIRO** — Defesa da redução do preço do óleo diesel.

**DEPUTADO JOÃO MARQUES** — Observações sobre a nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a agressão praticada pelo Governo norte-americano contra a Líbia.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 4/86-CN, que aprova os textos dos Decretos-leis nºs 2.283, de 27-2-86, que dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do Seguro-Desemprego e dá outras providências; e 2.284, de 10 de março de 1986, que mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o Seguro-Desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação. **Aprovado**, após usarem da palavra no encaminhamento da votação os Srs. Eduardo Matarazzo Suplicy, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Irma Passoni, Celso Peçanha, Gastone Righi, Alberto Goldman, Matheus Schmidt e Egídio Ferreira Lima, tendo feito declaração de voto os Srs. Irma Passoni, Eduardo Matarazzo Suplicy, José Genoíno, Djalma Bom, Matheus Schmidt, Nelson Marchesan, Siqueira Campos, Nelson do Carmo, Cunha Bueno e Osvaldo Lima Filho. À promulgação.

##### 1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

#### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATA DA 48ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE ABRIL DE 1986

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO RAYMUNDO ASFORA** — Apelo em favor da reabertura dos restaurantes da Universidade Federal da Paraíba.

**DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUP LICY** — Reivindicações de mulheres agricultoras.

**DEPUTADO JORGE CARONE** — Apreciação de anteprojeto apresentado pelo Deputado Cunha Bueno à CPI que examina atividades do Sistema Bancário Financeiro Nacional, propondo a reformulação das operações de seguro.

**DEPUTADO JOSÉ FREJAT** — Ação belicista do Governo Ronald Reagan contra a Líbia.

**DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR** — Correspondência endereçada por S. Ex<sup>a</sup> ao Ministro Paulo Brossard, da Justiça, sugerindo a criação de colônias agrícolas e agroindustriais, destinadas à população carcerária, objetivando o fim da violência nas prisões.

##### 2.2.2 — Questão de Ordem

Levantada pelo Sr. Cunha Bueno e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

##### 2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

#### 2.3 — ENCERRAMENTO

#### 3 — ATAS DE COMISSÕES MISTAS

## EXPEDIENTE

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

**JOSÉ LUCENA DANTAS**

Diretor Executivo

**JOÃO DE MORAIS SILVA**

Diretor Administrativo

**MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA**

Diretor Industrial

**PEDRO ALVES RIBEIRO**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual ..... Cz\$ 92,00

Semestral ..... Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

## Ata da 47ª Sessão Conjunta, em 16 de abril de 1986

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Fragelli e Enéas Faria*

#### ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvidio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Alércio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PMDB.

##### Amazonas

Antônio Cunha — PMDB; Arlindo Porto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

##### Rondônia

Assis Canuto — PMDB; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

##### Maranhão

Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Victor Trovão — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

##### Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Freitas Neto — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; Jónathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PFL.

##### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Vingt Rosado — PMDB; Wanderley Mariz — PDS.

##### Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Juracy Palhano — PFL; Octacílio Queiroz — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB.

##### Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Ar-

raes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PFL; Ricardo Fiuza — PFL; Roberto Freire — PCB; Sergio Murilo — PMDB.

##### Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Geraldo Bulhões — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Sérgio Moreira — PMDB.

##### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

##### Bahia

Afrísio Vieira Lima — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PFL; Elquisson Soares — PDT; Etelvir Dantas — PFL; Felix Mendonça — PTB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

##### Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

##### Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PFL; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Dêlio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB;

José Eudes — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PFL; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Saranago Pinheiro — PDS; Sebastião Nery — PMDB; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Caneado — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

#### São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Covas — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólim Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

#### Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; José Amando — PMDB; Maçao Tadano — PFL; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PFL; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sergio Cruz — PDT; Ubaldo Barém — PDS.

#### Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PDT; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PFL; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Victor Faccioni — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

#### Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 279 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

**O Sr. Matheus Schmidt** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Sr. Deputado Matheus Schmidt.

**O SR. MATHEUS SCHMIDT** (PDT — RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A sessão do Congresso Nacional foi convocada para as 10:00 hs, com matéria definida na pauta. O relógio agora está marcando 10:00 horas e 20 minutos.

Eu indagaria a V. Ex<sup>a</sup> quais os motivos, que acredito sejam relevantes, que levaram a Mesa a só abrir o trabalho 20 minutos depois da hora aprazada.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — A Mesa louva o zelo de V. Ex<sup>a</sup> pelo cumprimento dos dispositivos regimentais.

“Art. 29.

§ 1º Não havendo número, o Presidente, aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quorum, decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará”.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Votamos hoje o pacote econômico, o Programa de Estabilização Econômica do Governo, e assumimos perante a Nação uma grande responsabilidade. Esta Casa está debaixo dos olhos e do julgamento da Nação.

Temos que dar uma prova maiúscula da nossa responsabilidade, enquanto legisladores e enquanto representantes da população. Haveremos hoje de aprovar o pacote econômico do Governo, porque agindo assim não estaremos sendo mais do que simples extensão da vontade popular. Em outras palavras, isso significa dizer que o povo brasileiro já debateu; já discutiu, já analisou, já avaliou, já concluiu e já decidiu aprovar o Programa de Estabilização Econômica. Cabe-nos, agora, como mero instrumento, como simples extensão, como braço legislativo da vontade popular, responder afirmativamente, aprovando o plano de inflação zero, que estabiliza a economia e que gera condições objetivas para um enorme e efetivo avanço da classe trabalhadora neste País.

Tem-se discutido, nestes dias, a presença de parlamentares em plenário, e isto tem sido objeto, inclusive, de reportagem jornalística. Não posso deixar de ser o testemunho da diligência, da operosidade e da atuação da maioria dos parlamentares desta Casa em todos os partidos políticos.

Seria, absolutamente aéreo se dissesse que são apenas meia dúzia, ou uma parte minoritária, aqueles que trabalham e atuam neste Congresso Nacional. É verdade que estamos multipolarizados, há uma multiplicidade enorme de tarefas, de afazeres, de responsabilidades e de incumbências que recaem sobre o parlamentar. Agora mesmo, quando me dirigia para cá, um parlamentar desta Casa saía em direção aos Ministérios, convocado por um grupo de prefeitos para resolver um problema de abertura de estradas num município do interior deste País.

Na verdade, Sr. presidente e Srs. Congressistas, a extrema concentração de poder faz com que os parlamentares tenham-se transformado em verdadeiros despachantes de interesses coletivos, às vezes, e individuais, outras vezes; somos militantes dos corredores e das antessalas dos Ministérios, o que muitas vezes nos toma espaço e tempo da atividade parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria. Fazendo soar a campanha.) — Sr. Deputado, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já esgotou, e a Mesa pede que conclua.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** — Para concluir, Sr. Presidente, entendo que, somente quando empreendermos uma profunda reforma administrativa e tributária, com a descentralização do poder, e que retire do parlamentar essa tarefa, essa missão de despachante de interesses regionais, é que, então, poderemos ser liberados para a plena, intensa e permanente atividade de plenário, atividade parlamentar.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> Sr. Presidente, a tolerância do tempo concedido. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

**O SR. DEL BOSCO AMARAL** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Eu ia falar, nesta sessão, sobre obras prioritárias do Porto de Santos. Mas em face de uma desastrosa e desastrosa nota atribuída ao Colégio de Líderes do meu Partido, quero me dirigir ao Líder, Deputado Pimenta da Veiga, pedindo a S. Ex<sup>a</sup> que analise a nota, que está no *Correio Braziliense*. Quando o colégio de vice-Líderes, ou de Líderes, resolveu pedir à imprensa que publique os nomes dos peemedebistas faltosos às sessões?

Se este fato ocorreu, Líder Deputado Pimenta da Veiga, a primeira coisa que V. Ex<sup>a</sup> tem a fazer é demitir os vice-Líderes que têm faltado às sessões. O primeiro que deve comparecer a todas as sessões, não pelos privilégios, mas pelos encargos que tem na vice-liderança é o próprio Vice-Líder.

Esta nota é inoportuna, ela é insultuosa e é impraticável. Não se pode permitir que alguns, querendo tripudiar sobre seus colegas, venham, em nome do Colégio de Líderes, fazer essa sugestão. Não acredito que possa ter

sido uma decisão unânime, e o Líder Pimenta da Veiga, bem como os Líderes mais moderados em questão de apetite de chegar à imprensa, vão, acredito, policiar aqueles que estão em desespero para serem notícia e que fazem a notícia à custa do Congresso Nacional e à custa dos seus próprios colegas. Não aceito esse tipo de advertência. Sou maior de idade, eleitor, vacinado e com vários mandatos, que justificam minha atividade parlamentar. Já basta o que o Congresso sofre, não é preciso que algum desastrado do Colégio de vice-Líderes venha colocar o PMDB nesta posição desconfortável.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Nesta breve comunicação, na sessão do Congresso Nacional que vai discutir o pacote, eu gostaria de registrar que no Estado de São Paulo existe, hoje, uma das greves mais importantes, que é a greve dos trabalhadores nas indústrias de sapatos de Franca. Estão eles num processo grevista, exatamente porque o pacote representou o confisco de um terço dos seus salários, que já estavam acordados.

É necessário que se manifestem, e insistimos aqui, arrolando todos os argumentos que já apresentamos sobre o posicionamento nosso em relação ao pacote, que setores, que camadas, que categorias de trabalhadores já estão sentindo na própria pele, na própria situação, o confisco salarial que representou o pacote. Por outro lado, já começam a surgir reclamações de outros setores mais amplos sobre fatos e sobre falhas do pacote econômico.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de solicitar o registro nos Anais, da nota oficial da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores sobre O ataque imperialista à Líbia e, também, da nota oficial da Comissão Política da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, de condenação à aventura; à irresponsabilidade política e ao ato provocativo verificado em Salvador. Esta é a posição unânime de todos que fazem parte do Partido dos Trabalhadores, o que está materializado na nota oficial.

Neste momento, queremos aqui registrar o nosso respeito aos outros partidos e às outras lideranças que têm discutido este fato sem procurar fazer provocações e jogar lama no Partido dos Trabalhadores, e, ao mesmo tempo, rechaçar aqueles que querem, com este fato, pescar em águas turvas e tentar atacar e denegrir a nossa imagem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**"DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO EM SEU DISCURSO".**

#### Partidos dos Trabalhadores — PT

##### NOTA OFICIAL

A Comissão Política da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, em reunião ampliada hoje realizada em São Paulo, debateu os fatos relacionados com o assalto ao banco ocorrido no dia 11, em Salvador, e tomou a seguinte deliberação:

1. A Comissão Política manifesta-se unanimemente pela expulsão dos filiados ao PT e que estão implicados no ocorrido, e inicia, imediatamente, o processo disciplinar correspondente, com base nos Estatutos do Partido.

2. A CP reitera a sua posição inicial, já divulgada à opinião pública em nota oficial emitida no próprio dia 11: repúdio veemente e total a ações desse tipo, que considera inteiramente condenáveis, e que não fazem parte do programa, das resoluções, dos métodos ou da prática do Partido.

3. A CP prossegue na tarefa, iniciada já desde o dia 11, de recolher mais informações dos organismos partidários; bem como acompanhará os desdobramentos do caso e o pronunciamento da Justiça.

4. Nesse sentido, e ao mesmo tempo em que não hesitou em condenar o tipo de ação ocorrida na Bahia, o PT, igualmente, quer deixar bem claro que não vacilará em denunciar à opinião pública quaisquer tentativas de volta ao terror de Estado que caracterizou os anos de regime militar, com seu rosário de prisões ilegais, torturas, assassinatos e desrespeito aos direitos humanos — práti-

cas arbitrárias às quais desde já opõe o seu mais veemente repúdio.

5. A CP também torna a manifestar-se no sentido de que não se descarta a hipótese de estar a sociedade brasileira diante da ação de agentes provocadores. Fatos e ações desse tipo só beneficiam, no plano nacional, as forças que se opõem, ao crescimento dos instrumentos de organização da classe trabalhadora — em particular do PT — e, no plano internacional, os interesses que combatem as lutas dos povos do Terceiro Mundo pela sua libertação.

6. Assim, a CP manifesta a sua convicção de que, apesar do ocorrido e da indevida utilização que dele querem fazer os seus adversários, o PT continuará crescendo e se fortalecendo, como partido de massas, amplo e aberto, com programa e práticas transparentes, pelas conquistas democráticas que todo o povo almeja, e pela transformação do Brasil numa sociedade justa, sem explorados nem exploradores. Na mesma linha, o PT continuará prestando a sua ativa solidariedade a todos os povos que lutam pela sua autodeterminação, e em particular ao da Nicarágua.

São Paulo, 14 de abril de 1986. — Comissão Política da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

##### NOTA OFICIAL SOBRE ATAQUE À LÍBIA

A direção do Partido dos Trabalhadores vem publicamente protestar contra a decisão do Governo dos EUA de bombardear Trípoli e outras cidades da Líbia. Esse ato criminoso e covarde de guerra não-declarada, decidido e executado por Reagan, não encontra respaldo nem nos princípios de Direito Internacional, nem de Justiça e nem de Democracia, que o Governo norte-americano diz seguir e defender. Trata-se, pura e simplesmente, de terrorismo de Estado, ordenado e executado pelo Governo de uma grande potência, tão ou mais grave quanto aqueles de que o próprio Reagan acusa os líbios.

Independentemente do julgamento que se possa fazer sobre o regime de Kadafi ou sobre a política internacional do Governo da Líbia, o bombardeio de cidades líbias por aviões militares norte-americanos, auxiliados pela cumplicidade de outras países que lhes serviram de base, deve merecer o repúdio de todos quantos se empenham em encontrar soluções pacíficas para os conflitos internacionais, da mesma forma que também devem ser repudiados os atos de violência ilegítimos.

A histórica e agressiva política expansionista do imperialismo norte-americano, principalmente na gestão Reagan, não se restringe ao ato isolado do bombardeio das cidades líbias. Há muito tempo que o imperialismo norte-americano tem procurado estender seu domínio bélico a países da África e do Oriente Médio para defender seus interesses econômicos. Nós, que vivemos na América Latina, sabemos muito bem como a Administração Reagan tenta, a todo custo, armar situações traumáticas e fatos consumados que o levem a "justificar" ataques armados e invasões em países que lutam por sua autodeterminação, por sua independência política e econômica e por profundas transformações em suas estruturas sociais.

Além de constituir, portanto, um desrespeito e uma covardia contra a Líbia, o bombardeio norte-americano também significa uma profunda irresponsabilidade, uma vez que esse ato de agressão poderá provocar um conflito armado internacional de maiores proporções.

Assim, por todos os títulos, o Partido dos Trabalhadores reitera formalmente seu veemente protesto contra a ação bélica de Reagan.

São Paulo, 15 de abril de 1986. — Luís Inácio Lula da Silva, Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

**O SR. PAULO LUSTOSA** (PFL — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nada tão estranho e lamentável para o Congresso Nacional do que verificar que a mais importante reforma econômica realizada no País até hoje enfrente dois grandes embaraços para a sua aprovação. De um lado, a obs-

trução sistemática do PDS, do PT e do PDT ao decreto-lei, justificada apenas em argumentos que a realidade objetiva, a já manifesta sanção de apoio da sociedade e o próprio êxito da medida, tornaram esses improcedentes e inaceitáveis. Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é profundamente lamentável verificar uma certa incapacidade dos partidos majoritários, do meu Partido e do PMDB, de garantirem o **quorum** necessário à rápida aprovação da medida, sem que ela venha a ser feita por decurso de prazo, figura regimental que os novos tempos deveriam ter tornado em desuso.

Os argumentos — e aqui faço uma ressalva — do PDT e do PT, para a obstrução, não correspondem efetivamente a argumentos palpáveis e ponderáveis. Senão vejamos: o argumento de que a medida veio por decreto-lei, que seria uma agressão à decisão livre e soberana deste Congresso Nacional, não é procedente no caso em pauta, porque, no passado, medidas econômicas de maior profundidade, quando foram feitas através de projetos de lei, necessariamente mostraram a sua ineficácia, ou quando foram anunciadas antecipadamente por instrumentos de uso e garantia de privilégio de alguns poucos, estimularam movimentos especulativos à custa dos recursos públicos. Em segundo lugar, a colocação de que não houve discussão da matéria é totalmente falsa na proporção em que nunca uma sociedade discutiu tanto e tão intensamente e nunca os órgãos de comunicação se valeram tanto de todos os seus instrumentos, de todos os seus analistas para, numa colocação didática, envolver toda a sociedade nesta proposta. Por outro lado, se os argumentos são relacionados às críticas ao pacote, não resta a menor dúvida de que medida de tanta profundidade necessariamente poderia mostrar imperfeições quando da sua implementação. As questões relacionadas a essas próprias limitações do pacote já são objeto de aperfeiçoamento por parte do próprio Governo Federal e, cremos nós, diante da representatividade e da legitimidade do apoio quase unânime da sociedade, da sua sanção ao pacote na sua estratégia global, bem como o fato de que em apenas em um mês já mostrou resultados bastante objetivos para a sociedade brasileira, necessariamente as propostas dos partidos que hoje obstruem deveriam ser no sentido de estabelecer subsídios e novos compromissos para melhorar a qualidade da mudança e fazer com que esses subsídios viessem a ser incorporados em novas alterações. Não se pede aqui a unanimidade do aplauso, não se admite a euforia inusitada em torno da medida, mas também não se admite que a sociedade assista impassível que o Congresso Nacional seja incapaz de se reunir e os pequenos partidos são capazes de negar aquilo que a sociedade legitimamente sancionou.

Ora, mais importante do que esta discussão estéril, que põe, talvez, em descrédito a própria Casa do Congresso Nacional, seria aqui a apresentação de um conjunto coerente de propostas, não de caráter político e eleitoral, mas efetivo, no sentido de sua viabilidade prática para garantir a construção desse projeto de estabilidade econômica e assentar as novas propostas, quais sejam aquelas de reformulação da estrutura econômica social do País. Sobre essa estabilidade econômica é que poderemos plantar uma ampla proposta de reforma do Estado brasileiro, extremamente opressor sobre o cidadão; uma ampla redistribuição de renda a nível nacional, com aperfeiçoamento da reforma agrária, com aperfeiçoamento da reforma urbana e com uma série de mecanismos de ampliação dos espaços aos segmentos marginalizados; uma ampla proposta de renegociação da dívida externa brasileira e um efetivo pacote para atender os interesses do Nordeste brasileiro. Além destes aspectos, não resta a menor dúvida que seria fundamental aqui propor uma coisa sincera e objetiva em termos dos salários reais, para garantia dos salários reais e no sentido de garantir a objetiva concepção de uma proposta de abastecimento alimentar, uma proposta sincera no que diz respeito a aluguéis e a transportes coletivos, bem como a superação de pontos de estrangulamento. Dentro desta concepção estaríamos mais acreditados e respeitados perante a sociedade, estaríamos mais afeitos ao novo perfil de reivindicações e aspirações do eleitorado brasileiro. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilton Garcia.

**O SR. GILTON GARCIA (PDS — SE.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaria de usar da palavra nesta sessão do Congresso Nacional, primeiro para dizer ao Deputado Paulo Lustosa, meu antecessor, que a obstrução feita neste Plenário jamais foi aceita pelo PDS, porque se verifica que o povo brasileiro está atônito e perplexo pela ausência de uma decisão do Congresso Nacional sobre o decreto-lei que trata da reforma econômica brasileira.

O mais importante é que a Nação saiba que a Aliança Democrática, que é amplamente majoritária nesta Casa, infelizmente não tem dado **quorum** para que o Presidente José Sarney possa, de fato e de direito, dar à Nação o testemunho da sua vocação democrática e, mais do que isto, dar o testemunho da seriedade que Sua Excelência tem imprimido ao seu Governo, indo de encontro aos anseios do povo.

Temos, dados, Sr. Presidente, de que o PMDB, somado ao PFL — o primeiro com 214 Deputados e o segundo com 122 —, representam 336 Parlamentares nesta Casa, quase que 2/3, que aliados à boa vontade e a expressiva maioria do PDS, aprovaria o Plano de Estabilização Econômica do Governo. Estamos sentindo que tem faltado, tanto ao PFL como ao PMDB, a mobilização necessária para ir ao encontro dos anseios do povo brasileiro.

Quero acrescentar, Sr. Presidente, que a obstrução nesta Casa tem sido feita somente pelo PDT, atendendo a interesses políticos do Governador Leonel Brizola, e pelo PT que, numa ação sectária e radical, tem se posicionado contra os interesses do trabalhador brasileiro, tem tomado uma posição que causa espanto, que ocasiona um enorme vazio dentro do seu programa doutrinário e político que tem sido exposto, aqui, nesta Casa. Por isto, Sr. Presidente, as minhas palavras são justamente para estranhar que o Congresso Nacional, diante da votação de um decreto-lei de extrema gravidade, de extrema importância, tenha se mostrado insensível aos apelos e aos anseios do povo brasileiro. A Nação espera que, no dia de hoje, o Congresso Nacional tome uma decisão sobre o pacote do Governo, sobre o pacote que prevê a estabilização econômica.

A Nação espera que o Congresso Nacional, com o apoio de todos os Partidos, sem o sectarismo do PT, sem a intransigência do PDT, a Nação brasileira espera que o Congresso Nacional apoie a medida corajosa e patriótica do Presidente José Sarney. Estou aqui para dar o meu aval, o meu testemunho, o meu apoio a esse Plano de Estabilização Econômica e responsabilizar o PT e o PDT por este atraso na deliberação do Congresso Nacional. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

**O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores:

No *Correio Braziliense* de hoje o jornalista João Emílio Falcão, com a responsabilidade de profissional honrado e competente, faz uma denúncia muito grave a respeito do desvio de recursos da Prefeitura de Diadema, Município de São Paulo, para ajudar o governo sandinista da Nicarágua.

A denúncia merece o registro, nos Anais desta Casa, para comprovar até onde pode ir o fanatismo político e a posição radical de um prefeito que deveria muito mais cuidar dos interesses de seus municípios e não desviar recursos dos contribuintes para manifestações de caráter político-ideológico.

Eis o texto da matéria:

#### MILÍCIAS E ASSALTANTES

A Câmara Municipal de Diadema (São Paulo) aprovou proposta do Prefeito Gilson Menezes, do PT, de abertura de crédito especial de Cz\$ 2 mil para ajudar o Governo da Nicarágua. O vereador Jorge, Chedid, do PMDB, observou que em Diadema havia "várias Nicaráguas" precisando de apoio. Cerca de um terço da população do município é favelada e há 82,6 óbitos por mil nascimentos, percentual superior à média nacional.

Acha o Prefeito Menezes que como o orçamento do município é de Cz\$ 310 milhões, Cz\$ 2 mil não

fariam falta. Seria mais o gesto, a solidariedade, do que a ajuda material. O prefeito do PT deixa, à distância, uma triste impressão de sua capacidade administrativa. Com recursos deste nível a Prefeitura teria de apresentar melhores resultados, em vez de exibir indicadores inferiores à média nacional, o que, parece, não o preocupa.

Suponhamos que os Cz\$ 2 mil fossem úteis na defesa de uma só das 82 crianças que morrem em mil das que nascem em Diadema. Seria justo que ela morresse para que o prefeito demonstrasse à Nicarágua sua solidariedade ideológica? É evidente que a Prefeitura necessita de dinheiro e de muito mais, porque não se pode admitir que deixe propositalmente um terço da população do município vivendo em precárias condições. Ou que, indiferente, abandone à morte tantas crianças.

Os dados indicam que o vereador Chedid tem absoluta razão e existem em Diadema várias Nicaráguas, que pagam, com seus impostos, os salários dos funcionários da Prefeitura e do próprio Menezes. O povo os sustenta e tem o direito de ser ouvido. E não se pode esperar que prefiram viver mal ou que os filhos morram para auxiliar o desenvolvimento da Nicarágua, um país com o qual nunca tivemos maior relacionamento. Nem sequer é fronteiro.

A esquerda brasileira, porém, resolveu fazer da Nicarágua a sua nova pátria. Há dezenas de jovens que, preocupados com a miséria nicaraguense, resolveram dar sua contribuição na colheita do café. Nenhum deles tem o mesmo interesse para aumentar nossa produção agrícola. Quando, há alguns anos, falou-se na prestação de serviços no interior para os concluintes de cursos universitários o protesto foi imediato: o Estado autoritário pretendia explorar os estudantes tirando-lhes a liberdade de escolher onde trabalhar. Essa deformação atingiu o Projeto Rondon, uma magnífica idéia, atrofiando sua ação, até pouco tempo.

O assalto à agência do Banco do Brasil em Salvador é uma consequência dessa pregação, que procura fazer de Cuba uma "ilha da fantasia", a pátria da liberdade, igualdade e fraternidade. Não é lógico acreditar que a direção do PT tenha qualquer envolvimento nesse roubo porque seria muito primário de sua parte, mas é nítida a influência da doutrina da "expropriação" com que pretende justificar até mesmo a tomada do poder pelas armas.

O comportamento do prefeito de Diadema, dos jovens que vão colher café na Nicarágua — admitindo que seja apenas isto — e dos assaltantes de Salvador, têm um vínculo comum, lamentável: para eles, os princípios ideológicos são superiores aos problemas nacionais. Está claro que têm muito pouco a contribuir no processo de restauração democrática. Afinal o conceito de liberdade deles é a da submissão, como aconteceu em Fortaleza recentemente, onde a milícia do PT espancou estudantes irritados com a ação da Prefeita Maria Luíza.

**José Emílio Falcão**

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Gilberto.

**JOÃO GILBERTO (PMDB — RS.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desejo aproveitar este momento de tão grande importância em que o Congresso Nacional se reúne para votar a ratificação ou não do conjunto de medidas que formam o Plano de Estabilização Econômica do País, para fazer um apelo aos Srs. Congressistas. Estamos a dez meses de uma importantíssima eleição no País, eleição da Assembleia Nacional Constituinte, eleição de todos os governadores de Estado e eleição para todas as Assembleias Legislativas Estaduais, que serão as constituintes de cada uma das Unidades da Federação. No entanto, estamos, neste exato momento, ainda sem definição das regras pelas quais vai se orientar o processo eleitoral brasileiro.

Há um vazio enorme, há uma série de questões por decidir e estamos, a cada dia que passa, demonstrando uma

crescente incapacidade de entendimento entre os partidos, de entendimento entre as Casas, para chegarmos às regras corretas, às regras democráticas que devem presidir o pleito pela qual a Nação vai eleger a sua Constituinte.

Meu apelo é para que os Líderes de todos os partidos, no Senado e na Câmara, acelerem os entendimentos para que cheguemos a um projeto de regulamentação dessas eleições que honra o processo de abertura, o processo de democratização deste País, o processo constituinte da Nação brasileira.

Desejo abordar, também, uma questão específica em discussão, de como será distribuído o tempo de propaganda gratuita pelo rádio e pela televisão. Desejo expressar a minha opinião clara, tranquila mas severa de que a distribuição desse tempo, de forma absolutamente proporcional às bancadas na Câmara, significa uma tentativa de congelar um quadro partidário real, que não corresponde às bases sociais, que não corresponde às necessidades do processo constituinte e trará danos à manifestação da vontade soberana do povo. Correrá o risco de deturpar a manifestação da vontade soberana do povo no processo eleitoral.

Acertadamente, a Comissão Interpartidária da qual fui Relator no ano passado, com todos os partidos, num processo de negociação, propôs o critério que, no ano passado mesmo foi usado para eleição municipal: metade do tempo dividido em partes iguais entre todos os partidos que tenham candidatos, metade do tempo dividido, proporcionalmente, às bancadas na Câmara dos Deputados. Este é um critério que, embora não igualitário, é justo, correto, que parte do mínimo de igualdade e que proporciona às maiores bancadas um tempo maior do que o das menores bancadas. Todavia, a proporção absoluta que alguns querem agora aplicar ao tempo de propaganda gratuita, causará danos, será uma tentativa de congelar um quadro real e trará prejuízos enormes, insanáveis, ao processo eleitoral brasileiro.

Meu apelo, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, encerrando, é para que, rapidamente, cheguemos a um acordo sobre as regras do jogo, a fim de que sejam regras democráticas e, depois, dentro da democracia das regras, cada qual tente ganhar o jogo. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Enéas Farias)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso Alves.

**O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nós, infelizmente, temos que correr o risco de sermos empurrados, pela esquerda, para a direita. Todo cidadão que se coloca contra a extrema-esquerda no Brasil é, prontamente, empurrado por ela e seus companheiros para a direita, mas é um risco que temos que correr, porque cada cidadão é obrigado a exercer o cargo público que lhe foi atribuído, sob a rígida vigilância da sua própria consciência e com base na verdade, que é o fundamento, a inspiração única e a razão de ser do regime democrático.

No regime totalitário, o embuste, a mentira, a tapeação fazem parte da vitória do príncipe. Na democracia, não. A verdade, a transparência, a lucidez são fundamentais para a sobrevivência do regime. Faço este pequeno "nariz-de-cera" para prevenir a patrulha de que eu não tenho medo.

Há questão de uns seis ou sete meses, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, pedi ao nobre Deputado José Genoino que me oferecesse o Estatuto do Partido dos Trabalhadores. S. Ex<sup>a</sup>, prontamente, ofereceu-me esse Estatuto. Debrucei-me sobre ele, sobre os seus princípios, sobre o seu programa, sobre a sua inspiração, sobre os seus fundamentos e, desde então, passei a dizer na televisão de São Paulo, em todos os programas em que o assunto aflorava, que o partido dos Trabalhadores é um Partido revolucionário, que pretende a luta de classe, pretende a ditadura do proletariado, pretende o domínio da classe obreira sobre todas as outras classes sociais. É o partido que insere a cunha da discórdia, da luta, do desentendimento, da guerra, no seio da sociedade pacífica, tranqüila, historicamente paciente, cordata e cordial da sociedade brasileira.



Pois bem, Sr. Presidente, o episódio de São José dos Campos demonstra isto, a violência dos grevistas contra os próprios companheiros; os episódios que vêm ocorrendo no Ceará, também demonstram insisto. E, agora, ultimamente, o brutal episódio do assalto ao banco em Salvador, demonstra isto, inequivocamente. E como eu me sentiria mal, Sr. Presidente, se não viesse aqui dizer que o PT é um *pot-pourri* de extrema esquerda. Ali têm leninistas, marxistas — leninistas trotskistas, os *soi-disand* cristãos radicais, da *libelu*, os da convergência socialista etc, etc.

Mas, o que me choca no PT não é isto. Isto tudo eu até respeito. Eu tenho no Deputado José Genoino uma das figuras mais sérias da Câmara dos Deputados, porque nós todos sabemos o que ele quer. Ele sabe que nós sabemos o que ele quer, ele continua querendo, e ele nunca mentiu que não quer. Mas, eu me pergunto: pode o PT permanecer no bom-mocismo em São Paulo?

O Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy é uma das figuras a quem eu mais quero bem nesta Casa. Banhado de uma certa pureza, de uma certa poética ingênua na sua personalidade, Matarazzo Suplicy descende da melhor família de industriais de São Paulo. É da melhor fonte burguesa da paulicéia, é um fidalgo de nascimento. Todos o conhecem. É candidato do Partido Comunista Revolucionário, denominado PT. Por quê? Por que essa mistificação, essa mentira? “Experimente Suplicy”. Hoje, ele tem sabor morango, amanhã terá sabor abacaxi. (Risos.)

“Experimente Suplicy”. Ele é pasta de dentes, ele é guloseima, ele é bala? O que ele é? Ele é o candidato instrumentalizado pelo partido revolucionário que se chama Partido dos Trabalhadores. E a sociedade paulista não pode ser enganada a esse respeito. Honesto, digno, honrado — amanhã cumprirá com o PT ou trairá o seu partido? São Paulo tem que saber isto: que ele tem compromissos, que terá que cumprir esses compromissos, porque é um homem digno.

Portanto, aqui fica este repto à inteligência paulista e da Câmara dos Deputados. Amanhã, vão dizer que sou da extrema-direita. Sou de centro e contemplo a esquerda, e não tenho medo de gritos, não tenho medo de apertes anti-regimentais. Não tenho medo, não. Sou de centro e quero dizer que a sociedade brasileira tem que saber o que é o Partido dos Trabalhadores. (Muito bem! Palmas.)

**A Sra. Lúcia Viveiros** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra à nobre Sra. Deputada Lúcia Viveiros, para uma questão de ordem.

**A SRA. LÚCIA VIVEIROS** (PDS — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Poucas palavras, somente para dizer que esta Deputada, Lúcia Viveiros, do Pará, votará favorável ao chamado “Pacote Econômico — Inflação Zero”, do Presidente da República, e parabenizar o Presidente pela coragem com que vem enfrentando e executando as reformas que se fazem necessárias para levar o Brasil à grandeza que todos almejamos. No momento em que o Presidente da Nação brasileira executar a punição dos grandes corruptos deste País, como, por exemplo, o Governador do Estado do Pará, entre tantos outros, será sem dúvida, um dos maiores estadistas que o Brasil poderá conhecer.

Outro assunto tráz-no à tribuna, Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

Bom seria se a nossa presença na tribuna fosse, sempre, para externar contentamento, comunicando fatos do agrado desta Casa e do povo brasileiro. Mas o dever nos chama, muitas vezes, a tarefas amargas, às quais não podemos fugir, pois é da natureza da vida que o homem tenha momentos alegres e tristes.

Para que fiquem registradas nos Anais desta Câmara Federal, trago hoje palavras doridas, de pesar pelo falecimento do ex-Senador Milton Trindade, cujo passamento, ocorrido em 12 de janeiro próximo passado, consternou o Estado do Pará. Mais que um simples filho da Terra, o extinto era personalidade de grande envergadura moral e cívica, padrão de honradez, trabalhador incansável, um patriota que prestou grandes serviços ao Estado e ao Brasil.

Milton Blanco de Abruñhosa Trindade, este o seu nome completo, nasceu em Belém, no dia 20 de maio de 1920. Diplomou-se em 1942 pela Escola Técnica de Comércio da Associação Comercial do Pará, estabelecimento do qual veio a ser professor e diretor. Começando como modesto funcionário dos Serviços de Navegação e Administração dos Portos do Pará, mais tarde chegou a delegado da Comissão de Marinha Mercante.

Convidado por Assis Chateaubriand para exercer a Direção Geral das Emissoras e Diários Associados do Pará, em 1962, aceitou o desafio, e tal foi a sua identificação com esse ramo da atividade humana, que não mais deixaria a imprensa até o final da sua vida. No jornalismo, fez escola pelo seu estilo dinâmico, firme, corajoso e digno, que jamais se afastou do equilíbrio e da isenção que marca a personalidade do verdadeiro profissional a serviço dos meios de comunicação.

Jornalista e empresário, Diretor-Geral do jornal **A Província do Pará**, tradicional periódico da imprensa paraense, em 1966 elegeu-se Suplente de Senador. Deslocando-se o titular para assumir o Ministério do Trabalho do Governo Costa e Silva, assumiu Milton Trindade a cadeira de Senador, que ocupou por sete anos seguidos, defendendo os interesses do Estado, ao mesmo tempo em que se impunha ao respeito e à admiração dos seus Pares, pela maneira sóbria, mas sincera e devotada, como exercia o mandato parlamentar.

Aqueles que o conheceram de perto são testemunhas dos hábitos severos que cultivava. Fiel aos seus princípios religiosos, era pouco dado aos prazeres mundanos, mas afeto à prática do bem. Aberto ao diálogo, fez amigos durante toda a sua vida e edificou, com a força do seu exemplo, um modelo de comportamento que certamente contagiou positivamente os seus alunos, os seus amigos e os seus subordinados no trabalho.

Sr. Presidente, com a morte de Milton Trindade perdeu o Pará, e perdeu o Brasil, um dos seus homens mais íntegros, pelo seu valor, pela sua cultura e pela maneira grandiosa como desempenhou, ele, o papel de ser humano comprometido com a Pátria, com a família e com a sociedade.

Mas ficou o modelo de cristão e de brasileiro, que haverá de ser seguido por todos aqueles que, cultuando a sua memória, souberam recolher os seus belos ensinamentos. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

**O SR. DENISAR ARNEIRO** (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não raras vezes, tenho me manifestado desta tribuna à respeito da indiscutível importância do óleo diesel na conjuntura econômico-social de nosso País.

Os problemas que mais afligem nossa população e que tem sido preocupação constante de nosso Governo e desta Casa referem-se à produção e abastecimento de alimentos e o transporte para o nosso povo.

Estas considerações são feitas para demonstrar minha apreensão diante das últimas opiniões publicadas nos diversos órgãos da imprensa, opiniões estas de Ministros e altos funcionários da Administração Federal, que tratam da queda dos preços do petróleo no mercado externo e que, eventualmente, poderiam trazer benefícios para o consumidor brasileiro, com a baixa dos preços no mercado interno.

Gostaríamos, no entanto, de alertar nossas autoridades que, também, os jornais dos últimos dias têm mostrado que o trânsito das grandes cidades sofreram um acentuado congestionamento, o que acreditamos seja um ato decorrente da estabilização dos preços de combustível responsável pelo transporte individual, seja gasolina ou álcool.

Especialistas em matéria econômica, do nível de Joelmir Beting, têm-se preocupado em alertar nossas autoridades para o preponderante papel que tem na economia nacional o óleo diesel. Em um de seus artigos publicado no jornal **O Globo** de 26-2-86 o ilustre comentarista econômico refere-se ao assunto, atentando para a necessidade da baixa de seus preços, já que ele tem um impacto maior sobre o sistema de preços em geral. E destaca dois pontos que consideramos da mais alta relevância, quais sejam: o diesel responde por 31% dos combustíveis quei-

mados no Brasil, contra 11,7% da gasolina e 12,5% do álcool e, o segundo ponto, o mais importante, é que o reajuste do diesel é repassado, automaticamente, para os fretes, tarifas e preços, em forma de cascata, quando o preço da gasolina ou do álcool, em geral, morre no bolso do brasileiro motorizado, sem repasse multiplicador.

Claro está que o óleo diesel deva merecer dos homens que dirigem nosso País um tratamento diferenciado do que é dado ao combustível do transporte individual, visto que aquele é consumido no interesse da coletividade, seja através do transporte coletivo, usado por 90% da população menos favorecida, seja através do transporte de cargas, que transporta cerca de 60% de tudo que se movimenta em nosso País.

Apanhemos, por exemplo, a nossa produção agrícola para avaliarmos nossas assertivas. Para a produção são usadas semeadeiras, colhedoras, tratores, estufas e secadoras, em sua maioria movidas à diesel. O transporte da produção sai da fazenda e chega aos silos da Comissão de Financiamento da Produção, da CIBRAZEM ou mesmo de empresas privadas e daí, para distribuidores e consumidores, através do transporte rodoviário ou ferroviário, dependentes, também, do uso de diesel. E quando esses produtos agrícolas destinam-se à exportação, tão importante para nossa economia, chegam aos portos transportados por caminhões e são levados de nosso País por navios, movidos pelo precioso combustível.

A convicção de que o Exm<sup>o</sup> Ministro das Minas e Energia, com o saber político de que é possuidor e conhecedor dos problemas sociais que afligem a sociedade brasileira, saberá conduzir com os demais Ministros da área econômica uma solução que venha a atender os reais interesses do nosso País.

Já havia terminado de preparar estas considerações quando me deparei com uma notícia no **Jornal de Brasília** de hoje, que, pela sua importância, gostaria de dar conhecimento a esta Casa.

Diz a nota: “A redução dos preços internacionais de petróleo e o aumento da produção interna (mais de 600 mil barris/dia) não terão reflexos no custo da gasolina, mas poderão criar as condições necessárias ao Governo para baixar sensivelmente o preço do óleo diesel, como forma de baratear o frete e estimular o escoamento de produtos — sobretudo agrícolas — em benefício do consumidor.”

A informação é de um Ministro de Estado, que, consultado a respeito, manifestou disposição, dentro do Governo, de lançar mão do barateamento do óleo diesel como medida complementar à nova política de abastecimento prevista no pacote de estabilização da economia. Para ele, a se manter o atual quadro — “A queda do petróleo lá fora foi uma verdadeira sorte para nós”, reforçou — a PETROBRÁS será incentivada a mudar o processo de refinanciamento do petróleo bruto, de forma a produzir mais óleo diesel.

Quanto à gasolina, acrescentou, não se cogita de diminuir o atual preço cobrado por litro, por duas razões: ninguém garante a continuidade da queda do petróleo no mercado externo e preocupa ao Governo um consumo excessivo do produto internamente.

Uma outra medida a ser tomada, segundo disse o Ministro, envolve a interligação dos corredores de produção. Neste contexto, o Governo pretende, pela primeira vez, que grupos privados tomem a iniciativa e assumam, mesmo com riscos, projetos nas áreas rodoviária, ferroviária e marítima. “Vivemos um anova filosofia de trabalho, e não é justo que o Governo entre sempre com todos os riscos”, comentou, acrescentando que já existem conversações bastante adiantadas e interesses de algumas empresas de participarem de projetos ferroviários.

Em compensação, afirmou, o Governo Federal poderá estimular esses tipos de investimentos, reduzindo os impostos e encargos das empresas, que, vendo aumentar o seu capital, se sentiriam capazes de assumir riscos”.

Estamos vivenciando dias de otimismo gerados pelo Plano de Estabilização Econômica, processo que seria acentuado de assistíssemos a redução do preço do óleo diesel, fato que iria, de pronto, provocar a baixa dos fretes, tarifas e preços, beneficiando diretamente os consumidores, principalmente aqueles da camada mais necessitada da população.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Marques.

**O SR. JOÃO MARQUES** (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas,

Enquanto o povo brasileiro ocupava os espaços das ruas e das praças públicas e postava-se à frente das representações norte-americanas em nosso País, para protestar veementemente contra a bestial agressão comandada pelo Sr. Ronald Reagan, contra a República Árabe Socialista da Líbia, o governo do nosso País, lamentavelmente, limitou-se à clássica nota diplomática em que não é contra nem a favor, muito pelo contrário, e assim deixou passar sua grande oportunidade de estar ao lado da história, cujo carro não passa uma segunda vez, e aqueles que não se posicionam com ela se desenrola, estão definitivamente condenados pela opinião pública.

Tal comportamento, aliás, até certo ponto seria de se esperar, porque até hoje nada mais temos sido que simples caudatários da política econômica dos Estados Unidos e nossos governos habituaram-se de tal modo a obedecê-los, que seria esperar demais uma atitude independente, mas que nos colocaria entre os vanguardistas de um novo tempo, aquele em que não mais se admite que um doente mental, à serviço de uma ideologia econômica, tenta impor sua vontade e seus interesses grupais, representados pelas multicionais, ao resto do mundo.

Mas valeu a pena presenciarmos a reação do povo brasileiro, que mostrou quanto está se politizando, e mesmo sabendo não contar com o apoio, para suas manifestações, do governo da República, acompanhou o movimento mundial que se faz em toda parte, governos e povos, à exceção dessa melancólica Sr<sup>a</sup> Margaret Thatcher, que em péssima hora para o povo inglês, de tantas tradições no passado, sobretudo na luta contra o nazismo, merecia melhor posicionamento no contexto global, e não esse ridículo papel de serviçal do Sr. Ronald Reagan, e também do Estado de Israel, reconhecidamente um agente norte-americano infiltrado no Oriente Médio, à serviço dos interesses dos seus donatários e do sionismo em todo o mundo e particularmente na sua matriz, em Wall Street.

A Condenação do Governo dos Estados Unidos, por sua ação belicosa e irresponsável, pelo povo e pelos chefes de Estados, foi unânime, à exceção dos dois malfadados exemplos, supramencionados. E a reação da União Soviética, suspendendo quaisquer novas negociações com o Sr. Reagan, significa que os soviéticos, como o resto do mundo, não levam mais a sério o mediocre ex-ator cinematográfico, que na realidade apenas tenta impor sua vontade e sua ideologia sobre todos, indistintamente, mas até certo ponto o sacrifício dos líbios, de modo especial a morte de uma filha do líder Muammar Khadafi, não será em vão, porque agora o inimigo mortal de toda humanidade, aquele que pode acabar com ela com sua paranóia, está perfeitamente identificado e desmascarado e o próprio Congresso Norte-Americano, a partir do instante em que constatar, se já não o fez, que seu país está em uma escala cada vez maior e interminável no sentido de promover a guerra nuclear, pelo menos enquanto à sua frente permanecer o velho *cawboy*, somente tenderá a se desprestigiar e se desmoralizar perante o resto do mundo. E com essa desmoralização, também o regime capitalista, cruel, selvagem e desunado que eles tentam exportar, à matéria deles e dos seus interesses, em que os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento permanecerão permanentemente a eles dependentes, porque é a condição de servidão que o imperialismo impõe a todos.

Concluo, Sr. Presidente e Senhores Congressistas, apelando ao Senhor Presidente José Sarney, para que assumia de fato aquela posição que espelhe a posição do povo brasileiro, que é de total condenação à violência e ao terrorismo colocado em prática pelos Estados Unidos, contra todas as nações que se negam a seguir ou a compartilhar dos seus interesses. Mostre, Sr. Presidente, mais uma vez, à maneira da atitude adotada quando da reforma econômica, que o governo da República está ao lado do povo e ao lado da História.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Esgotado o período de breves comunicações, passa-se à

## ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1986-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 3, de 1986-CN, vencido o Senhor Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy e com declaração de voto do Senhor Senador Virgílio Távora), aprovando os textos dos Decretos-leis nºs 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, que dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do Seguro-Desemprego e dá outras providências; e 2.284, de 10 de março de 1986, que mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o Seguro-Desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação.

A discussão da matéria foi iniciada dia 9 do corrente, às 19 horas e 20 minutos, ficando interrompida em virtude do término do tempo regimental da sessão.

Na sessão conjunta realizada às 23 horas e 5 minutos do mesmo dia, a matéria teve sua discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

**O Sr. Matheus Schmidt** — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — A Mesa pede a V. Ex<sup>a</sup> especifique o dispositivo regimental. Com base em qual artigo do Regimento?

**O Sr. Matheus Schmidt** — É sobre a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Qual é o artigo do Regimento, eminente Sr. Deputado?

**O Sr. Matheus Schmidt** — Informarei a V. Ex<sup>a</sup> dentro de instantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — A Mesa aguardará que V. Ex<sup>a</sup> decline. (Pausa.)

**O Sr. Matheus Schmidt** — É com fundamento no art. 44 do Regimento Comum.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Matheus Schmidt.

**O SR. MATHEUS SCHMIDT** (PDT — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na última sessão do Congresso Nacional, quando foram examinados os Decretos-leis nºs 2.283 e 2.284, a votação aqui feita deu-se mediante o uso do sistema eletrônico. Naquela oportunidade, S. Ex<sup>a</sup>, o ilustre Presidente do Congresso Nacional, computou, para efeito de **quorum**, votos que não constaram do painel eletrônico, votos que foram proferidos aqui, por este microfone.

Ora, Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados, que está habituada ao uso deste sistema eletrônico aqui instalado, houve por bem, depois de muitas discussões, depois de muitas *démarches*, depois de ter, inclusive, adaptado o sistema eletrônico às bancadas, onde os Srs. Deputados proferem o seu voto, depois de tudo isto, acompanhando todas as experiências das nossas computações, a Mesa da Câmara dos Deputados decidiu que não se contaria, para efeito de **quorum**, nenhum voto que não constasse do painel eletrônico.

Assim fez, Sr. Presidente, porque seria fácil a fraude ocorrer se assim não fosse decidido. Um votante poderia, eventualmente, e se está raciocinando apenas por hipótese, mas poderia, por hipótese, proferir o voto com um outro número, mediante a votação eletrônica e, depois, vir aqui no microfone proferir o segundo voto.

Para que possíveis fraudes fossem evitadas, tomaram-se algumas providências, entre as quais a notificação das bancadas. E, para surpresa nossa, o nobre Presidente do Congresso Nacional, que não conhece a experiência aqui da Câmara, decidiu de forma diferente.

A minha questão de ordem, então, Sr. Presidente, é para saber de V. Ex<sup>a</sup> como vai ser feita a votação, hoje, aqui, no plenário do Congresso Nacional. O voto que

não constar do painel eletrônico vai ser contado para efeito de **quorum**?

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — A Mesa acolhe a questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup>, para exame e deliberará na ocasião oportuna.

**O Sr. José Fogaça** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os Parlamentares que aqui se encontram, que estão fisicamente neste plenário, não podem ter a sua presença física, real, indelével, anulada por uma máquina, por um sistema eletrônico. Portanto, o argumento que levanta o nobre Líder do PDT é absolutamente impreciso e infundado. Não considerar a presença de um Parlamentar, pela simples falha do painel eletrônico, significa, na prática e na realidade, anular uma presença física incontestável e indelével.

Ainda mais, é preciso lembrar que, na última sessão do Congresso, na última quarta-feira, o Presidente José Fragelli decidiu, de forma definitiva, acatar os votos daqueles que não constassem no painel eletrônico. Essa é uma decisão que se tornou, a meu ver, definitiva, depois da posição adotada pelo Presidente José Fragelli.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Ficam registradas as considerações de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Valmor Giavarina** — Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> citasse o Regimento, por gentileza.

**O Sr. Valmor Giavarina** — Sr. Presidente, o mesmo dispositivo citado pelos dois colegas que anteriormente levantaram questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — A Mesa já comunicou que decidirá no momento em que o fato ocorrer.

**O Sr. Valmor Giavarina** — Para colaborar com a Mesa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

**O SR. VALMOR GIVARINA** (PMDB-PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Líder do PDT trouxe um argumento sério, válido. Realmente, na Câmara dos Deputados, o Presidente tomou essa decisão, com a qual, Sr. Presidente, nós, Deputados, não concordamos, porque, de acordo com o argumento do nobre Deputado José Fogaça, não pode o painel eletrônico eliminar a presença física do Deputado.

Mas, Sr. Presidente, esta é uma sessão do Congresso Nacional, e, a nível de Congresso Nacional, a decisão foi outra: o painel ficará iluminado enquanto não terminar a votação e o resultado será fornecido depois que todos aqueles que votaram ou não, ou que não tiveram seus nomes apregoados, apresentaram o seu voto.

Não se pode, Sr. Presidente, partir do princípio de que todos nós somos desonestos até a prova em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — A matéria está em votação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, para encaminhar a votação.

Dispõe S. Ex<sup>a</sup> de 5 minutos.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPICY** (PT-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Partido dos Trabalhadores é favorável a alguns dos aspectos do decreto-lei como o congelamento de preços, dos aluguéis, das Obrigações do Tesouro Nacional. É crítico em outros aspectos, como a maneira como foram contidos os salários dos trabalhadores; a maneira como o seguro-desemprego foi tão restritivo, na medida em que 40% da força de trabalho não tem carteira de traba-

lho registrada e não tem vínculo legal com qualquer empresa, e, ainda, em função do seguro-desemprego ter sido apenas para os que estiveram empregados nos últimos 4 anos, contribuindo por 36 meses para a Previdência Social. É crítico da patamar tão alto de 20% na escala móvel de salários, é crítico da maneira como pequenas e médias empresas estão sendo asfixiadas pelas grandes empresas, porque não foi considerado qualquer instrumento para evitar esse asfixiamento.

Nós compreendemos por que o povo brasileiro apóia a questão do congelamento: a inflação vinha sendo um fenômeno altamente concentrador da renda e da riqueza, em prejuízo dos mais destituídos, principalmente.

Somos críticos da maneira como o Governo baixou essa reforma, o Programa de Estabilização Econômica, utilizando-se, principalmente, do decreto-lei, que não nos permite introduzir emendas, modificando-o, aperfeiçoando-o, exatamente, os aspectos os quais discordamos.

Ainda neste domingo, estivemos em Franca, onde observamos mais de dez mil trabalhadores em assembleia dizer que não foram consultados pelo Governo, com respeito à baixa nominal de seus salários, já pagos na folha de 10 de março último, já acordados em janeiro último, já considerados pelas fábricas de calçados em seus preços, que foram congelados em final de fevereiro, com margens de lucros já significativamente ajustadas para as empresas. Entretanto, em função do decreto-lei, os salários dos trabalhadores de calçados de Franca foram diminuídos ferindo um direito adquirido; a própria CLT, no seu art. 468 e outros, e o próprio espírito da CLT foi desvirtuado, foi agredido.

Nós estamos de acordo, portanto, com diversos aspectos do decreto-lei, que foi instituído sem ouvir as entidades de trabalhadores, em larga escala, as centrais sindicais, como a CGT e a CUT, antecipadamente. Daí por que, embora reconhecendo alguns méritos no conjunto do decreto-lei, nós votaremos contra. O Partido dos Trabalhadores quer, sim, que métodos democráticos, que procedimentos democráticos sejam neste País resguardados. Nós acreditamos na possibilidade de construir uma sociedade mais justa, com as características, sim, do socialismo, todavia os anseios de liberdade, de igualdade, de justiça, de fraternidade, que queremos para o Brasil, terão que ser realizados e isso está no programa do Partido, que não foi lido corretamente pelo Deputado Roberto Cardoso Alves, que, aqui, ao fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Sr. Deputado, o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY** — Concluindo Sr. Presidente, e pela ordem, já que fui citado nominalmente e de forma ofensiva pelo Deputado Roberto Cardoso Alves, quero apenas concluir, solicitamos o direito de responder a S. Ex.<sup>a</sup> conforme garante o Regimento, dizendo que o povo de São Paulo, ao aceitar a mensagem do PT, mesmo quando disse: "Experimente Supply", sabia conscientemente que se tratava da defesa de um procedimento democrático dentro do Partido dos Trabalhadores e de acordo com a mensagem do PT, que condena a ação desses assaltantes na Bahia. E o procedimento do Deputado Roberto Cardoso Alves, aqui, dá margem a que nós nos empenhemos ainda mais para investigar a possibilidade de órgãos do Governo, do SNI, inclusive da CIA, terem provocado e se imiscuído dentro dessa organização, sobre a qual, parece, ele sabe mais até do que membros do Partido dos Trabalhadores. Se houve um núcleo pequeno de pessoas que, agindo isoladamente, planejaram esse assalto, nós precisamos investigar, uma vez que o próprio Presidente Ronald Reagan, já aplicou mais de um bilhão e meio de dólares, investindo em organizações clandestinas na Nicarágua e em El Salvador, para derrubar a Frente Sandinista de Libertação Nacional, de um governo eleito diretamente pelo povo. E aqui é muito provável que também possa ser realizado um grande investimento, eventualmente até com o apoio de certos setores do SNI, que ainda são muito parecidos, porque eles não foram modificados em sua estrutura, em relação ao Governo passado.

Acredito que é da responsabilidade de partidos que se dizem democráticos, o PMDB e o PFL, contribuírem para que esta apuração e averiguação sejam realizadas em profundidade. Acredito que o Ministro da Justiça,

Dr. Paulo Brossard, deverá encaminhar o procedimento segundo o qual a Polícia Federal examine todas as hipóteses, inclusive, as levantadas aqui por alguns Parlamentares, como Fernando Santana e outros, que, em virtude de fatos do passado, como o do Cabo Anselmo e outros, implicam na necessidade de a Polícia Federal, o Governo e todos os partidos políticos examinarem a possibilidade de se estar aqui jogando essa pedra desse tamanho, como o assalto em Salvador, que claramente foi responsável pela queda da preferência do PT nas pesquisas de opinião pública divulgadas hoje. Elas, realizadas no domingo, sob o forte impacto de todos os meios de comunicação, que procuram identificar os assaltantes como membros do PT; eles sim, se disseram membros do PT, mas foram repudiados, expulsos pela decisão da Comissão de Política da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Assim, quero esclarecer ao próprio Deputado Roberto Cardoso Alves que o meu esforço será sempre, nacionalmente e dentro do meu Partido, na defesa dos métodos democráticos, para que as aspirações de justiça, de fraternidade e de uma nova ordem social no Brasil, muito diferente da que ele tem proposto com todas as suas ações, serão sempre por mim defendidas. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** (PDS — CE. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nosso pronunciamento será sintético pelo curto tempo disponível. Bom! Muito bom mesmo o comportamento do Índice de Preços logo ao final do primeiro mês de vigência do Plano de Estabilização Econômica. O povo bem que o merecia, pois foi a ele que o governo recorreu para viabilizar o seu programa. Recorreu a ele como "fiscais do Sarney". Recorreu a ele para que, na perspectiva de preços estáveis, aceitasse uma regra de reposição salarial que, conforme a classe de salários, tempo de emprego e setor da economia em que atua, lhe imporia uma contribuição variável para o processo. Para uns seria maior, para outros menor. E aqui pediria a atenção dos Srs. Senadores e Srs. Deputados. Maior seria para aqueles que mais perderam. Menor seria para os que ganharam.

Em seu primeiro mês de vigência, o Plano alcança uma grande vitória. E fazemos votos que assim continue pois do contrário enorme será a carga que a população deverá suportar.

Mas nenhum processo inflacionário se extingue por passe de mágica. Ainda que seja de inflação apenas inercial. Alguém, alguns devem abrir mão de uma fatia do bolo.

Ao assalariado, ao profissional liberal, ao proprietário de imóveis, sabe-se que o Plano de Estabilização determina que se contente com a reposição de sua remuneração média. A muitos empresários nada exigiu. Prevaleceram os preços pelos picos. Para outros valeu a mesma regra dos que vivem do trabalho. Para um terceiro grupo foi exigida a contribuição total. Os preços ficaram, onde estavam.

A cada um o governo exigiu uma contribuição diferente. Mas o que exigiu o Governo de si mesmo?

Não há nada no Decreto-lei nº 2.283 a esse respeito. Muito menos o Decreto-lei nº 2.284. Nenhum preço, nenhuma tarifa pública foi rajustada para recuar ao seu nível médio. As classes de renda para desconto do Imposto de Renda na Fonte permaneceram nos níveis em que se encontravam. Consequência! Houve aumento da carga tributária.

Na verdade, o governo nada exigiu de si próprio. Nada cedeu. Como o maior devedor do País beneficiou-se do congelamento da correção monetária entre os doze primeiros meses de vigência do Plano.

Como arrecadador de tributos beneficiou-se por dois lados. Pelas alíquotas alteradas e pela inflação residual dos últimos quinze dias de fevereiro — não corresponde na correção da remuneração de qualquer outro agente econômico. Para a receita tributária não importa o índice de preços apurado. Importa apenas os preços reais.

Qual afinal a contribuição do governo?

Anuncia-se agora que no mês de março as contas do governo foram deficitárias. Mas que isto não deve ser causa de preocupação! Seria mera questão sazonal!

Se é sazonal, como se diz, por que então não foi previsto antes? Não se autofelicitou o governo pelos superávits de janeiro e fevereiro, que agora aparecem mais como fruto do pacote tributário do final de 1985 do que de qualquer virtude na administração do orçamento?

Nós acreditamos nos princípios básicos do Plano de Estabilização. No Senado desde setembro, pela sua adoção nos batemos, e por isto mesmo somos pela sua aprovação. Mas não podemos abrir mão de um compromisso mais firme do governo por uma firme contribuição. Não é o povo, não é o empresário que gera inflação. É o governo que o faz. Que se comprometa pois com sua parte no processo. Que não exija do empresário privado cortes de preços maiores do que ele próprio está disposto a fazer. Que não exija do fator trabalho a concordância com a renda média enquanto que cuida da sua pelo máximo de arrecadação.

Este o voto da bancada do PDS no Senado Federal: a favor, sem as restrições citadas já na Comissão Mista constantes do Avulso distribuído aos senhores parlamentares.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Bonifácio de Andrada.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** (PDS — MG. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na oportunidade da votação dos Decretos-leis nºs 2.283 e 2.284, o partido da oposição, o PDS, por sua Liderança na Câmara dos Deputados ao fixar a sua conduta, favorável à aprovação das referidas matérias, registra, em seguida, para os Anais e o conhecimento da Nação, o seguinte.

Redigidos às pressas, tanto que ao primeiro dos decretos-leis se sucedeu imediatamente o segundo, ambos sem análise mais aprofundada da realidade nacional, a "instituição da nova unidade do sistema monetário nacional" e, logo após, a sua "manutenção", são bem o reflexo do clima de pânico que dominou o Governo, vencido, derrotado no seu vão esforço de combater a inflação, com base na pregação oficial de curiosos preceitos econômicos que, em quatro meses, elevaram os nossos índices de 230% ao ano para as fantásticas e assustadoras previsões oficiais de mais de 600% ao ano, conforme os dados então colhidos, em março passado.

Vê-se, pois, sem esforço, que os decretos-leis, ora sob apreciação, muito menos que medidas resultantes de profunda análise e estudo oficiais, foram o último e desesperado esforço da Administração, vencida até então, para superar, não somente o processo da luta contra a inflação, como até mesmo o cataclisma político que velozmente se formava, com a debandada do partido oficial, apavorado com a decomposição do Governo e o fantasma da aproximação das eleições.

Como se não bastasse a formulação legislativa, o proscrito decreto-lei, chamado de entulho autoritário, na alvorada desta encanecida "Nova República", o que há de pior nos seus dispositivos é o seu sentido de medida de emergente desespero que traduz, e não o fruto de assentado e prévio estudo da realidade nacional.

Visivelmente recessivos, ao reduzir salários e provocar o desemprego generalizado, injustos socialmente ao congelar preços no seu cume inflacionário, também paradoxal ao não tabelar os juros, contraditoriamente liberados, em meio à quase total intervenção do domínio econômico, não há por que se negar os riscos que se impõe à Nação, quando em vigor as medidas fixadas pela força autoritária indisfarçável do decreto-lei, estando vivo ainda, por recente, o compromisso presidencial de jamais utilizá-lo.

Já estão à mostra, um mês somente de execução das medidas, as desarticulações que se aprofundam em toda a tecitura econômica, com os mais diferentes segmentos sociais vivendo as contradições de normas mal postas e insuficientemente preparadas. A perspectiva do caos não está afastada, pois as injustiças sociais resultantes dos autoritários decretos-leis estão a provocar justas manifestações do trabalhador, enquanto se fecham fábricas e



usinas, esmagadas pela impossibilidade do exercício legítimo de suas atividades.

No entanto, não há como, firmado no espírito público, que é a marca da atuação oposicionista do PDS, votar contra os autoritários decretos-leis já em vigor, pois o retorno às anteriores normas iriam provocar, imediatamente, a desorganização dramática de toda a estrutura econômica e financeira nacionais. Registra-se ainda que a oposição, no exercício de suas atribuições, não pode fazer, através de emendas, as correções indispensáveis, eis que o Governo, usando o autoritário sistema do decreto-lei, impede o aperfeiçoamento da matéria no que tem de aproveitável, e a inafastável retificação no que tem de injusto e contrário ao interesse público. Aliás, diga-se de passagem que é clara a irregularidade da tramitação dos decretos-leis mencionados, visto que estamos de uma só vez aprovando os dois, os quais serão publicados simultaneamente, com textos conflitantes e incoerentes, impedindo a órgãos judiciários de identificar qual é a lei anterior e qual é a posterior para a devida aplicação.

Nesta declaração de voto do PDS, para conhecimento da Nação, publicamente responsabilizamos o Governo pelos erros que se mostram cada dia mais profundos, no autoritário "pacote" de medidas, a cujo prévio conhecimento, para estranheza democrática de todos nós, estiveram ausentes as lideranças políticas dos partidos oficiais que, no Congresso, apoiam a Administração Federal.

Sr. Presidente, com esta nota o PDS revela que vota favoravelmente ao chamado Pacote Financeiro, deixando, porém, as suas restrições, visto que o Governo, sobretudo, — e isso está em nossa nota —, vem revelando um desprezo ao pacote financeiro, porque até hoje não deu providências efetivas para diminuir o déficit público e diminuir as despesas da Administração do País. Não tem, pois, o conteúdo de muito do que existe no pacote o nosso apoio, mas, impedidos de emendá-lo, daremos aqui o nosso voto favorável ao mesmo. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) Concedo a palavra, como Líder do PT, à Deputada Irma Passoni.

**A SRA. IRMA PASSONI** (PT — SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, falo aqui, em nome de mais de 100 mil trabalhadores filiados ao Partido dos Trabalhadores, justificando a ausência do Deputado Luiz Dulci, que está com um problema familiar. Sua esposa sofreu um problema cardíaco em plena sala de aula e S. Ex.<sup>a</sup> teve que se ausentar de Brasília a partir de ontem.

Coloco hoje o voto do bancada do Partido dos Trabalhadores, neste encaminhamento da Liderança, como fruto da discussão entre a sua direção nacional e a bancada do Partido, com os seus cinco membros presentes nesta Casa.

E o seguinte o nosso voto:

O Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação, tem-se pautado pela firme defesa dos interesses da classe trabalhadora. Sempre buscamos manter a coerência com a verdade e apresentar propostas democráticas para a solução dos problemas brasileiros.

Não é distinta a posição que assumimos em relação aos Decretos-leis nºs 2.283 e 2.284.

Inicialmente, deixamos bem clara a nossa discordância à vigência e ao uso do instituto do decreto-lei, por representar um atentado à democracia e à harmonia entre os Três Poderes.

Um decreto-lei só nos deixa duas possibilidades, rejeitá-lo ou aprová-lo em sua totalidade, sem poder corrigir as medidas tomadas — como no caso do seguro-desemprego limitado, a forma como foram contidos os salários e do alto patamar da escala móvel.

Queremos frisar que o Partido dos Trabalhadores não é contra o pacote na sua totalidade, mas contra principalmente, contra a forma como foi implantado neste País, desprezando o Poder Legislativo como foro de debate amplo de um projeto vindo do Poder Executivo. É da responsabilidade do Poder Legislativo debatê-lo, é para isto que existem Poderes na República brasileira — Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Portanto, a defesa deste Poder é a causa desta declaração de voto. Continuo.

Agravando ainda mais a forma como os decretos-leis foram baixados, há o comportamento dos partidos da Aliança Democrática — o PMDB e o PFL — que apóiam o Governo neste Congresso Nacional. Desde a leitura da mensagem, buscaram impedir a convocação, na Comissão Mista, de dirigentes de entidades representativas que pudessem contribuir para que avaliássemos mais detidamente todos os aspectos das medidas adotadas.

A necessidade de uma avaliação aprofundada é inquestionável. É uma demonstração segura desta necessidade as breves observações que apresentaremos a seguir.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, desde 1982, em nosso programa econômico, amplamente divulgado à Nação brasileira, vimos defendendo sistematicamente o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, das tarifas de transportes coletivos e dos aluguéis, bem como, a estabilidade monetária. Os demais preços seriam submetidos a tabelamentos.

O congelamento governamental de preços, de fato, eliminou uma certa especulação financeira, mas serviu para estimular outras.

As altas da Bolsa de Valores e do dólar no paralelo demonstram que a permanência da intermediação financeira em mãos privadas torna a especulação inevitável.

O resultado é a manutenção das taxas de juros em nível alto para assegurar a almejada retomada dos investimentos produtivos.

O congelamento baixado pelo Governo contém várias outras falhas, e entre elas destacamos o tratamento diferenciado em relação ao capital e ao trabalho. Os preços incorporam toda a inflação dos 6 meses anteriores ao pacote. Reajustados dia-a-dia, os preços estavam, portanto, na maioria dos casos, no pico. Os salários, entretanto, tiveram apenas parte do seu desgaste corrigido, não tendo recuperado seu poder de compra.

Os salários estão sendo convertidos, de forma incorreta e subestimada, pela média dos últimos seis meses, sem ter assegurada a reposição salarial integral desse período, quando se verificaram as mais altas taxas inflacionárias da história do País.

Ainda em relação à política salarial, as medidas contidas atingem o reajuste trimestral e semestral, já conquistado a duras lutas pela classe trabalhadora, e a escala móvel justa, que se delineavam como proposta viável tanto no Parlamento como nos sindicatos.

Pelos decretos-leis, impuseram anuidade dos reajustes, sendo que, nas datas-bases atuais, os trabalhadores somente terão assegurados 60% do IPC, tendo que negociar com a classe patronal os demais 40%.

A escala móvel dos salários adotada baseia-se num patamar demasiadamente alto, de 20% de aumento dos preços ocorridos após a data-base, dissídio ou negociação. Um período longo, de vários meses ou até de um ano, com uma inflação de 20% permite uma significativa transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas.

Soma-se a isto a inaceitável proibição dos aumentos a título de reposição salarial, sob a pena de nulidade.

Ademais, o Governo deveria ter assumido medidas que assegurassem a estabilidade dos trabalhadores. Não as apresentou. Como resultado disso, presenciemos uma onda de demissões injustas que estão atingindo, principalmente, os bancários e os comerciários.

Quanto ao seguro-desemprego proposto, salta aos olhos suas falhas. O Governo Sarney instituiu-o de maneira restritiva, sendo que uma parcela muito pequena de desempregados será beneficiada, enquanto a imensa maioria permanecerá à margem do sistema. Além disso, o próprio valor do seguro-desemprego é irrisório.

Já as medidas, em relação aos aluguéis, não terão efetividade enquanto os aluguéis novos não forem

tabelados, dado que os locadores estão retomando os imóveis para cobrar o que querem.

Tendo em vista as falhas contidas no Decreto-lei nº 2.283, de 28 de fevereiro de 1986, antes mesmo da decretação da segunda versão das medidas, o Partido dos Trabalhadores reuniu o seu Diretório Nacional, nos dias 1º e 2 de março, apresentando uma série de sugestões que poderiam ter sido incorporadas ao Plano de Estabilização Econômica do Governo. Vejamos algumas destas sugestões:

1. Revisão completa da política salarial embutida no decreto-lei: revisão que deveria ser debatida e negociada diretamente com o movimento sindical, especialmente, com as Centrais Sindicais. Promovendo, inclusive, a redução significativa do limite da escala móvel de modo a atender as reivindicações do movimento sindical.

2. Tabelamento das taxas de juros a níveis compatíveis com as necessidades da economia brasileira.

3. Suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa, exame aprofundado de cada caso, para averiguar as responsabilidades envolvidas e a legitimidade de cada empréstimo.

O tabelamento de juros representa uma das medidas que deveriam ter sido tomadas no combate à especulação financeira, o que o Governo não enfrentou, também, o problema da dívida externa, uma fonte permanente de sangria de nossas riquezas. Só em 1986, o Brasil deve pagar cerca de 9 bilhões de dólares de juros, ou seja, pouco mais de 1/3 (um terço) das divisas esperadas com as exportações.

O não enfrentamento da questão dos juros e da dívida externa poderá acarretar o comprometimento do futuro da nossa economia, tornando inviável qualquer plano de estabilização econômica.

No entanto, o Governo Sarney, quando introduziu modificações no Decreto-lei original, nº 2.283 e baixou o de nº 2.284, de 10 de março de 1986, não levou em conta as proposições e considerações apresentadas por parcela significativa do movimento sindical, pelo DIEESE e pelo próprio Partido dos Trabalhadores. Em contrapartida, considerou, sobretudo, ignorando as observações críticas e as propostas da classe trabalhadora.

Além disso, o PT tem sustentado que o sistema financeiro deve ser estatizado para garantir o encaminhamento da poupança nacional às atividades produtivas essenciais ao bem-estar da população trabalhadora. E as medidas tomadas pelo Governo não vão neste sentido.

A forma governamental de combate à inflação procurou resguardar os interesses das classes dominantes, sem tocar no cerne da questão da distribuição da riqueza e nos aspectos estruturais da economia.

Em vista das circunstâncias que nos impedem alterar os decretos-leis naquilo que discordamos, e já que, também, não podemos ter a liberdade de aprovar somente aqueles dispositivos com as quais concordamos, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nos posicionamos pela rejeição da que nos está sendo submetida.

E não será através de uma onda propagandística massiva com apelos psicológicos sob o slogan "tem que dar certo" que o Governo e seus prepostos irão conseguir ocultar o caráter de classe deste pacote e obter adesão dos cidadãos comprometidos com interesses dos trabalhadores deste País. — **Deputada Irma Passoni**, Líder do PT — **Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy** — **Deputado Luiz Dulci** — **Deputado José Genoíno** — **Deputado Djalma Bom**.

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha, que falará em nome da Liderança do Partido da Frente Liberal.

**O SR. CELSO PEÇANHA** (PFL — RJ. Como Líder, para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: o Congresso Nacional vai votar hoje o decreto do Senhor Presidente da República que estabeleceu o Plano de Estabilização Econômica. Disse há pouco a Líder do PT que o projeto governamental não é viável. Na verdade ele já se viabilizou em todos os setores, porque a Nação está tranqüila e

apoiando, por todas as suas forças as forças vivas, atuantes, dinâmicas, o plano desenvolvido pelo Governo do Presidente Sarney.

O plano, antes de tudo, veio trazer a paz social ao Brasil. Não me refiro à paz como se fora um lago de águas paradas, a paz que é o táfio, a paz que é o sossego eterno, refiro-me à paz que é dinâmica e que proporciona trabalho, iraz à Nação o estímulo, a força anímica para a dinamização, para o desenvolvimento.

Os decretos que vamos votar se viabilizaram pelos aplausos do povo, pela ação eficiente dos chamados fiscais do Presidente ou fiscais do Presidente Sarney.

E quando o Presidente há tempos proclamou, entre os objetivos perseguidos pela Nação brasileira, está sem dúvida o da manutenção da paz social, é que Sua Excelência, como Chefe da Nação, num olhar amplo, abrangente, via o País conturbado, ameaçado no caos. Caminhávamos para uma inflação de 400% a 500%. Lá fora, no estrangeiro, todos se referiam ao País, ao Brasil, como uma Nação inviável, incapaz de sustentar-se e de tomar o freio do combate à inflação. Pois bem, os decretos viabilizaram e o trabalho aí está a Nação está produzindo. Aos políticos, aqueles que vivem em contato de perto com o povo, que asculam os sentimentos das massas, que não vivem trancados em seus gabinetes ou em seus escritórios, aos políticos que vão às assembleias sindicais, que estão em contato com as federações e as confederações de trabalhadores ou empregadores, aos políticos cabe esta incumbência séria de ajudar o Presidente da República, quando Sua Excelência teve a coragem firme e decidida de lançar um plano, que há de se dizer e proclamar, um plano de salvação nacional.

Sr. Presidente, reconheço que o plano deveria ser acompanhado de outras medidas, e proclamei aqui, perante o Ministro Dilson Funaro, que o plano deveria conter também um plano nacional de agricultura, para incentivar a produção dos produtos de primeira necessidade, porque não me soa bem, e ouço desde criança, que esta Nação está importando gêneros de primeira necessidade. Importando batata, da Holanda; feijão, do México; arroz, da Tailândia, e importando gêneros de primeira necessidade de nações pequenas que não têm a disposição deste País e as terras que nós possuímos.

Eu creio que, imediatamente, o Governo deveria tomar providências sérias quanto aos juros, colocando-os no patamar de 10% a 12% para, então, viabilizar o trabalho de todos os nossos patrícios no comércio, na indústria, na lavoura e nos serviços diversos.

Eu creio que o Governo deveria, imediatamente, estabelecer um plano viável e objetivo na construção civil, dando-lhe força e entusiasmo para que esta Nação possa construir mais residências para as classes menos favorecidas. Por outro lado, também, a Nação deveria estar voltada para a construção naval, dando impulso nesse setor, que é o indicador econômico mais forte do meu Estado, e de outras unidades deste País.

Outrora, o setor da construção naval empregava de 40 a 45 mil empregados. Hoje, devemos ter 22 mil trabalhadores no setor marítimo.

Sr. Presidente, o plano do Presidente da República, que recebeu o aplauso de todo o povo brasileiro, não pode de nenhuma maneira receber, nesta manhã, mais uma prorrogação porque seria — para o povo que nos ouve e nos vê, para o povo que está atento para o pronunciamento do Congresso Nacional — uma desfeita, um trabalho infecundo, um trabalho que não estaria a serviço da Pátria. Por isto, venho em nome da Frente Liberal dizer que o nosso Partido está firme, deu apoio no início e dará, agora, como dará sempre àqueles propósitos salutares de conduzir esta Nação para um desenvolvimento integrado e ao povo brasileiro para a elevação do seu nível de vida. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gasthane Righi, como Líder do PTB.

**O SR. GASTHANE RIGHI** (PTB — SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pela Bancada do PTB desejamos fixar, neste Congresso, nossa posição com referência aos decretos governamentais que estabeleceram o novo programa econômico do Governo.

Não votaremos a matéria como acólitos da situação. Em verdade, este chamado "pacote econômico", reflete o pensamento e o programa petebistas. De há muito anunciávamos que deletério aos trabalhadores, que o corria o salário dos brasileiros era a inflação e que de nada adiantava realizarmos movimentos de massa reivindicatórios, greves, ou postularmos aumento salariais se, a seguir, todo este crescimento no ganho do trabalhador viesse a ser corroído pela inflação galopante e já sem controle que se abatia sobre a Nação.

Desta forma, quando o Governo Sarney, corajosa e destemidamente, resolveu enfrentar este monstro arrazador e com coragem e despojamento, arrostando até mesmo as críticas pelo instrumento utilizado, baixou os decretos que o Congresso, neste dia, irá votar, nós nos colocamos nas primeiras fileiras, apoiando as medidas governamentais, votando a seu favor.

Mas, isso não tira do PTB o dever da crítica que fazemos a aspectos dos decretos-leis baixados pelo Governo. Se elogiamos e louvamos o término da correção monetária, se louvamos e elogiamos o congelamento de preços, se louvamos e elogiamos as medidas acertadas no sentido de se recompor o ganho do trabalhador brasileiro, devemos também criticar aquilo que por injustiça, erro ou omissão se contenha nas medidas governamentais.

Vamos apontar o primeiro deles: não há, em nenhum dos decretos, sequer o aceno de qualquer medida no sentido de extirpá-los, de uma vez por todas, com o déficit público da União e das estatais.

A principal causa da inflação brasileira — e o dizem todos os economistas — é o grande rombo no orçamento da União e das estatais. Este rombo veio sendo coberto ora por omissões, ora pelas ORTNs. E tudo isso foi se acumulando ao longo do tempo, exigindo novas emissões, exigindo outra sobreposição de ORTNs ao nível de que a inflação foi se tornando insopitável.

Afirma o Governo não mais existir déficit público, nem na União, nem nas estatais. Não só não concordamos com isto, como devemos deixar aqui registrado o nosso protesto. O que fez o Governo, o Ministério da Previdência, a PETROBRÁS e tantas outras empresas públicas foi apenas zerar o déficit de caixa. Isso não se confunde com o déficit real. Continuam a ter prejuízo, sejam as estatais, seja a própria União que, na verdade, despende mais do que o orçamento lhe permite. Se foi zerado o déficit de caixa, nenhuma medida foi tomada para que enxugássemos a máquina administrativa, para que diminuíssemos os gastos do Governo, iremos ter, a médio prazo, quicá já para o ano que vem um novo rombo que ocasionará outra inflação, que acabará custando, no bolso dos brasileiros, um pagamento que ele não merece ter que fazer. Por isto o PTB desde já reafirma: votaremos a favor do pacote, mas nos reservamos a apresentação de projetos de lei que corrijam distorções como esta, que é a ausência de medidas que coibam, na verdade, o déficit e o desregramento na economia e nas finanças do Estado e das empresas públicas.

Por outro lado, deixamos aqui o registro de nosso protesto por duas medidas que se contêm nesses pacotes. A primeira delas foi a terrível injustiça de serem os salários corrigidos pela média dos últimos seis meses, enquanto os preços vieram a ser congelados no pico mais alto, que foi o dia 27 de fevereiro deste ano. Mais ainda, outra clamorosa injustiça que se contém, ainda, no pacote a ser votado. É que os reajustes salariais, daqui para frente, passam a ser feitos para os trabalhadores, respeitando-se apenas 60% do índice inflacionário que vier a ocorrer. Ninguém pode ser responsabilizado ou penalizado em uma medida tão injusta, tão clamorosamente violenta como esta. Não é possível que o trabalhador não tenha o direito à reposição integral de seu salário. Quando se corrige o salário de um trabalhador não se lhe está dando um aumento, na verdade estamos apenas repondo o seu poder de compra, o seu poder aquisitivo. Também o PTB, nesse sentido, irá apresentar, após a aprovação do pacote, hoje, projetos de lei que corrijam essas distorções, que evitem essa injustiça, que venham a preencher essas omissões.

Assim sendo, a Bancada do PTB na Câmara Federal aqui reafirma o seu voto favorável aos decretos-leis submetidos ao julgamento deste Plenário; e ao reafirmar o seu apoio a essas medidas governamentais, reafirma, também, o seu compromisso com o povo brasileiro, no

sentido de aperfeiçoar e aprimorar as medidas que foram tomadas. E logo, a curto prazo, depois desta histórica sessão, a Bancada do PTB se compromete perante a Nação a apresentar projetos que, na verdade, reflitam o nosso programa sempre autenticamente voltado aos anseios do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra, como Líder do PC do B, ao Deputado Haroldo Lima

**O SR. HAROLD LIMA** (PC do B — BA. Como Líder, para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas; estamos, neste instante, discutindo um pacote econômico que significou o primeiro ato da Nova República, no sentido de promover as mudanças econômicas que o País tanto espera e com as quais o próprio Governo da Nova República se comprometeu, perante o povo brasileiro. O pacote volta-se, segundo as afirmações dos seus autores, contra o processo inflacionário brasileiro, e pretende justamente estabilizar a situação econômica em nosso País.

Na opinião do Partido Comunista do Brasil, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o fato principal da inflação brasileira está ligado ao endividamento externo do País. O fato principal da inflação é a dívida externa, e o pagamento que se faz dos juros exorbitantes desta dívida.

Recentemente, o Ministro Dilson Funaro, falando nos Estados Unidos a respeito dessa questão, chegou a dizer que de sete em sete anos nós pagamos, em juros da dívida externa, todo o montante dessa dívida que é devida pelo Estado brasileiro. A nós nos parece, Sr. Presidente, que isso significa um processo de saque da economia brasileira, e é esse saque da economia nacional que parece ser, no nosso modo de ver, a causa principal do processo inflacionário em que vivíamos, até agora, em nosso País. Certamente, outros são os fatores que se agregam à dívida externa para somar o processo inflacionário brasileiro. Entre esses outros fatores está o incremento do capital especulador, que foi formalizado, oficializado e desenvolvido no País a partir da imposição da correção monetária como método de desenvolvimento econômico do nosso País.

Efetivamente, esses componentes básicos, a dívida externa e o capital especulador montado na correção monetária e favorecendo ao capital bancário, esses grandes fatores fizeram com que um modelo de desenvolvimento se implantasse em nosso País, com graves prejuízos para o povo de nossa Nação. As maiores seqüelas foram pagas pelo povo, o desemprego cresceu assustadoramente e surgiram o subemprego, o salário de fome e o custo de vida foi a um nível intolerável.

Por isto, Sr. Presidente, quando o pacote econômico do Governo se volta essencialmente, primordialmente, contra o capital especulador, acabando com a correção monetária, procurando controlar os preços dos produtos básicos, nós do Partido Comunista do Brasil acreditamos que ele se volta contra um dos aspectos importantes da especulação financeira, do modelo econômico implantado pela ditadura militar, contra os benefícios exorbitantes do capital bancário, e em benefício da classe operária e dos trabalhadores deste País. Ahamos que o pacote econômico, ao acabar com a correção monetária, ao controlar os preços dos produtos, ele responde a alguns interesses do povo desta Nação.

E esta é a razão pela qual compreendemos o apoio razoavelmente grande que o povo brasileiro deu a esse pacote. E nós, comunistas, parcela da população inteiramente integrada às aspirações do povo brasileiro, não poderíamos estar fora desse apoio que o povo está dando ao pacote, porque entende que o pacote, efetivamente, corresponde a alguns interesses, a alguns anseios dessa própria população brasileira.

O Partido Comunista do Brasil, nesse sentido, apóia o pacote, porque esse pacote, na medida em que se voltou contra a especulação financeira, contra o capital bancário, contra a correção monetária, ele está em consonância com os mais lídidos interesses da nossa Pátria. Contudo, queremos dizer que o pacote é parcial e insuficiente, ele não ataca, ele não toca no que nos parece ser a questão principal da inflação brasileira o móvel e o fator básico dessa inflação galopante, que é o processo de sa-

que de que o País é vítima do capital estrangeiro. Todo o pacote não toca, não diz uma só palavra a respeito de medidas que poderiam ser tomadas relacionadas com isso que nos parece ser o móvel, a razão principal da inflação brasileira.

Neste sentido o PC do B acha que essas medidas, se estão sendo saudadas pelo nosso povo, elas são justas, devem ser apoiadas, mas deve ser notificado que são medidas insuficientes, não fundamentais, parciais e de duração precária, temporária. Não será duradouro o processo de controle da inflação que não toca na questão básica da dívida externa brasileira. Não será duradouro esse controle inflacionário que apenas procura ajeitar a situação interna, embora tocando num dos aspectos fundamentais dessa inflação do capital especulador brasileiro.

Nós queremos, ademais, acrescentar que, mesmo nesse quadro limitado, nesse quadro de coisas, de medidas positivas porém precárias, insuficientes, o pacote e as medidas complementares à sua edição deixarão à mostra algumas precariedades maiores. Por exemplo, sem a participação do povo brasileiro, no controle dos preços dos produtos, efetivamente, ninguém tem dúvida de que nada teria acontecido de positivo para esse mesmo povo. Foi o povo se mobilizando e, aí sim, nós devemos saudar a posição combatível, audaz, corajosa do Presidente José Sarney, em ter convocado, em ter tido a coragem de convocar o povo para controlar a remarcação de preços. Foi nessa medida que o pacote conseguiu realizar alguns feitos positivos. Contudo, também aí, Sr. Presidente, o Governo brasileiro tem se mostrado impotente e omissos para ajudar o povo na medida das suas forças de poder imperante no País, para controlar os abusos da remarcação de preços.

Temos a notificar, por exemplo, que fazem parte do Conselho Monetário Nacional; espantosamente, de forma completamente surpreendente e inexplicável dois dos maiores proprietários de redes de supermercados do País, a Rede Pão de Açúcar e a Rede Paes Mendonça, o Sr. Abílio Diniz e o Sr. Paes Mendonça. Pois bem, o simples fato dessas duas personalidades fazerem parte do Conselho Monetário Nacional é por si só escandaloso e o escândalo cresce quando sabemos que essas figuras tomaram conhecimento do processo de controle de preços antes dele ser desencadeado, antes do povo e do País terem conhecimento, o que significa que eles tomaram medidas enérgicas, nas últimas semanas, remarcando assustadoramente os preços dos seus produtos, empregando assim um método completamente imoral pelo qual se roubava o povo brasileiro. Mas, apesar disso ter acontecido, o crime e os abusos não ficaram por aí, porque Paes Mendonça, por exemplo, na Bahia, e o Pão de Açúcar, na Região Sul do País, a essa altura batem escandalosamente, arrogantemente, recordes de remarcação de preços de forma impune. Só no Nordeste brasileiro os gerentes dos Supermercados Paes Mendonça, que é a maior rede de supermercados do Nordeste, já foram presos mais de 20 vezes. Entretanto, nenhuma só vez o dono e o responsável principal por essas remarcações, que é o Sr. Paes Mendonça, foi preso. Pelo contrário, vive aí fazendo vilegiatura pelos Estados Unidos da América, onde vai fazer uns acertos, porque essa cumpliciada toda está também relacionada com o Fundo Monetário Internacional e com o capital estrangeiro.

Então, Sr. Presidente, nós queremos, sim, apoiar esse pacote do Governo e salientar que ele é parcial e insuficiente. Ele foi feito, inclusive, consolidando os preços dos produtos no seu pico mais alto e consolidando os salários no seu pico médio. Tem injustiças desse tipo e ainda significa um desafio ao Governo para coibir verdadeiramente os abusos que se praticam.

O povo ficará satisfeito e o pacote será vitorioso se, ademais, houver uma postura enérgica e patriótica do Governo brasileiro contra o capital estrangeiro, tomando medidas para suspender o pagamento da dívida externa e, especialmente, dos seus juros. Se isto não for feito, o PC do B acha que o pacote será infrutífero, a inflação voltará. Enquanto isso, o PC do B votará a favor desse pacote.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alberto Goldman, como Líder do PCB.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Matheus Schmidt.

**O SR. MATHEUS SCHMIDT** (PDT — RS. Para encaminhar a votação, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Bancada do PDT na Câmara dos Deputados está em obstrução aos decretos-leis que estão sob exame do Congresso Nacional nesta manhã. As razões pelas quais a Bancada decidiu obstruir a tramitação desses decretos-leis são as seguintes:

Achamos que as Bancadas governistas estão impedindo aqui no Congresso Nacional um exame mais aprofundado da matéria. A sociedade civil, a sociedade brasileira, de modo especial, através de suas Lideranças, através de personalidades do mundo político, dos sindicatos, dos economistas, não foram chamados à Comissão Mista para deporem, por decisão das Bancadas governistas, nas duas Casas do Congresso Nacional.

Agora, por que nós, do PDT, achamos que deve ser debatido esse pacote do Governo? Por que nós achamos que deve o Congresso Nacional ter mais informações do Governo? Viu-se agora que a imprensa está divulgando que houve um déficit do Tesouro no mês de março, uns dizendo que foi de Cz\$ 9 bilhões, outros dizendo que foi de Cz\$ 10.500 bilhões. De qualquer forma, a imprensa nacional divulgou ontem que houve um grande déficit do Tesouro no mês de março. Por que o Governo emitiu cerca de Cz\$ 8 bilhões no mês de março? Por que o Governo quer emitir até Cz\$ 65 bilhões este ano? Por quê? São dúvidas que pairam aqui no Congresso, e o Governo nada está fazendo para esclarecê-las. O que é então o Congresso Nacional? Não deveria ele acompanhar o desenvolvimento dessas medidas, de tal importância que mexem com a vida de todo o povo brasileiro?

No entanto, as autoridades monetárias se contentaram em mandar para o Congresso, logo após a edição dos decretos-leis, o Ministro da Fazenda, que aqui falou sobre as vantagens do pacote. E nada mais foi feito de lá para cá, à medida que o pacote foi sendo executado. Enquanto as medidas do Governo vêm sendo aplicadas na prática, nenhuma informação a mais foi dada ao Congresso Nacional. O que está ocorrendo na economia brasileira? Ninguém sabe. O Congresso Nacional não sabe. Por que o déficit do Tesouro? Por que as emissões? Diz-se que os bancos estão abarrotados de papel-moeda, e o Governo previa, como foi alardeado, que os depósitos à vista nos bancos iriam duplicar. É verdade que não duplicaram. Consta, tudo consta, ninguém sabe ao certo, por falta de informação governamental, que aumentaram 60%. Mas de qualquer forma aumentaram. Os bancos estão abarrotados de dinheiro. Por que então a emissão de papel-moeda? Quais as razões? Dizem também que houve déficit do Tesouro, em março, e que se prevê que esse déficit seja também transportado para abril, porque no mês de abril também vai haver déficit no Tesouro. Mas tudo no diz-que-diz. Este Parlamento, como instituição, está sendo desprestigiado pelo Governo, que não dá a mínima informação.

Eu espero, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que antes da votação desse pacote, alguma informação nos seja fornecida, porque é bem provável que ele não seja votado hoje. Porque, se a Bancada do PDT está obstruindo os trabalhos, e se a Bancada do PT está obstruindo os trabalhos, parece-me que, parte da Bancada do PMDB e da Bancada do PFL também estão fazendo obstrução, eis que não têm comparecido aqui. Não compareceram na semana passada, ontem à noite não estavam aqui. É possível que o Governo, com todos os seus recursos, com o uso do poder, é capaz que tenha até mandado avião por aí pelo País, é capaz que tenha buscado gente no exterior. Parece-me que foi feito um grande esforço por parte das Lideranças do PMDB e PFL, nesse sentido. Mas, de qualquer modo, ainda não está claro, aqui no plenário, que haverá **quorum** para esta votação. É possível que haja **quorum**, porque o rolo compressor do Governo vem funcionando como funcionou lá na Comissão Mista. E vem funcionando contra a Nação. Porque aqui, hoje, neste Brasil, está cada vez mais patente aquela velha afirmação que corria nos tempos do Império, de que

nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder. Nada mais parecido, Srs. Congressistas, do que a ARENA e o PDS, do que o PMDB no poder. Tudo aquilo que o PMDB antes criticava, ele hoje faz, e com muita honra, dizem os Deputados. Hoje, o PMDB é um papel carbono do partido que deu sustentação ao autoritarismo.

Até peço desculpas aos ilustres Deputados e Senadores do PDS, porque o PMDB está indo além. Nunca vi o PDS, e a própria ARENA, negar nas Comissões Mistas do Congresso Nacional, a oitiva da personalidade da sociedade civil que aqui vinham, os precedentes são inúmeros, que aqui vinham debater com Deputados e Senadores, os projetos de lei, as mensagens do Governo, inclusive decretos-leis, como foi o caso dos decretos-leis salariais, quando a Comissão Mista instituída para exame daquelas matérias ouviu inúmeras personalidades do mundo civil que compareceram ao Congresso e deram o depoimento da sociedade, desde o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, e tantos outros. Pois muito bem, o PMDB não quer mais nada disso. O PMDB, que antes tanto discurso fez, neste Congresso, contra o decreto-lei, hoje louva as excelências do decreto-lei. Não é mais um instrumento autoritário; pelo contrário, é um instrumento democrático que é colocado às mãos do Governo. Isto tenho ouvido de inúmeros parlamentares, o decreto-lei é um instrumento necessário ao Governo. Não me parecia que era assim que falavam no Senado e na Câmara dos Deputados homens como o próprio Ministro da Justiça Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto, um dos maiores críticos do instituto do decreto-lei, e que hoje usou o decreto-lei. Muito bem, até se dizia que era necessário que assim ocorresse, porque precisava-se zelar pelo sigilo das medidas. Mas, por que o Governo não permitiu que aqui tramitasse um projeto paralelo, para ser emendado pelos parlamentares, com a responsabilidade de todos nós, para que contivesse ao menos as opiniões da Oposição, do debate que deveria ser ferido? Não, tudo tem que ser como antes. É o rolo compressor do PMDB, do PFL, e do PTB, que está aliado nesta matéria, do PCB e do PC do B, e do PL. O rolo compressor para aqui esmagar a Oposição e aprovar aquilo que, lá nos laboratórios políticos do Planalto, é tido como bom para a Nação brasileira, porque a Nação brasileira não tem sequer o direito de conhecer os meandros de tudo o que está ocorrendo, por falta de informação.

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho, aqui, a declaração de voto da Bancada do PDT na Câmara dos Deputados. Não nos resta outra posição, e a isto fomos levados pelos instrumentos usados pelo Governo, não nos resta outra posição a não ser votarmos contra os decretos-leis, porque, se, por um lado, há boas medidas para a Nação nos decretos-leis, outras são muito ruins. E, por isto, entre as boas e as ruins e como nós não podemos emendar, nós temos que votar contra, para que não aconteça a pior coisa que poderia acontecer para os trabalhadores brasileiros, que é esse corte enorme nos salários de todos os assalariados deste País.

A nossa declaração de voto, Sr. Presidente, está vazada nos seguintes termos:

A Bancada Federal do PDT torna Pública a sua posição sobre o Pacote Econômico do Governo, ora em regime de votação no Congresso.

Em primeiro lugar, critica os partidos da Aliança Democrática que, reeditando as práticas do autoritarismo, não permitiram à sociedade participar da apreciação do decreto-lei, vetando o debate das medidas de estabilização na Comissão Mista do Congresso.

Por outro lado, considerando que os decretos-leis têm pontos positivos, muito dos quais já reivindicados pelo PDT no Congresso, e que é omissão quanto às medidas necessárias para eliminar as causas fundamentais da inflação e da crise brasileira manifesta que:

a) apóia o fim da desindexação geral da economia, com o fim da correção monetária, ora limitada apenas ao FGTS, PIS/PASEP e Caderneta de Poupança, que antes promovia a especulação financeira e os lucros inflacionários fáceis;

b) apóia o tabelamento dos preços dos produtos e insumos básicos e a mobilização e organização populares como instrumento de fiscalização desse controle;

c) apóia o congelamento de aluguéis e das prestações da casa própria;

d) apóia a criação do seguro-desemprego, ainda que o considere excessivamente restrito;

Crítica o congelamento dos salários pela média, que penalizará os assalariados, cristalizando o confisco que antes era feito pela inflação;

Crítica a falta de tabelamento dos juros e a ausência de uma ampla reforma bancária que nacionalize e democratize definitivamente o crédito;

Crítica a transferência da questão salarial para o mercado, com prejuízo aos sindicatos menores e mais fracos.

Crítica a falta de coragem do governo para congelar os juros da dívida externa, uma das causas estruturais da inflação brasileira.

Manifesta a sua preocupação com o Sistema Financeiro de Habitação e o BNH cujas captações eram corrigidas trimestralmente e cujas aplicações, anualmente;

Manifesta a sua preocupação com a ampliação das atribuições do Banco Central, embutida no decreto-lei.

#### Reivindica e propõe:

1) Suspensão do pagamento dos juros da dívida externa e tabelamento dos juros internos;

2) aprovação do projeto de lei de estabilidade no emprego para o trabalhador e sua participação nos colegiados que definem política monetária (CNM) e na gestão dos fundos sociais;

3) medidas de apoio à pequena e média empresas, rural e urbana, que não têm condições de sobreviver diante das pressões do sistema financeiro e dos monopólios;

4) o controle e a intervenção nos monopólios e oligopólios nacionais e estrangeiros que dominam o mercado brasileiro e penalizam o consumidor com a aplicação da lei antitruste em vigor, aprovada no governo João Goulart;

5) a implantação imediata de um projeto de habitação popular em grande escala que solucione definitivamente o grave problema da moradia nos grandes centros urbanos;

6) defesa intransigente das empresas estatais, com revogação do decreto de privatização, cujos critérios devem ser submetidos ao Congresso Nacional e a seus próprios trabalhadores;

7) criação de mecanismo de participação dos empregados na gestão das empresas estatais em todos os níveis, e a criação de um fundo social que permita o acesso acionário dos trabalhadores nas empresas;

O Partido Democrático Trabalhista reitera sua confiança no acerto das teorias sociais elaboradas na América Latina nos últimos 50 anos, que apontam para os problemas estruturais da democracia e do desenvolvimento no continente. O pacote do governo não se insere nesta tradição que exige soluções estruturais para a inflação, para a fome e para o subdesenvolvimento. A inflação não se corrige pelo índice IGP, mas pelo arrefecimento das pressões que atuam sobre os preços relativos. De resto, jamais poderá repousar sobre os ombros dos assalariados, mas sobre medidas verdadeiramente reformistas que liberem a economia nacional do jugo externo e assim abram as comportas para o uso social dos recursos disponíveis.

Concluo, reafirmando que iremos votar contra os decreto-leis, se houver quorum para a votação hoje, aqui, no Plenário.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Egídio Ferreira Lima, para encaminhar a votação.

*O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA PRONUNCIANDO O DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Em votação na Câmara dos Deputados.

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, com base no art. 49 do Regimento Comum, quero formular uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno, para uma questão de ordem.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente,

formulo a V. Exª a seguinte questão de ordem: com base no art. 124 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no seu § 5º, V. Exª ordenou que os Decretos nºs 2.283 e 2.284 fossem anexados mesmo sem estar o 2.283 em tramitação, quando se deu a anexação. A questão de ordem. Sr. Presidente, é que existem dois decretos-leis, de nºs 2.283 e 2.284. O Projeto de Decreto Legislativo que aprova os dois Decretos-leis é o de nº 4; como dois decretos-leis vão ser aprovados no mesmo projeto de decreto legislativo, se o de nº 2.284 revoga o 2.283? Se o 2.284 revoga o 2.283, o Projeto de Decreto Legislativo nº 4 não pode propor a aprovação dos dois decretos.

Além do mais, Sr. Presidente, há matérias diferentes — e eu chamo a atenção de V. Exª para o art. 6º do Decreto nº 2.283, e o art. 6º do Decreto nº 2.284, que tratam exatamente da correção monetária. São matérias distintas, prazos distintos, com eficácias distintas. No dia 27 entra em vigor uma fórmula de correção; no dia 10, entra em vigor a segunda fórmula de correção. No dia 16 de abril, hoje, passa a vigorar qual fórmula de correção monetária, na medida em que os dois decretos estão sendo votados pelo mesmo decreto-legislativo?

A questão de ordem é que haja votação em separado, do 2.283 e do 2.284, até porque, Sr. Presidente, pode existir um parlamentar com a liberdade de votar um, aprovando-o e de votar outro rejeitando-o.

Essa é a questão de ordem, Sr. Presidente.

Eu quero apenas registrar que ela é feita com base numa declaração de votos do Deputado João Gilberto, por ocasião da votação dos Decretos nºs 8.064 e 2.065.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — V. Exª está levantando uma questão de ordem que já foi decidida em sessão anterior. É, portanto, uma questão preclusa. V. Exª há de perdoar-me, mas ela já está decidida. Nós vamos passar então a votação.

Em votação na Câmara dos Deputados. Como vota o Líder do PMDB? (Pausa.)

**O SR. PIMENTA DA VEIGA** (PMDB) — Sim ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Como vota o nobre Líder do PDS? (Pausa.)

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** (PDS) — Sim, com restrições, conforme declarações feitas da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Como vota o nobre Líder do PFL? (Pausa.)

S. Exª não se encontra em Plenário.

Como vota o nobre Líder do PDT?

**O SR. MATHEUS SCHMIDT** (PDT) — Não, com declaração de voto já lida na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Como vota o nobre Líder do PTB?

**O SR. GASTONE RIGHI** (PDS) — Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Como vota o nobre Líder do PT?

**A SRA. IRMA PASSONI** (PT) — Não, com declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Como vota o nobre Líder do PCB?

**O SR. ALBERTO GOLDMAM** (PCB) — Sim, nos termos do encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Como o vota o nobre líder do PC do B?

S. Exª não se encontra em Plenário.

Como vota o nobre Líder do PL? (Pausa.)

S. Exª não se encontra em plenário.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

**O Sr. Matheus Schmidt** — Sr. Presidente, eu peço verificação de voto.

**O SR. PRESIDENTE** — (José Fragelli) — Será feita a verificação do voto. Faremos a chamada nominal de norte para o sul.

Solicito a presença dos nobres Deputados Epitácio Cafeteira e José Ribamar Machado.

Procedida a votação na Câmara dos Deputados, havendo número, passar-se-á depois à votação no Senado.

Desejo fazer uma comunicação em nome do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados. S. Exª comunica a convocação da Câmara para duas horas após a votação desta matéria, hoje, a fim de apreciar a mesma Ordem do Dia da sessão extraordinária noturna de ontem.

#### RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS DEPUTADOS

Pimenta da Veiga — Líder do PMDB  
José Lourenço — Líder do PFL  
Bonifácio de Andrada — Líder do PDS  
Gastone Righi — Líder do PTB  
Alberto Goldman — Líder do PCB  
Haroldo Lima — Líder do PC do B

#### Acre

Alércio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PMDB.

#### Amazonas

Arlindo Porto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL.

#### Rondônia

Assis Canuto — PMDB; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PFL; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

#### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

#### Maranhão

Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

#### Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Freitas Neto — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; Jónathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS.

#### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PFL.

#### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Vingt Rosado — PMDB; Wanderley Mariz — PDS.

#### Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; José Maranhão — PMDB; Octacílio Queiróz — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

#### Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli



— PDS, José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PFL; Ricardo Fiuza — PFL; Roberto Freire — PCB; Sérgio Murilo — PMDB.

#### Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; Sérgio Moreira — PMDB.

#### Sergipe

Augusto Franco — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

#### Bahia

Afrísio Vieira Lima — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PFL; Elquisson Soares — PDT; Etelvir Dantas — PFL; Felix Mendonça — PTB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

#### Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

#### Rio de Janeiro

Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Arolde de Oliveira — PFL; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PFL; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Nery — PMDB; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

#### Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Roesemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

#### São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB;

Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Estevam Galvão — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Covas — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobiás Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

#### Mato Grosso

Jonas Pinheiro — PDS; José Amando — PMDB; Maçao Tadano — PFL; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PFL; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

#### Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PFL; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Harry Sauer — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Victor Faccioni — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

#### Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

### RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. DEPUTADOS

Matheus Schmidt — Líder do PDT  
Irma Passoni — Líder do PT

#### Rio de Janeiro

Arildo Teles — PDT; Clemir Ramos — PDT; Délio dos Santos — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Jacques D'Ornellas — PDT.

#### São Paulo

Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; José Genoíno — PT.

#### Rio Grande do Sul

Floríceno Paixão — PDT; Nadyr Rossetty — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 344 Srs. Deputados.

Votaram NÃO 13 Srs. Deputados.

O projeto foi aprovado.

Vai-se passar agora à votação no Senado Federal.

Como vota o nobre Líder do PMDB?

**O SR. ALFREDO CAMPOS** — SIM.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Como vota o nobre Líder do PFL?

**O SR. CARLOS CHIARELLI** — SIM.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Como vota o nobre Líder do PDS?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — SIM, de acordo com declaração de votos feita da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Como vota o nobre Líder do PTB?

**O SR. CARLOS ALBERTO** —

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Como vota o nobre o Líder do PDT?

**O SR. JAISON BARRETO** — Contra, conforme declaração de votos oferecida pela Bancada do PDT na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Como vota o nobre Líder do PDC?

**O SR. MAURO BORGES**

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Como vota o nobre Líder do PSB?

**O SR. JAMIL HADDAD** —

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Foi aprovado no Senado da República.

A matéria vai à promulgação.

**O Sr. Jaison Barreto** — Pela ordem, Sr. Presidente. Peço verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — A verificação de voto é um fato aclamado, mas V. Ex<sup>a</sup> há de convir que eu o anunciei para V. Ex<sup>a</sup> chegar ao microfone e pedir a verificação de votação. Mas eu vou fazer. Porém, de outra feita, não vou atender depois de proclamada.

**O Sr. Jaison Barreto** — Agradeço a atenção de V. Ex<sup>a</sup> mas estava atento aqui.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — V. Ex<sup>a</sup> só pediu depois do resultado.

Para não dizer que houve qualquer cerceamento, vou fazer a verificação. Mas, rigorosamente, não deveria fazê-lo.

**O Sr. Jaison Barreto** — Agradeço a sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup>, que é um democrata.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** Vai-se proceder à chamada de sul para o Norte no Senado Federal. (Procede-se à chamada.)

# **RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES**

Alfredo Campos — Líder do PMDB  
Carlos Chiarelli — Líder do PFL  
Virgílio Távora — Líder do PDS  
Carlos Alberto — Líder do PTB  
Jamil Haddad — Líder do PSB

Jorge Kalume — Altevair Leal — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Américo de Souza — Alberto Silva — João Lobo — Cesar Caly — José Lins — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Canelas — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Pedro Simon.

# **RESPONDEM À CHAMADA E VOTA "NÃO" O SR. SENADOR:**

Jaison Barreto — Líder do PDT

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Resultado da votação no Senado Federal:

Votaram SIM 48 Srs. Senadores, e NÃO 1.  
Aprovada, a matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Os Srs. Congressistas Nelson Marchezan, Siqueira Campos, Nelson do Carmo, Cunha Bueno e Osvaldo Lima Filho, encaminharam à Mesa declarações de voto que serão publicadas nos termos regimentais.

*(São as seguintes as declarações de voto encaminhadas à Mesa.)*

## **DECLARAÇÃO DE VOTO DO DEPUTADO NELSON MARCHEZAN**

A crescente inflação que se verificou no final do ano passado e início deste, estava a corroer tudo e a todos, ameaçando a própria estabilidade do País.

Medidas fortes e urgentes se faziam necessárias e o Governo as tomou. Por isso o voto favorável.

Isto não significa, entretanto, que considere as medidas completas.

Ao contrário, fiz e faço restrições, em muitos pontos, especialmente no que diz respeito à política salarial, aos déficits públicos, à política bancária e de custos financeiros, aos riscos da recessão, além de serem incompletas com relação a muitos outros setores.

Acredito que o Governo há-de conscientizar-se a respeito dessas deficiências e, a seu tempo, supri-las para que se alcance o que todos desejamos: desenvolvimento, sem inflação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 1986 — Nelson Marchezan.

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

A extinção da correção monetária, e tão-somente esta medida, merece o apoio de todo o povo brasileiro. Porque a correção monetária privilegiava, apenas, o capital em detrimento do trabalho, das positivas e nobres forças da produção.

Desde 1971, ao iniciar o meu primeiro mandato, que venho afirmando isto em intensa campanha pela extinção da correção monetária.

O Governo, que faz tanta promoção de um pretenso Plano de Estabilização Econômica, tem que adotar, com a urgência necessária, as efetivas medidas de proteção ao emprego do trabalhador, de apoio à agropecuária, à pequena e média empresa industrial e comercial, sem fazer o jogo dos poderosos cartéis e transformando, como faz agora, o nosso País em verdadeiro Estado Policial, repressor do pequeno comerciante e dos segmentos mais desprotegidos da nossa economia.

Após a extinção da correção monetária, cumpre ao Governo adotar, também e sobretudo, medidas concre-

tas e eficazes para evitar o nefando déficit público, sem o que não nos será possível evitar uma nova onda inflacionária que, juntamente com a recessão já iniciada, levará o País à maior convulsão social de sua história.

Pela extinção da correção monetária e com estas advertências, mesmo inconstitucionais os Decretos-leis nºs 2.283 e 2.284, compareço a este plenário e voto favoravelmente a sua aprovação.

Leio, para constar dos Anais, o artigo que o Estado de S. Paulo, de hoje, 16-4-86, publica sob o título "A Vitória Precipitada".

"Não há plano antiinflacionário indolor, nem anti-recessivo. Não há desinflação sem dor. Essas afirmações foram feitas pelo senador Roberto Campos no mesmo dia em que o Presidente Sarney falava à Nação, dando contas dos resultados do primeiro mês do cruzado. Em seu discurso, S. Ex<sup>a</sup> apresentou um cenário extremamente colorido do País. A inflação foi contida, diz o presidente, mas a economia continua crescendo, como revelam todos os indicadores, desde as vendas do comércio ao consumo de energia elétrica. Para o Presidente, será possível controlar a inflação, e até deflacionar a economia, e crescer a 5%, que era a meta inicial de seu governo... Evidentemente, Sarney perde-se em seu otimismo, procurando projetar para os próximos meses o resultado atípico de março, que não é um exemplo do que irá acontecer na economia a partir de agora.

Na verdade, em março estava-se ainda sob o efeito do impulso inflacionário dos últimos meses e não se sofreu o impacto total das medidas adotadas no dia 28 de fevereiro. Isso é até admitido publicamente pelos técnicos do governo, como o secretário do Tesouro, para quem somente a partir de abril é que será possível avaliar os efeitos das medidas, sobre a arrecadação e a economia. Aliás, é isso o que diz também o senador Roberto Campos, que admite o êxito político e psicológico do Plano Cruzado, mas afirma que, apesar de haver condições para o seu sucesso econômico, esse não está garantido, porém. Será preciso, agora, tomar as medidas ortodoxas de controle dos gastos públicos, pois a inércia inflacionária apenas propaga, e não causa as pressões inflacionárias. Estas residem no governo.

Aqui, mais do que nunca, nota-se a precipitação calculada do Presidente José Sarney. No mesmo dia em que pronunciava um discurso otimista, dando como fato consumado o êxito completo do pacote econômico e a vitória sobre a inflação, seus técnicos — entre eles também o ministro da Fazenda — reconheciam que se registrou déficit público com a queda da arrecadação em março, que não foi acompanhada pelo corte dos gastos. Sobre esse assunto, permanece o silêncio palaciano. Não se fala em cortes, em redução de despesas, embora a Receita Federal tenha dado o alarme: a arrecadação está caindo e vai continuar em declínio nos meses de abril e maio. O governo vai ter de emitir títulos públicos e dinheiro para fazer frente a esta situação.

Esse é o receio do senador Roberto Campos e dos economistas que acompanham o comportamento da economia. Não adianta substituir a rigidez da indexação pela rigidez do congelamento, o que não é solução. Apesar de o Presidente afirmar que os preços continuarão contidos, ele sabe que esta é uma situação apenas provisória. Haverá um momento em que se terá de descongelar. E, nesse ínterim, será preciso que tenham sido adotadas as medidas corretivas, reduzindo o déficit público não por meio da sucção de recursos do setor privado, como vem sendo feito, "já que os subsídios não foram cortados, nem diminuiu o funcionalismo, nem se privatizaram as empresas estatais", lembra o senador.

Os dois pronunciamentos, mais as manifestações do ministro da Fazenda e do secretário do Tesouro, mostram o irrealismo do discurso do Presidente da República na parte relativa ao comportamento da economia neste primeiro mês após a reforma econômica. A luta contra a inflação foi vencida neste período única e exclusivamente graças à desindexação, ao congelamento e à mobilização popular, fatores necessários, mas não suficientes para o êxito do plano. Na verdade, a parte mais importante do

discurso presidencial é exatamente aquela que não foi pronunciada: o silêncio total e completo sobre o controle do dispêndio público e o corte das despesas da máquina governamental, que vem gastando mais do que nunca. Muito, muito mais do que nunca. E, sobre isso, resta apenas o silêncio do Sr. José Sarney."

**Deputado Siqueira Campos.**

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste Plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 7, de 1985-CN, que aprova as Diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências.

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Voto Sim, mas colocamos restrições que passamos a enumerar, e entrar com proposição contando com apoio de todas as lideranças, uma vez que é fundamental para o povo e para o País uma melhor ordenação do Plano de Estabilização do Presidente Sarney.

Não se concebe diferenças de preços na tabela da SUNAB com diferenças de 20%, 30%, e em alguns produtos de até 70%, como é o caso da margarina Claybon cremosa de 100 gramas. Na Bahia o preço é de Cz\$ 4,00 e no Rio Grande do Sul é de Cz\$ 14,20, distorções como estas temos muitas e é isto que queremos corrigir, isto sem levar em consideração a nomenclatura dos produtos tabelados, vários erros provocando confusões na fiscalização, no consumidor e ao próprio comerciante.

Temos também certa cautela com respeito a venda pelo Governo dos estoques reguladores pertencentes a CFP (Comissão de Financiamento da Produção), isto porque esta venda até o presente momento só é feita em quatro capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. Estas mercadorias, há necessidade de serem distribuídas em todas as capitais brasileiras e muito mais no interior dos Estados.

Mas o grotesco da situação, é o que acontece com as estatais, elas exigem ao comprar um desconto dos seus fornecedores de 14,5% e ao vender dão somente 7% de desconto. Trata-se das despesas financeiras embutidas nas planilhas de custo dos produtos fabricados. Há necessidade de estipular uma cláusula onde regulasse esta situação em todo o produto fabricado, para todos os fornecedores. Para estes problemas apresentaremos proposição a respeito.

**Deputado Nelson do Carmo.**

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

Deixo claro minha discordância a forma encontrada decreto-lei, por representar um atentado a democracia e a harmonia entre os Três Poderes.

Somos a favor do congelamento, mas contra o aumento da carga tributária e o não controle e corte das despesas públicas.

O achatamento salarial nos repugna, mas pela forma do "decreto-lei" não há como corrigir os erros cometidos.

Voto pois, a favor com as ressalvas acima indicadas, esperando que o Governo reveja as injustiças que praticou.

Sala das Sessões, 16 de abril de 1986. — **Deputado Cunha Bueno.**

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1986, aprovando os textos dos Decretos-leis nºs 2.283, de 27-2-86, e nº 2.284, de 10-3-86.

As corajosas medidas adotadas pelo Governo no Decreto-lei nº 2.283, de 27-2-86, com o objetivo de desindexar a economia, coincidem de maneira geral com as idéias pregadas pelo PMDB ao longo dos últimos anos.

O Partido sempre reivindicou o fim do processo inflacionário, que corrói o salário dos trabalhadores e agrava as distorções da distribuição de renda em benefício dos detentores de capital.

Combateu sempre a ciranda financeira, que privilegiava os especuladores da moeda em detrimento dos setores produtivos.

Defendeu sempre o aumento real dos salários, em busca da maior justiça social.

E sempre advogou o estabelecimento do seguro-desemprego e do salário móvel, para resguardar as camadas menos favorecidas e, ao mesmo tempo, para fortalecer o mercado interno, que deve ser a base de sustentação do desenvolvimento de nossa economia.

O apoio à reforma não significa, entretanto, que o PMDB a considere concluída. Resulta evidente da leitura do ato governamental a falta de uma disciplina para os juros bancários, num momento em que todos os valores da economia estão virtualmente congelados.

E sempre fez parte do ideário do Partido o princípio de que os beneficiários da especulação financeira deveriam ser chamados a contribuir com a maior cota de sacrifícios para a retomada da normalidade.

O nosso apoio à reforma não significa, também, que o Partido abdique do direito de aperfeiçoar os parâmetros adotados pelo Governo para a solução de alguns problemas. A universalização do salário-desemprego, por exemplo, foi ato de coragem e justiça. Todavia, a limitação do seguro a, no máximo, mil e duzentos cruzados mensais, praticamente o torna inoperante para os assalariados que ganhem mais de dois salários mínimos.

O princípio que determinou o pagamento de 70% do salário ao trabalhador de mais baixa renda deverá ser estendido a todas as formas de remuneração salarial, para tornar efetivo o seguro-desemprego.

No tocante à escala móvel de salários, o PMDB entende que a reposição automática quando as perdas acumuladas atingirem 20%, configura uma posição inaceitável para os trabalhadores.

Há projetos subscritos por membros do Partido, ora em tramitação no Congresso, que estabelecem a escala móvel com reposição na faixa dos 10%, e esse limite parece mais adequado do que o constante da reforma.

Por fim, o elenco de medidas de combate à inflação deverá ser complementado por uma reforma tributária que alivie a carga que pesa sobre os setores produtivos. Não se pode esquecer que os grupos de alta renda continuam isentos de qualquer tributo progressivo, na condição de detentores de títulos ao portador.

O PMDB reivindica a diminuição dos impostos sobre a produção, através da redistribuição dos encargos e da extinção dos privilégios fiscais.

Ao manifestar seu decidido apoio à reforma monetária, na certeza de que o governo introduzirá brevemente os aperfeiçoamentos sugeridos pelo Partido, queremos ainda instar a administração a prevenir a realimentação do surto inflacionário, pela constituição imediata de estoques de produtos agrícolas, com a função de regular as cotações, e pela abolição da prática de internar preços vigentes no mercado externo.

Recomenda o PMDB:

- 1) o tabelamento dos juros de financiamentos bancários;
- 2) exame da política de crédito rural, especialmente em relação aos pequenos e médios agricultores;
- 3) redução a 10% da variação acumulada a partir da reforma monetária para reajustamento dos sa-

lários, vencimentos, soldos e remunerações em cruzados (art. 23, § 1º);

4) participação de representantes dos trabalhadores no Conselho Interministerial de Preços.

Essas posições, que defendemos perante o Diretório Nacional do Partido em reunião de 6-3-86 e ainda na Convenção Nacional de 6 abril corrente, onde mereceram aprovação unânime, constituem a exposição do nosso pensamento sobre as medidas de estabilização monetária.

O meu voto é, portanto, pela aprovação dos Decretos-leis de nº 2.283 e 2.284, de 1986, apesar das restrições que devo fazer ao parecer do nobre relator Hélio Manhães, que fundamentou seu relatório em "razões de segurança nacional" e na "doutrina da Escola Superior de Guerra", típicas do regime autoritário, pesadelo de que a Nação se libertou com a eleição do Presidente Tancredo Neves.

Confiemos que o Governo Sarney continue a sua marcha na defesa dos interesses da Nação, adotando posição mais severa da negociação da dívida externa e mais efetiva na promoção da reforma agrária.

Sala das Sessões, 9 de abril de 1986. — **Oswaldo Lima Filho.**

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 55 minutos.)

## Ata da 48ª Sessão Conjunta em 16 de abril de 1986

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

#### Acre

Alércio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PMDB.

#### Amazonas

Antônio Cunha — PMDB; Arlindo Porto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

#### Rondônia

Assis Canuto — PMDB; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

#### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curio — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

#### Maranhão

Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Victor Trovão — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lagó — PMDB.

#### Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Freitas Neto — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; Jónathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS.

#### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Leonor Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio —

PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PFL.

#### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Vingt Rosado — PMDB; Wanderley Mariz — PDS.

#### Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Juracy Palhano — PFL; Octacílio Queiróz — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB.

#### Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Araes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PFL; Ricardo Fiuza — PFL; Roberto Freire — PCB; Sérgio Murilo — PMDB.

#### Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Geraldo Bulhões — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Sérgio Moreira — PMDB.

**Sergipe**

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

**Bahia**

Afrísio Vieira Lima — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PFL; Elquisson Soares — PDT; Eraldo Tinoco — PFL; Etelvir Dantas — PFL; Félix Mendonça — PTB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

**Rio de Janeiro**

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PFL; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvahio — PFL; Léo Simões — PFL; Leonidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PFL; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Nery — PMDB; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Emilio Gallo — PFL; Emilio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Cane-do — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomu-

ra — PFL; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Covas — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

**Mato Grosso**

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; José Amando — PMDB; Maçao Tadano — PFL; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PFL; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PDT; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PDT; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Arolde Moletta — PMDB; Ary Kfuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martínez — PMDB; José Tavares — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PFL; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Walmor de Luca — PMDB

**Rio Grande do Sul**

Amaury Muller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Erani Muller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardim — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratin de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Victor Faccioni — PDS.

**Amapá**

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

**Roraima**

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 397 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Asfora.

**O SR. RAYMUNDO ASFORA** (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sr. Presidente, o clamor que ora se levanta no meu Estado é pela reabertura dos restaurantes da Universidade Federal da Paraíba. Todos eles foram fechados por decisão do Conselho Universitário. Sete mil estudantes de sete **Campus** nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Souza e Cajazeiras estão no meio da rua gritando pelo elemental direito à alimentação.

Os recursos financeiros do Ministério da Educação que já não vinham dando para a simples conservação dos laboratórios, equipamentos hospitalares e escolares da UFPB, minguardam a ponto de decretar o fechamento dos seus restaurantes.

Agora, a saída para o delicado impasse é a liberação, pelo MEC, de verba suplementar, aí da ordem de Cz\$ 10 milhões.

“Meio dia já é jejum” — dizia José Américo de Almeida. A fome na universidade paraibana está velha de mais de 15 dias.

Ponho nas mãos do Sr. Ministro da Educação, o ilustre Senador Jorge Bornhausen, a responsabilidade pela solução imediata desse inquietante problema social e humano. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente:

Tendo em vista a presença de 120 mulheres agricultoras, trabalhadoras do campo, gostaria que fossem registrados nos Anais os documentos que, em nome de 100 mil mulheres trabalhadoras do campo, foram encaminhados aos Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, da Educação, do Trabalho e da Agricultura e que têm o seguinte teor:

Excelentíssimo Senhor Ministro  
Doutor Rafael de Almeida Magalhães  
DD. Ministro da Previdência e Assistência Social  
Brasília — DF

Nós, mulheres trabalhadoras rurais, que participamos diariamente das atividades agrícolas da pequena propriedade, no pequeno arrendamento e parceria, como bóia-fria participantes do movimento de mulheres agricultores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul exigimos urgente atendimento das seguintes reivindicações:

— Aposentadoria aos 45 anos de idade para mulher trabalhadora rural com um salário-mínimo integral;

— direito do benefício no acidente de trabalho para mulher trabalhadora rural;

— assistência médica hospitalar e dentária integral, bem como exames laboratoriais;

— implantação imediata do sistema AIH válido para todo o território nacional com opção de escolha do médico e sem limites no selo de atendimento para cada município;

— aposentadoria integral de um salário-mínimo integral para os homens trabalhadores rurais;

— melhores condições nos hospitais no atendimento aos pacientes;

— pensão às viúvas de antes da lei pró-rural de 1971;

— medicamento de primeiros socorros para atender as necessidades das comunidades;

— proteção à maternidade: que a mulher trabalhadora rural seja beneficiada durante o período de descanso, parto, equivalente a um salário integral;



— que o trabalhador e a trabalhadora rural sejam beneficiados quando afastados do trabalho por motivo de doença;

— auxílio-natalidade para mulher trabalhadora rural.

Repudiamos o projeto do governo com relação à Previdência Social porque tal projeto não atende às reivindicações que formulamos e continua a discriminar o trabalhador rural e, em especial, a mulher trabalhadora rural. Repudiamos ainda qualquer projeto do governo que não contêm as reivindicações dos trabalhadores rurais na base.

Estas reivindicações foram aprovadas por 10.000 mulheres trabalhadoras rurais reunidas no encontro estadual realizado em 17 de outubro de 1985, em Porto Alegre e que o movimento de mulheres já encaminhou a esse Ministério em dezembro de 1985.

Nos demais estados também foram discutidos na base, através de muitas mobilizações e encontros, que reuniram entre todos umas 30.000 mulheres trabalhadoras rurais.

Segue em anexo 100.000 assinaturas colhidas nas bases entre as trabalhadoras rurais.

Brasília, 15 de abril de 1986

Excelentíssimo Senhor Ministro  
Nelson Ribeiro  
Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário  
Brasília — DF

Nós, mulheres trabalhadoras rurais dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul que trabalhamos na pequena propriedade, como arrendatários, meeiros, bóias-frias, inclusive entre nós temos companheiras acampadas, sabendo que nos nossos estados são mais de 290 mil famílias sem terra, isto sem contar os jovens filhos de pequenos proprietários que são sem terra também. E como mães de família esta situação nos preocupa e por isso exigimos:

— Uma verdadeira Reforma Agrária que beneficie todas as famílias sem terra.

— Que os jovens e as jovens maiores de 18 anos tenham direito ao seu pedaço de terra.

— O assentamento imediato das famílias acampadas em S. Miguel Do Oeste, Fachinal dos Guedes, Abelardo Luz cumprindo assim o Acordo firmado a 3-6-85 entre MIRAD, Governo do Estado e Movimento Sem Terra de Santa Catarina.

— Assentamento imediato no próprio Estado, das famílias acampadas na Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul.

— Que sejam atendidas as propostas dos agricultores de Sede Trentim, Santa Catarina, que foram atingidos pelo decreto de desapropriação que já é de vosso conhecimento.

— Que sejam atendidos os agricultores acampados em Papanduva, Campo Marechal Hermes.

— A construção das barragens significa para nós outra calamidade, pois deixará sem terra milhares de famílias, por isso exigimos que seja suspensa a construção das barragens da bacia do Rio Uruguai e a imediata retirada das equipes de trabalho dos locais onde estão previstas as construções.

— Que o MIRAD faça justiça cobrando o ITR atrasado dos grandes latifúndios e utilize esse dinheiro na execução da Reforma Agrária.

— A violência no Campo é outra realidade que fere a família do Trabalhador Rural e nós temos claro que a violência no campo só será superada se o governo tiver a coragem de fazer uma verdadeira Reforma Agrária.

Excelentíssimo Senhor  
Dr. Jorge Bornhausen  
DD. Ministro da Educação  
Brasília — DF

Nós, mulheres trabalhadoras rurais dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São

Paulo e Mato Grosso do Sul, vendo nossas necessidades que partem das bases em encontros nas comunidades, assembleias, reuniões, encontros estaduais e regionais, encaminhamos as seguintes reivindicações:

— Ensino voltado para o meio rural;

— professores preparados para mostrar a importância da agricultura na sociedade brasileira;

— exigimos que as Escolas Técnicas sejam implantadas no interior;

— acompanhamento dos agrônomos juntos aos trabalhadores;

— maior apoio aos filhos de agricultores para estudos a nível superior;

— primeiro grau completo em todas as comunidades do interior;

— repudiamos o ensino atual que discrimina a mulher.

Mesmo conscientes de que isto já é do seu conhecimento, lembramos a importância do ensino rural na formação dos futuros agricultores que terão a responsabilidade de produzir o alimento do qual tanto precisa o nosso País.

Nesta ocasião estamos entregando ao Ministro da Previdência um abaixo-assinado realizado pelas mulheres trabalhadoras rurais de vários municípios e Estados onde nos manifestamos pelo atendimento de nossas reivindicações.

Na certeza de que Vossa Excelência providenciará no atendimento das reivindicações apresentadas.

Brasília, 16-4-86

Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro  
Almir Pazzianotto  
Ministro do Trabalho  
Brasília — DF

Nós, trabalhadoras rurais que participamos diariamente das atividades agrícolas da pequena propriedade, do pequeno arrendamento e parceria, como bóias-frias, participantes dos movimentos de mulheres agricultoras nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, nesta ocasião trazemos aos Ministérios nossas reivindicações.

Na área do Ministério do Trabalho, reivindicamos o reconhecimento de nossa profissão como trabalhadoras rurais, pois de fato é isto o que somos. Nossas mãos calejadas, nosso dia-a-dia na roça comprovam esta situação. Não admitimos mais a discriminação a que somos submetidas, pois ela impede a conquista de vários direitos assegurados aos trabalhadores.

Ao Ministro da Previdência encaminhamos um abaixo-assinado, através do qual, as mulheres trabalhadoras dos nossos estados manifestam seu descontentamento e reafirmam disposição de luta.

Esse abaixo-assinado também é um manifesto de repúdio contra o projeto de lei que propõe a mudança da Previdência Social Rural e que foi elaborado por um grupo de trabalho que contou com a participação de representantes desse ministério. Esse projeto não traduz os interesses dos trabalhadores rurais pois não atende as nossas reivindicações.

Contando com o empenho de Vossa Excelência no sentido de determinar uma solução favorável aos nossos anseios,

Atenciosamente

Brasília, 16 de abril de 1986

Excelentíssimo Senhor  
Ministro da Agricultura  
Iris Rezende

Nós, trabalhadoras rurais que participamos diariamente das atividades agrícolas da pequena propriedade, do pequeno arrendamento e parceria como bóia-fria, participantes dos movimentos de mulheres agricultoras dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, exigimos o urgente atendimento das seguintes reivindicações:

— reajuste nos preços dos produtos agrícolas, salientando que os preços do leite e do porco ficaram extremamente prejudicados com o pacote;

— incentivo ao uso de meios naturais de recuperação do solo;

— que a extensão rural seja voltada para os pequenos agricultores;

— empréstimo de dinheiro sem juros aos pequenos agricultores;

— liberação de empréstimos a longo prazo para melhoramento do pequeno e médio agricultor;

— participação do agricultor no planejamento da política agrícola do País;

— que as pesquisas técnicas sejam feitas pelos brasileiros e controladas por brasileiros.

Repudiamos ainda o silêncio e a demora do governo em relação aos problemas dos pequenos agricultores com as medidas econômicas.

Além destas reivindicações, específicas, manifestamos a Vossa Excelência nosso repúdio ao projeto de lei de mudança da Previdência Social Rural elaborado recentemente por um grupo de trabalho do qual faz parte um representante deste Ministério. Tal projeto não atende aos interesses dos trabalhadores rurais.

Contando com o empenho de Vossa Excelência no atendimento de nossas reivindicações,  
Atenciosamente,

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está em funcionamento nesta Câmara uma CPI com a finalidade de examinar atividades do sistema Bancário Financeiro Nacional. Pelos dados que me chegaram às mãos, para organização desta CPI muito concorreu a luta da nobre classe dos Corretores de Seguros contra os bancos, que a partir de 1970 iniciaram autêntica invasão da área de trabalho até então exclusiva daquela referida classe profissional, restringindo de modo paulatino e permanente o seu campo profissional de trabalho. Esta redução é da ordem de 70%.

Natural portanto que no encaminhamento dos trabalhos da CPI tenha sido dado enfoque à estruturação em que se apoia o mercado segurador nacional, às suas operações, ao trabalho dos Corretores de Seguros e ao seu justo atrito com os bancos.

É do conhecimento da Casa que durante o período de "cassado da revolução", a que me submeteram injustamente, como meio de prover a sobrevivência de minha família, fui obrigado ao exercício de diversas e legítimas atividades de corretagens, entre elas as de seguros. Não me é, portanto, estranho o ambiente de seguro. Ao contrário, tenho dele relativo conhecimento, o suficiente para justificar as preocupações sobre o que se passa na referida CPI.

Como membro da CPI, o nobre colega Deputado Cunha Bueno apresentou àquela Comissão, e ali se encontra em exame, estudo de projeto que, se transformado em lei, entende o ilustre Deputado solucionará a pendência bancos/Corretores de Seguros. É sobre este assunto que desejo lançar um alerta à Casa com a função simultânea de subsídio ao nobre Deputado Cunha Bueno e a toda a CPI de que faz parte.

O assunto envolve aspectos econômicos de monta para a economia nacional e a sobrevivência de um órgão federal de suma importância para a normalidade e funcionalidade das operações de seguro no País. Este órgão é o Instituto de Resseguros do Brasil, uma entidade de economia mista federal, identificada no meio segurador pela sigla IRB.

Pelo projeto referido, as operações de resseguro, atualmente de competência do Instituto de Resseguros do Brasil, se transfeririam aos conglomerados financeiros em atividade no País. A contratação direta de seguros em geral seria função exclusiva das atuais companhias seguradoras. Os conglomerados ficariam pois impedidos por lei de atuar no campo das seguradoras. Apenas seriam resseguradores. Um procedimento empresarial autêntico ao do IRB junto ao mercado segurador.

Com isto os bancos seriam afastados do mercado segurador direto. Os corretores voltariam a ter seu campo profissional restaurado, livre da concorrência bancária.

Aparentemente, é muito simples o Projeto Cunha Bueno, mas há consequências que, pela sua gravidade, devem ser pensadas.

A primeira, seria a quebra do monopólio do IRB. Privado da atividade básica de ressegurador, perderia sua sustentação econômica, extinguindo-se. Em decorrência surgiriam:

a) o problema social de seus 2.000 funcionários, que a União teria que solucionar. Um senhor encargo, de equacionamento sobremodo problemático.

b) a desorganização e mutilação da funcionalidade das operações de seguros no País, pois o IRB é o elo básico de tal atividade pela cobertura que concede de modo automático às sociedades seguradoras. Sem ele não estaríamos longe do caos nesta área empresarial.

Uma segunda consequência, seria de natureza econômica. Muito grave por sinal.

Diminuído o poder o IBR, os resseguradores seriam os conglomerados como foi dito. Seria impossível a eles a adoção da sistemática usada pelo IRB nas suas operações de resseguro. Necessariamente teriam que encaminhar ao exterior, sob a forma de polpudos contratos de retrocessão, os excedentes de sua capacidade de retenção. Com isto o atual índice de 4% de evasão de divisas ao exterior, um dos menores do mundo, que se verifica na produção do mercado segurador, cresceria a algumas dezenas percentuais. Teríamos uma sangria anual de várias centenas de milhões de dólares. Evidentemente não é aconselhável submeter nossa economia a semelhante disparate, quando são notórias as nossas dificuldades com a dívida externa.

Mas nossas preocupações com o Projeto Cunha Bueno não terminam aqui. Registram os estudiosos do seguro no Brasil que em sua história se identificam duas etapas distintas. A primeira, alcança o período até 1939, quando foi criado o Instituto de Resseguros do Brasil. A segunda parte, daquela data até os dias atuais.

Até 1939, afirmam aqueles historiadores, predominavam no mercado segurador as seguradoras estrangeiras. Eram mais experientes, de sólida estrutura econômica. Os negócios de segura giravam em seu torno. As seguradoras nacionais praticamente vegetavam. O resseguro, sem o qual não poderiam operar, lhes era de consecução difícil, dadas as imposições das congêneres estrangeiras. Ficavam por isto à margem dos melhores negócios, que invariavelmente lhes escapavam. Criado o IRB, veio a facilidade do resseguro automático. As nacionais adquiriram condições de operar. Cresceram, dezenas de sociedades se organizaram. Todo o mercado segurador floresceu.

Sinceramente, vencedor o Projeto Cunha Bueno, alimentamos sérias dúvidas se não estamos criando condições tais que farão o mercado segurador retornar a 1939. O que se sabe é que os grupos nacionais realmente fortes são poucos. Predominam ainda as seguradoras de porte médio. Teriam elas condições de resistir ao que sobrevirá com o regime que se originará do Projeto Cunha Bueno? Esta é a pergunta que encaminho aos nobres colegas que compõem a CPI. De minha parte fica o alerta da inconveniência de se alterar uma orientação administrativa que tem frutificado bem, com a agravante de serem visíveis os desacertos decorrentes da mudança proposta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JORGE CARONE EM SEU DISCURSO:*

INFORMATIVO AFIRB

10-3-86 066

Colega,

Estamos divulgando, a seguir, a íntegra do documento elaborado pelo funcionalismo do IRB, sob coordenação da Comissão especialmente criada para tal fim, em resposta ao trabalho apresentado pelo Deputado Federal Cunha Bueno.

Em reunião havida no dia 3-3-86, com a presença da AFIRB e Chefes de Departamento, foi entregue ao Sr. Presidente do IRB o documento citado, para remessa ao Sr. Ministro Dilson Funaro.

A AFIRB, na qualidade de representante do funcionalismo, e através deste, está providenciando a entrega do trabalho elaborado pela Casa a todas as lideranças do Congresso Nacional.

### Conclusão

A falha matricial do trabalho do deputado foi não ter-se preocupado com a defesa dos interesses da peça-chave de todo o sistema, a rigor, sua própria razão de ser — o segurador, o consumidor (real ou potencial) de seguros.

Tal falha foi, sem dúvida, decorrência direta de sua visão simplista da questão do seguro, enfocada em seu trabalho apenas pela motivação da lucratividade, ao invés de uma abordagem que privilegiasse o amplo caráter social e econômico dessa importante atividade.

Em suma, por carecer do devido respaldo de fundamentação técnica — nas áreas operacional, financeira, administrativa, fiscal e legal — e pelos desastrosos efeitos negativos claramente constatados nas considerações desenvolvidas sobre o trabalho, só há uma conclusão e categórica: a proposição do deputado Cunha Bueno é absolutamente descabida.

Isso porque, em resumo:

a) não atende ao objetivo declarado pelo próprio autor, pois não extingue o conflito apontado. Pelo contrário, desdobra-o e amplia-o, transformando empresas atualmente competidoras em futuros clientes obrigatórios. Se, segundo o autor, as seguradoras de conglomerados já têm conflitos hoje com seus clientes não-obrigatórios, pode-se imaginar...

b) não aumenta (conforme alegação do autor), mas reduz (conforme comprova a correção de suas tabelas de simulação) a lucratividade das seguradoras independentes;

c) desmantela os mecanismos de liquidez (contrato automático de resseguro, com taxas fixas pré-estabelecidas) e segurança (sistema de retrocessão) que, ao mesmo tempo que sustentam a estrutura do mercado interno, distendem ao máximo sua capacidade de retenção.

d) provoca a desnacionalização do setor, através do aumento abrupto de cessão de prêmios ao exterior, que tende a aumentar em rápida progressão, inclusive com a estimulação de colocação direta de resseguros no mercado internacional.

Para finalizar, é justo rememorar que a idéia de o IRB só se ocupar de colocações de excedentes no exterior não é nova, nem tampouco original. Tal idéia surgiu em um trabalho que foi produzido por encomenda de um grupo fortemente ligado ao capital estrangeiro (como acabou sendo descoberto mais tarde).

Corria o ano de 1936, e aquele trabalho pretendia ser o substitutivo do anteprojeto de criação do Instituto de Resseguros do Brasil. Mas daquela vez prevaleceu a vontade do desenvolvimento de um mercado segurador autenticamente nacional no Brasil. O IRB foi criado em 3 de abril de 1939.

### O IRB: Sua Função e seu Desempenho

O Instituto de Resseguros do Brasil — IRB foi criado em 1939 com a missão de implantar e desenvolver um

mercado realmente nacional de seguro. Tratava-se de exigência de interesse público: seguro é poupança, e poupança não se pode, nem se deve, alienar ou desnacionalizar.

A criação do IRB implicou a consecução de dois objetivos essenciais:

1) promover a hegemonia do capital nacional no mercado interno,

2) reduzir de forma drástica, à menor expressão possível, a evasão de divisas para o exterior.

Hoje, aos 46 anos de operações, as empresas nacionais têm domínio amplo do mercado, detendo 90% da receita global das operações. Ao exterior, por via do resseguro, transferem-se excessos da capacidade nacional, que têm representado apenas 4% do volume total das operações de seguro geradas no Brasil, índice de transferência de resseguro que é um dos mais baixos do mundo.

O IRB é uma empresa mista cujo capital se divide em partes iguais entre o setor público (previdência social) e o setor privado (seguradoras operando no País).

Em 1939, os acionistas foram chamados a realizar capital, que era de 15.000 contos de réis. Hoje o IRB apresenta capital de Cr\$ 800 bilhões, além de reservas livres que fazem seu patrimônio líquido ascender a Cr\$ 2,3 trilhões, todo decorrente da reinversão de lucros, pois nunca os acionistas foram chamados a fazer qualquer aporte de capital.

Tomada a cotação do dólar norte-americano como valor de referência (à falta de outro indicador que permita um cotejo recuado a 1940), o capital do IRB elevou-se de US\$ 777 mil naquele ano, para US\$ 76,5 milhões atualmente, sendo seu patrimônio líquido, hoje, da ordem de US\$ 285 milhões (conversões à taxa de câmbio de 31-12-85). Nunca, em toda a sua história de 46 anos de operação, qualquer balanço anual do IRB deixou de ser superavitário.

O setor público, que em 1939 investiu no IRB US\$ 401 mil, está hoje com esse investimento altamente valorizado: sua participação é agora de US\$ 38,1 milhões no capital acionário, e de US\$ 104,7 milhões no patrimônio líquido. E mais ainda, desde 1940 os seus acionistas — tanto Governo, quanto iniciativa privada — todos os anos receberam dividendos do IRB. Estes, somados às bonificações totalizaram US\$ 65,3 milhões (às taxas de câmbio das épocas respectivas) representando 16,284% do investimento inicial.

É significativo também assinalar que o IRB situa-se:

1) entre os maiores financiadores da dívida pública brasileira, elevando-se a Cr\$ 3,7 trilhões, em 31-12-85, suas aplicações ORTN;

2) entre os maiores contribuintes do Imposto sobre a Renda, ao longo de todos os 46 anos de sua existência. Só em 1985 o IRB pagou Cr\$ 218,9 bilhões.

### SIMULAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS SEGURADORAS COM A ADOÇÃO DA PROPOSTA — 1984 (CORREÇÃO)

	SEGURO DIRETO	RESSEGURO (CONGLOMERADOS)	COLOCAÇÃO EXTERNA (VIA IRB)	RETENÇÃO LÍQUIDA
CONGLOM.	-	1.912,4 (1)	(441,3) (2)	1.471,1
INDEP.	3.286,3	(1.912,4)	-	1.375,9
TOTAL	3.286,3	-	(441,3)	2.845,0

(1) Valor arbitrado na proposta correspondendo a 58,2% dos prêmios de seguros diretos.

Em 1984 os prêmios de resseguros auferidos pelo IRB (787,0) corresponderam a 24% dos seguros diretos; com a devolução de 345,7 como retrocessão do País, a taxa líquida de resseguro foi de 13,4%

(2) 122,9, acrescido de 318,4 de retenção própria do IRB.

Com a adoção da proposta, a evasão de divisas cresceria de 259,1%

**SIMULAÇÃO DO RESULTADO DAS SEGURADORAS INDEPENDENTES — 1984  
(CORREÇÃO)**

	REAL	COM A REESTRUTURAÇÃO PROPOSTA	CORREÇÃO
Prêmios de seguros diretos	1.335,6	3.286,3	3.385,3
Retrocessão	133,1	-	-
Resseguro	(367,9)	(1.912,4)	(1.912,4)
Prêmios líquidos retidos	1.100,8	1.373,9	1.373,9
Despesas operacionais	(981,6)	(1.264,8)	(1.264,8)
Resultado operacional	119,2	109,1	109,1
Resultado de inversões	594,9	715,6	715,6
Despesas administrativas	(406,3)	(406,3)	(563,6) (1)
Resultado final	307,8	418,4	261,1 (2)

(1) 406,3, acrescido de 157,3, isto é, a parcela (30%) deduzida da despesa administrativa das seguradoras de conglomerado.

(2) No resultado final: 37,6% menos que o indicado na proposta.  
15,2% menos que o real.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

**O SR. JOSÉ FREJAT** (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores.

Pressionado pelos grandes fabricantes de armamentos, o governo do Presidente Reagan erigiu-se em belicoso promotor de guerras. Não bastasse a invasão de Granada, o governo norte-americano financia ainda a guerra não declarada contra a pequena Nicarágua, fornecendo dinheiro, equipamento e farta assessoria militar aos "contras", adeptos do ex-ditador Somoza.

Agora, ainda sob a influência dos fabricantes de máquinas de guerra, o Presidente Reagan agride brutalmente a Líbia, lançando sobre alvos civis e militares centenas de bombas de uma tonelada. É agressão inominável não só à Líbia, — país de 3 milhões de habitantes e que não pode jamais ameaçar o poderio norte-americano, — mas à consciência universal dos povos, um desrespeito às leis internacionais, uma bofetada nas Nações Unidas e um desmentido vigoroso e explícito a qualquer pretensão de favorecimento da paz por parte do governo Reagan.

Felizmente para a humanidade, o comportamento guerreiro e fanfarrão do Presidente Reagan, o seu vazio de exibir força, não atinge a maioria daquela grande Nação. O Presidente Reagan não cuidou de obter o apoio e o consentimento do Congresso de seu país, onde cresce a pressão contra as aventuras guerreiras do Chefe do Poder Executivo. Avoluma-se nos setores mais representativos dos Estados Unidos, nas universidades, nas instituições científicas, no Partido Democrático e nos movimentos comunitários civis e religiosos a preocupação com a política externa do governo do Presidente Reagan.

O povo norte-americano está cansado de guerras. Fatigado e amargurado com guerras da Coreia, a derrota no Vietnã, onde tantos jovens norte-americanos perderam inutilmente suas vidas ou se tornaram inválidos. Quantos lares e famílias desagregadas com o desaparecimento de maridos, filhos, jovens cheios de esperança e de vida, sacrificados em lutas inglórias, em nome da democracia e da justiça, mas na verdade em defesa dos interesses dos fabricantes de armamentos e dos grandes empresários dos Estados Unidos.

A ação guerreira do Presidente Reagan, em represália a uma suposta participação oficial de líbios no lamentável atentado ocorrido numa boite berlimense frequen-

da por milhares de norte-americanos, atingiu, ainda a Embaixada da França, do Irã, da Romênia e a residência do Embaixador da Suíça, além de outros alvos civis. Não foi apresentada nenhuma prova dessa participação líbia no condenável ato terrorista. E o governo da Líbia desmentiu a acusação e responsabiliza a CIA pelo atentado.

A paz está mais distante em decorrência dos interesses da indústria bélica. E o Brasil não pode permanecer sobre o muro, como quer o nosso Ministro do Exterior, cuja nota é dúbia e lacunosa na condenação do ato de guerra do Presidente Reagan. Não somos vassalos de nenhum país. Temos nossa tradição de política externa de não interferência e de luta pela paz entre os povos. A presença acintosa e ofensiva da 6ª Frota norte-americana no Mar Mediterrâneo, nas costas da Líbia, é ato de provocação e merece a condenação clara e explícita do governo brasileiro.

O Ministro do Exterior de nosso país não pode aliar-se aos pretextos belicosos da indústria de armamentos. É preciso que ele se liberte de suas origens e empunhe as funções de Ministro do Exterior do Brasil.

É o que espera a consciência livre e pacifista do povo brasileiro.

(Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Gostaria de trazer ao conhecimento da Casa o teor da carta que enviei ao Sr. Ministro da Justiça que, neste momento, passo a ler:

Exmo. Sr. Ministro da Justiça Paulo Brossard;

É com sabida honra que venho à presença de V. Ex<sup>a</sup> para abordar assunto da maior relevância, objeto de minha preocupação no exercício do mandato que me foi conferido pelo povo paulista, para representá-lo no Congresso Nacional e um dos temas de realce na pauta de decisões do Governo da Nova República.

Trata-se da violência nas prisões.

As constantes rebeliões nas prisões sediadas nos grandes centros urbanos do País, de configurações dramáticas e consequências lastimáveis, são os sinais alarmantes do ponto crítico de um problema que atingiu estado de extrema gravidade.

Preocupa-nos o intercâmbio da marginalidade entre as prisões e o mundo exterior. Aí, inegavelmente, a sede de toda a problemática: a criminalidade intra e extramuros a se alimentarem reciprocamente. O que não terá fim...

Por isso mesmo, surpreende-nos o desígnio, não raro alvitado como solução heróica, de se aumentarem os

conjuntos arquitetônicos dos estabelecimentos prisionais das grandes cidades, o que, a nosso ver, significa estimular o caldo de cultura do crime.

Estamos em que o tema momentoso deveria ser a desconcentração penitenciária. Ao invés de propiciarmos o crescimento dos nossos maiores centros urbanos de cumprimento de penas, a tendência deveria ser extingui-los progressivamente.

Força é tomar, desta feita, a decisão corajosa e mudar o rumo da orientação até agora seguida, em sentido diametralmente oposto, à inspiração da nova filosofia penológica, já em voga dentre povos mais evoluídos: acabar com as "Sin-Singues" e as "Alcatrazes", desconcentrar o Sistema Penitenciário.

Tal é a sugestão que ora fazemos a V. Ex<sup>a</sup>, através do incluso ante-projeto de lei, onde propomos a criação de Colônias Agrícolas e Agroindustriais na Administração Penitenciária Federal como instrumento da desejada desconcentração.

Foi a forma que alvitamos para acabar com as grandes concentrações de população carcerária em todo o País, verdadeiros focos de criminalidade. Ficaria a cargo da União instituí-las, implantá-las e mantê-las, neste último caso mediante a utilização de um fundo financeiro, denominado Fundo Penitenciário Nacional, em glebas de sua propriedade situadas em locais apropriados à prática de atividades agrícolas, nem muito próximas de núcleos populacionais com que se possa estabelecer o contato indesejável, nem muito distante deles de modo a facilitar o escoamento da produção.

As Colônias Agrícolas e Agroindustriais destinariam-se a receber sentenciados definitivos originários de qualquer prisão do País, considerados recuperáveis, para serem submetidos a laborterapia, em atividades rurais, mediante remuneração adequada, em estabelecimentos de segurança mínima, abertos ou até mesmo sujeitos a regime de convivência familiar, conforme o caso. De outra parte, haveria Colônias apropriadas para a segregação, com segurança máxima também sob regime de trabalho, de sentenciados considerados perigosos.

Ao Poder Executivo, em Regulamento, caberia estabelecer as categorias dos estabelecimentos, com suas características institucionais e funcionais.

Por outro lado, convênio entre a União e as unidades federativas fixariam as condições das transferências de sentenciados para as Colônias.

Caberia, contudo, à direção do órgão de execução administrativa da pena selecionar os recolhidos com vista à transferência, classificando-os segundo o tipo de regime carcerário a que deverá ser submetido, para decisão do Juiz de Execução Penal, ouvido o Conselho Penitenciário.

Como medida capaz de viabilizar a consecução de tal desiderato, o Ante-projeto prevê a existência de uma Comissão Executiva devidamente constituída e aparelhada para o desempenho de suas atribuições, diretamente subordinada ao Presidente da República, tendo em vista a maior eficácia de sua autoridade, bem como composta por representantes de Ministérios cuja contribuição é indispensável ao atingimento dos objetivos colimados.

O suporte financeiro para empreendimento dessa ordem seria propiciado por um fundo especial, denominado Fundo Penitenciário Nacional, o qual além de permitir a manutenção das Colônias, atenderia também as despesas com o reaparelhamento dos estabelecimentos prisionais integrados no Sistema Penitenciário Nacional, sendo alimentado, para esse custeio, por I) — dotações orçamentárias da União, conferidas ao Sistema Penitenciário Nacional; II) — verba resultante do recolhimento da taxa penitenciária, a ser criada por lei; III) — recursos provenientes da renda líquida obtida com a produção das Colônias Agrícolas e Agroindustriais; IV) — eventuais doações de entidades públicas ou privadas.

Ao nosso ver, tais são as providências que devem ser adotadas, com a maior urgência possível, face à grave problemática das prisões brasileiras, visando a reduzir as populações carcerárias nas cidades, especialmente nos

grandes centros urbanos, desafogando os recintos de recolhimento, de modo a livrá-los da promiscuidade e ociosidade que alimentam a potencialidade delinqüencial, e bem assim fazer cumprir urgentemente os mandados de prisão pendentes, centenas de milhares, e por esse modelo retirar das ruas bandidos, destacadamente os violentos

Em suma — repetindo —, o objetivo básico deste anteprojeto é o de desconcentrar o Sistema Penitenciário Nacional, propiciando aos sentenciados considerados recuperáveis o melhor tratamento penológico possível — a laborterapia — e aos perigosos, que devam permanecer em regime de segurança máxima, a segregação longe da sociedade, com a obrigatoriedade do trabalho, mas sem que lhe sejam negados, os recursos indispensáveis à recuperação social.

Parece-nos que à União cabe arcar com semelhante ônus, para enfrentar a situação calamitosa a que se encontra relegado o Sistema Penitenciário Nacional, uma vez que as unidades federativas jamais poderiam suportá-lo.

Esperando que V. Exª saiba compreender o relevante alcance social desta iniciativa, subscrevo-me

Cordialmente. (Muito bem!)

**O Sr. Cunha Bueno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cunha Bueno.

**O SR. CUNHA BUENO** (PDS — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Passos Pôrto.

Com exceção de V. Exª e do ilustre Senador Luiz Calvalcante, não existem outros Senadores em plenário. Portanto, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de *quorum*, o encerramento da presente sessão

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Respondendo à questão de ordem do Deputado Cunha Bueno, realmente, pelo art. 29 do Regimento Comum, não há número suficiente de Senadores em plenário para o prosseguimento da sessão. Em face disto, a Presidência é obrigada a encerrar a presente sessão, deixando de convocar outra que faríamos em seguida, para, na forma do art. 55 da Constituição, apreciar o Projeto de Decreto Legislativo nº 29.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Antes de encerrar, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1985-CN (6ª sessão).

**O Sr. Gastone Righi** (PTB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gastone Righi, para uma questão de ordem.

**O SR. GASTONE RIGHI** (PTB — SP. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

O insigne parlamentar que havia pedido a suspensão dos trabalhos retirou-se do plenário. Portanto, acredito que isso importe em desistência do seu requerimento feito à Mesa.

Assim, pediria a V. Exª que continuasse a sessão, para ouvirmos os colegas que têm a palavra a ser oferecida e pronunciamentos a serem feitos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — O Regimento é claro:

“Art. 29 § 2º — No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos, ex officio ou por provocação de qualquer Congressista.”

**O SR. GASTONE RIGHI** — Sr. Presidente, apenas me permito observar a V. Exª o fato de que se o Parlamentar fez a solicitação não se encontra mais em plenário isso importou em desistência do seu pedido.

É o que peço para que a Mesa releve, considerando a desistência do pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Mas, o fato de ter havido a solicitação do Parlamentar obriga-nos, observando o Regimento, a aceitar o pedido de verificação em plenário.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 35 minutos.)

## ATAS DE COMISSÕES MISTAS

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 71, de 1985 — CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 1977, que “dá nova redação ao art. 246 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal”.

1ª Reunião (instalação), realizada em 20 de novembro de 1985

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Raimundo Parente, Aderbal Jurema e Deputados Brabo de Carvalho e Valmor Giavarina, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 71, de 1985 — CN, pela qual o Senhor Presidente da República, comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 1977, que “dá nova redação ao art. 246, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador José Ignácio Ferreira e Deputado Hamilton Xavier.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Aderbal Jurema, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Aderbal Jurema convida o Senhor Deputado Valmor Giavarina para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Senador Raimundo Parente ..... 3 votos  
Em branco ..... 1 voto

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Brabo de Carvalho .... 3 votos  
Em branco ..... 1 voto  
São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senador Raimundo Parente e Deputado Brabo de Carvalho.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Raimundo Parente agradece, em nome do Senhor Deputado Brabo de Carvalho e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Valmor Giavarina para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá a publicação.

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 1, de 1986-CN, que “aprova as diretrizes do Primeiro Plano de Desenvolvimento do Nordeste da Nova República”.

1ª Reunião (Instalação), realizada em 6 de março de 1986

Aos seis dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às dezessete horas, na Sala da Comis-

são de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Humberto Lucena, Alberto Silva, Moacyr Duarte, Virgílio Távora, José Lins, João Lobo, Marcondes Gadelha e Deputados Virgildásio de Senna, Oswaldo Lima Filho, Moysés Pimentel, João Alves e Evandro Ayres de Moura, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 1, de 1986-CN, que “aprova as diretrizes do Primeiro Plano de Desenvolvimento do Nordeste da Nova República”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Martins Filho, Cid Sampaio, Helvídio Nunes, Lomanto Júnior e Deputados Antônio Câmara, Genebaldo Correia, João Carlos de Carli, Leorne Belém, Inocencio Oliveira e Elquisson Soares.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Virgílio Távora, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Virgílio Távora convida o Senhor Deputado Oswaldo Lima Filho para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado João Alves ..... 11 votos  
Em branco ..... 1 voto

**Para Vice-Presidente:**

Senador Alberto Silva ..... 11 votos  
Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputado João Alves e Senador Alberto Silva.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado João Alves agradece, em nome do Senhor Senador Alberto Silva e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador João Lobo para relatar o projeto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 5, de 1986-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.167, de 22 de outubro de 1984, que “dispõe sobre o recolhimento dos débitos previdenciários das Prefeituras Municipais”.

1ª Reunião (Instalação), realizada em 11 de março de 1986

Aos onze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às dezessete horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Gastão Müller, Marcelo Miranda, Martins Filho, Pedro Simon, Jorge Kalume, Lomanto Júnior, Octavio Cardoso, José Lins, Américo de Souza e Deputados Francisco Amaral, Oswaldo Melo e Nilson Gibson, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 5, de 1986-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.167, de 22 de outubro de 1984, que “dispõe sobre o recolhimento dos débitos previdenciários das Prefeituras Municipais”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Moacyr Dalla, Milton Cabral e Deputados Jorge Ueque, Maurício Fruet, Nyder Barbosa, Domingos Leonelli, Amílcar de Queiroz, Jorge Arbage, Mozarildo Cavalcanti e José Fernandes.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Jorge Kalume, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Jorge Kalume convida o Senhor Deputado Francisco Amaral para funcionar como escrutinador.



Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado Jorge Arbage ..... 10 votos  
Deputado Nilson Gibson ..... 2 votos

**Para Vice-Presidente:**

Senador José Lins ..... 9 votos  
Senador Pedro Simon ..... 3 votos  
São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputado Jorge Arbage e Senador José Lins.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Jorge Arbage agradece, em nome do Senhor Senador José Lins e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Gastão Müller para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de Estudo e Parecer sobre a mensagem nº 8, de 1986 — CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o Texto do Decreto-lei nº 2.168, de 29 de outubro de 1984, que “concede isenção de impostos aos bens importados para substituição ou reparo daqueles danificados pelas inundações ocorridas na região Sul do país”.**

#### 1ª Reunião (Instalação), realizada em 18 de março de 1986

Aos dezoito dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Pedro Simon, Gastão Müller, José Ignácio Ferreira, Leonir Vargas, Octávio Cardoso, Moacyr Dalla, Ivan Bonato, Nivaldo Machado, José Lins e Deputados Pedro Sampaio, Fabiano Braga Cortes e Paulo Melro, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 8, de 1986 — CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.168, de 29 de outubro de 1984, que “concede isenção de impostos aos bens importados para substituição ou reparo daqueles danificados pelas inundações ocorridas na Região Sul do País”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Affonso Camargo, Amaral Furlan e Deputados Odilon Salmoria, Siegfried Hauser, Aroldo Moletta, Paulo Mincarone, Antônio Mazurek, Hugo Mardini, Antônio Ueno e Nadyr Rossetti.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Nivaldo Machado, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Nivaldo Machado convida o Senhor Deputado Pedro Sampaio para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Senador Lenoir Vargas ..... 8 votos  
Senador Gastão Müller ..... 4 votos

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Paulo Melro ..... 7 votos  
Deputado Pedro Sampaio ..... 5 votos  
São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senador Lenoir Vargas e Deputado Paulo Melro.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Leonir Vargas agradece, em nome do Senhor Deputado Paulo Melro e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Siegfried Heuser para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu Marcílio José da Silva, assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e assinada pelo Se-

nhor Presidente, demais membros da Comissão, irá à publicação.

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 19, de 1986 (CN), do Senhor Presidente da República, Submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Decreto-lei nº 2.173, de 19 de novembro de 1984, que altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.**

#### 1ª Reunião (Instalação), realizada em 25 de março de 1986

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às onze horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Galvão Modesto, Martins Filho, Jorge Kalume, Lomanto Júnior, Helvídio Nunes, Benedito Ferreira, Lourival Baptista, Odacir Soares, Carlos Lyra e Deputados Wagner Lago, Francisco Amaral e Ronaldo Canedo, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 19, de 1986 (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.173, de 19 de novembro de 1984, que, “altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Humberto Lucena, João Calmon e Deputados Jorge Ueque, Myrthes Bevilacqua, Júlio Costamilan, Etelvir Dantas, Adauto Pereira, Francisco Erse, Josias Leite e Sérgio Cruz.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senador Martins Filho que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Martins Filho convida o Senhor Deputado Wagner Lago para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Senador Jorge Kalume ..... 11 votos.  
Senador Martins Filho ..... 1 voto.

**Para Vice-Presidente:**

Deputado Francisco Erse ..... 11 votos.  
Deputado Ronaldo Canedo ..... 01 voto.

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senador Jorge Kalume e Deputado Francisco Erse.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Jorge Kalume agradece, em nome do Senhor Deputado Francisco Erse e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa a Senhora Deputada Myrthes Bevilacqua para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, José Viana da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e irá à publicação.

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 22, de 1986 (CN), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.174, de 26 de novembro de 1984, que “dispõe sobre a aplicação do disposto no artigo 2º da Lei nº 6.732, de 4 de dezembro de 1979, aos funcionários designados para o exercício, no exterior, de funções diplomáticas”**

#### 1ª Reunião (Instalação), realizada em 1º de abril de 1986

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Cid Sampaio, João Calmon, Severo Gomes, Jorge Kalume, Luiz Viana, Amaral Peixoto, Octávio Cardoso, Lourival Baptista e Deputados Seixas Dória, José Ribamar Machado, Enoc Vieira, e Nelson Morro, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 22, de 1986 (CN), do Senhor Presidente da República, subme-

tendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.174, de 26 de novembro de 1984, que “dispõe sobre a aplicação do disposto no artigo 2º da Lei nº 6.732, de 4 de dezembro de 1979, aos funcionários designados para o exercício, no exterior, de funções diplomáticas”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Saldanha Derzi, Américo de Souza, Milton Cabral e Deputados Freitas Nobre, José Carlos Teixeira, Myrthes Bevilacqua, João Hermann Neto, Oscar Corrêa Júnior e Antonio Ueno.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Cid Sampaio, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Cid Sampaio convida o Senhor Deputado Enoc Vieira para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Deputado Nelson Morro ..... 11 votos.  
Senador Cid Sampaio ..... 01 voto.

**Para Vice-Presidente:**

Senador Américo de Souza ..... 11 votos.  
Deputado Seixas Dória ..... 01 voto.

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputado Nelson Morro e Senador Américo de Souza.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Nelson Morro agradece, em nome do Senhor Senador Américo de Souza e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador João Calmon para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, José Viana da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e irá à publicação.

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Mensagens nºs 12 e 13, de 1986-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-leis nºs 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, que “dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do seguro desemprego e dá outras providências”; e 2.284, de 10 de março de 1986, que “mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o seguro desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação”.**

#### 3ª Reunião, realizada em 3 de abril de 1986

Aos três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às quinze horas e vinte e cinco minutos, na Sala da Comissão de Economia, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Hélio Gueiros, Cid Sampaio, Virgílio Távora, Jorge Kalume, José Lins, Nivaldo Machado, Ivan Bonato e Deputados Aluísio Campos, Mário Covas, Ronan Tito, Hélio Manhães, Eduardo Matarazzo Suplicy, Francisco Studart, Nilson Gibson e Reinhold Stephanes, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Mensagens nºs 12 e 13, de 1986-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-leis nºs 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, que “dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do seguro desemprego e dá outras providências”; e 2.284, de 10 de março de 1986, que “mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o seguro desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação”. Comparecem, ainda, os Senhores Deputados José Lourenço e Egidio Ferreira Lima.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Severo Gomes, Martins Filho, Roberto Campos, Moacyr Duarte e Deputados Bayma Júnior, João Carlos de Carli e Sérgio Lomba.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Jorge Kalume, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata

da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senhor Deputado Hélio Manhães, que emite parecer favorável às mensagens, nos termos de projeto de decreto legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão o parecer, usam da palavra os Senhores Deputados Eduardo Matarazzo Suplicy, Egydio Ferreira Lima, Aluizio Campos e José Lourenço.

Em votação, é o parecer aprovado, votando, contrário, o Senhor Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy e, com declaração de voto, favorável, o Senhor Senador Virgílio Távora.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates.

*ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE AS MENSAGENS NºS 12 E 13, DE 1986-CN, DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SUBMETENDO À DELIBERAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL O TEXTO DOS DECRETOS-LEIS NºS 2.283, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986, QUE "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA NOVA UNIDADE DO SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO, DO SEGURO DESEMPREGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"; E 2.284, DE 10 DE MARÇO DE 1986, QUE "MANTÉM A NOVA UNIDADE DO SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO, O SEGURO DESEMPREGO, AMPLIA E CONSOLIDA AS MEDIDAS DE COMBATE À INFLAÇÃO", REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 1986, ÀS 15 HORAS E 25 MINUTOS, INTEGRAL DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR JORGE KALUME.*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Declaro abertos os trabalhos da Comissão. Convido o nobre Deputado Hélio Manhães, relator da matéria, assim como o Vice-Presidente para tomarem assento à Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Manhães.

O SR. (HÉLIO MANHÃES) RELATOR — Srs. Membros da Comissão Mista do Congresso Nacional...

O SR. NILSON GIBSON — Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON — Sr. Presidente, o voto do ilustre Deputado Hélio Manhães foi distribuído aos membros da Comissão, que atentamente, o leram. De maneira que pediria a V. Exª que dispensasse a leitura do mesmo. Qualquer esclarecimento, o nobre e ilustre Relator poderia fornecer à douta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Consulto o Sr. Relator se está de acordo com esta proposta?

O SR. RELATOR (Hélio Manhães) — Eu tomaria a liberdade, ainda que fosse protocolarmente, vamos dizer assim — embora o nobre Deputado Nilson Gibson considere desnecessário proferir algumas palavras e dar o meu parecer oral, conforme determinação regimental, para que assim fosse constar dos Anais desta Comissão, considerando a extrema importância dos Decretos que Sua Excelência o Sr. Presidente da República, encaminhou à consideração do Congresso Nacional.

Não vou me alongar muito e procurarei fazê-lo resumidamente, a fim, naturalmente, de dar maior agilidade aos trabalhos desta Comissão Mista.

Inicialmente no nosso parecer, fizemos uma preliminar no tocante ao aspecto constitucional dos decretos editados por Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, fazendo referência ao fato de que S. Exª se utilizou do art. 55, incisos 1 e 2, que dispõe:

Art. 55, "O Presidente da República, em caso de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias:

- 1) Segurança Nacional
- 2) Finanças Públicas, inclusive normas tributárias.

Efetivamente, trata-se de matéria inserida nos parâmetros do conceito de segurança nacional, que não se limita à idéia de defesa contra agressões externas, guerrilhas, subversões e outras circunstâncias análogas.

Adiantando esta nossa apreciação preliminar no tocante à constitucionalidade dos decretos, temos ainda a ressaltar que não há como dissociar a matéria referente à unidade monetária, criando cruzados, do entendimento sobre finanças públicas.

Ainda dentro do trabalho já citado, encontramos uma referência ao fato de que não se cuidou unicamente, nesta oportunidade, de rebatizar o antigo cruzeiro e cortar três zeros, tratando-se, pois, não simplesmente de rebatizar o cruzeiro, mas de substituí-lo por uma moeda forte e estável. O decreto-lei, com toda a oportunidade, cuidou de regular os efeitos da criação dessa moeda sobre as principais relações de direito, até mesmo para respeitar o ato jurídico perfeito e assegurar o direito adquirido.

Em seguida, nós fizemos uma análise política dentro do mérito das medidas adotadas pelo Presidente José Sarney, bem como algumas colocações sobre o espírito democrático do governo de Sua Excelência, que se fez presente, sempre, no encaminhamento das medidas que ora estão sob exame no Congresso Nacional, bastando citar que a primeira providência de Sua Excelência foi convidar a presença de todos os Governadores de Estados, oportunidade em que debateu e esclareceu as razões principais para a edição dos citados decretos.

Já se falou aqui, nos debates que antecederam esta reunião em que estamos apresentando o nosso parecer, que esteve o Ministro Dilson Funaro, durante algumas horas, na Câmara dos Deputados, quando S. Exª teve a oportunidade de amplamente responder às questões que lhe foram formuladas pelos parlamentares e depois esteve, também, no Senado onde, prestou outros esclarecimentos.

A nível da bancada do PMDB, esteve o Ministro Almir Pazzianotto, atendendo a um convite que foi formulado pela nossa Liderança, a discutir as questões salariais dos decretos editados pelo Presidente da República. Estiveram aqui, também, técnicos da área econômica, discutindo com os parlamentares.

Isto é para demonstrar que, além da sociedade brasileira que está toda engajada nesse processo, participando desse debate que é nacional, também nós, parlamentares, já estamos, há algum tempo, acompanhando com minúsculas tudo que se relaciona com os decretos que foram editados. E diríamos que é o aplauso popular o fato mais significativo deste momento decisivo por que passa o País, respaldando, pois, a ação parlamentar acima das siglas partidárias e ensejando o grande compromisso de cada um para com o nosso futuro. O otimismo que domina todas as faixas da população está justificado plenamente na veiculação das notícias, hoje estampadas com destaque na imprensa, dando conhecimento de que informações extra-oficiais obtidas junto ao IBGE revelam um índice de inflação de 1,7% negativa para o mês de março, decorridos apenas trinta dias das profundas mudanças ocorridas em nossa economia. Contra fatos dessa natureza não há argumentos capazes de modificar a opinião consensual de que a reforma econômica do Presidente José Sarney está dando certo. Não seria necessário, aqui, falar do elenco dessas medidas, sendo que um de seus principais aspectos seria o de que eliminou a correção monetária e tantos outros pontos que vêm dando resultado dentro do nosso processo econômico. E terminamos este parecer, fazendo pontos distintos a respeito das medidas adotadas dentro dos decretos. Finalmente, concluindo:

Ante o exposto e tendo em vista os efeitos já referidos e esperados desses textos, somos pela sua aprovação, uma vez que os decretos submetidos ao nosso exame por imposição regimental tramitam em conjunto. Apresentamos, em decorrência do disposto no § 5º do art. 141 do Regimento da Câmara dos Deputados, segundo subsidiário do Regimento Comum o seguinte projeto de decreto legislativo:

(Leitura do Decreto Legislativo.)  
Projeto de Decreto Legislativo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está em discussão o parecer.

O SR. EDUARDO SUPlicy — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. EDUARDO SUPlicy — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores tem sido crítico sobre a maneira como o Governo, em primeiro lugar, baixou esse decreto-lei sem antes ter realizado um amplo processo de debate com todos os segmentos da sociedade. Nós compreendemos o aspecto sigiloso, no que diz respeito à questão do congelamento de preços, mas todos os outros aspectos relativos ao conteúdo desse decreto-lei, relativos à forma como foram contidos os salários, normalizados em termos do seu valor real médio nos últimos 6 meses, mesmo com o abono de 8%, são, tipicamente algo que deveria ter sido longamente discutido com as entidades sindicais. A maneira como foi instituído o seguro-desemprego, que, se de um lado constitui algo importante para o País, de outro lado é muito restritivo, porque somente merecerão o seguro-desemprego aqueles que tenham sido empregados nos últimos quatro anos e contribuído para a Previdência Social nos últimos 36 meses, em vista de que 40% da força de trabalho nem carteira de trabalho registrada tem. Entendemos que seria muito importante ampliar o direito a esse seguro-desemprego.

O decreto-lei também não leva em conta, evidentemente, a questão das dispensas em larga escala, que ora estão ocorrendo em alguns setores da economia como o de bancos. Acharmos, tipicamente, que deveria o decreto-lei levar em conta esse aspecto e o Congresso Nacional também deveria decidir, discutir e modificar o seu conteúdo. O decreto-lei, na verdade, define as relações de remuneração entre o capital e o trabalho a um nível em que a remuneração do trabalho, no Brasil, historicamente, tem sido muito insatisfatória, seja no nível de salário mínimo, seja no nível de salário em geral da grande maioria de trabalhadores do País. Enfim, também o decreto-lei não define convenientemente como ficarão as taxas de juros no mercado financeiro. Portanto, gostaríamos de ter a oportunidade nesta Casa, de poder modificar o conteúdo deste decreto-lei. Por tantos anos, o PMDB, como um dos partidos de oposição ao regime autoritário, foi severamente crítico à maneira como os governos militares legislavam sobre a questão econômica, utilizando-se do decreto-lei. Agora, entretanto, é o próprio Governo do PMDB e do PFL que utiliza esse procedimento. E aqui, nesta comissão, nós vimos que as lideranças do PMDB e do PFL preferiram que o debate a respeito do assunto fosse não realizado no âmbito da comissão. O argumento das lideranças do PMDB e do PFL era de que toda a Casa deveria discutir esse assunto, e não apenas esta Comissão.

Sr. Presidente, consistentemente com essa vontade dos Líderes do PMDB e do PFL, nós iremos fazer um requerimento para que aquelas personalidades que haviam sido listadas; pelo menos algumas delas, nos requerimentos aqui apresentados, sejam convocadas ao Plenário da Câmara dos Deputados, ou melhor, ao Plenário do Congresso Nacional para que ambas as Casas, Senado e Câmara, possam ouvir, dentre outros, o Presidente da CUT, Jair Meneguelle; o Presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andradadas; o Presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Ignácio Lula da Silva e o Governador Leonel Brizola, como um dos principais líderes do PDT, que tem se colocado como crítico desse decreto-lei. Talvez fosse interessante, e vou submeter toda essa idéia ao Plenário, logo no início da semana, mais ainda, vou submetê-lo ao Partido e demais membros da Bancada, para saber exatamente a lista completa de pessoas que gostaríamos que viessem debater este assunto no âmbito da sessão do Congresso Nacional. Será algo inédito, mas nós queremos aproveitar a própria sugestão do Líder Pimenta da Veiga, de que toda a Casa discuta o decreto-lei. Já que o PMDB e o PFL querem discutir, façamos o debate naquele âmbito.

Assim, Sr. Presidente, registro aqui, oralmente, o voto do Partido dos Trabalhadores contrário ao parecer do

decreto-lei, ressaltando que somos favoráveis ao congelamento dos preços, dos aluguéis, das ORTNS, da sua transformação em OTNs, mas somos críticos de diversos aspectos do decreto-lei, particularmente no que diz respeito à maneira como os assalariados como foram tratados. Desta maneira não podemos dar o voto sim conforme o relator, o nosso voto é contrário. Peço licença, Sr. Presidente, para ausentar-me, porque preciso fazer uma comunicação de liderança, no plenário da Câmara dos Deputados, agradecendo a atenção de V. Ex<sup>a</sup> e dos demais membros.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A mesa acolhe o voto de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. RELATOR (Hélio Manhães). — Gostaria de em respeito à saída do Deputado Eduardo Suplicy, como relator, apresentar algumas razões, contrariando o ponto de vista de S. Ex<sup>a</sup> Deverei, em breve no plenário da Câmara dos Deputados constatar os pontos que S. Ex<sup>a</sup> abordou nesta oportunidade, defendendo as medidas corretas adotadas pelo Governo Federal.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Muito obrigado.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA — Peço a palavra, Sr. Presidente, pela liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Egídio Ferreira Lima.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA — O deputado Eduardo Suplicy obriga o PMDB a registrar nos Anais desta Comissão a sua posição, que já é conhecida, em relação aos dois decretos-leis relatados.

A utilidade das medidas, disse bem o Relator Hélio Manhães em seu parecer: "Não só a intelectualidade brasileira em seus diversos matizes, mas, mais do que isto, toda a Nação intuiu, e toda sociedade intuiu, com a sua sabedoria, o acerto a objetividade e o caráter convicente das medidas do Governo". O Governo não poderia estabelecer o silêncio, como queria o Deputado Eduardo Suplicy, para o congelamento dos preços e não fazê-lo em relação às demais medidas. Há uma interligação inseparável entre elas.

O ponto fundamental que me obrigou a fazer essa ressalva foi quando o Deputado Eduardo Suplicy nos fustigou, dizendo que o PMDB sempre condenou o decreto-lei e hoje aplaude a sua utilização. Quero dizer que nós estamos vivendo, pelo menos de fato, num regime democrático. Temos, ainda, que criar as instituições próprias para o seu exercício, mas o ambiente já é descontraído, há um clima de liberdade e os instrumentos institucionais não estão, em regra, sujeitos a juízo de valores. Eles podem ter sua utilidade e a sua bondade ou não, o seu alcance no sentido do bem, de acordo com o uso e a utilização que se faça, dele.

O decreto-lei, eu acho que é um avanço, na cultura, nos conhecimentos jurídico-institucionais dos povos. Naturalmente, a Constituição atual traz um decreto-lei com uma série de deformações que deverão ser corrigidas. Mas o decreto-lei é uma necessidade na celeridade dos tempos em que vivemos, há necessidade de que o Executivo partilhe com o Poder Legislativo da elaboração e da feitura das leis. O papel fundamental do Congresso não é elaborar leis. Quando o Parlamento surgiu, surgiu como fiscal do orçamento, fiscal do Executivo, na Inglaterra, e depois passou a elaborar leis. A terceira atribuição do Parlamento, hoje, é a mais rica, a mais densa e a mais necessária. O Parlamento é o porta-voz da soberania popular, é quem fixa as linhas do pensamento político nacional; elabora a lei e pode partilhar essa elaboração sem nenhum dano para a democracia, pelo contrário, com o Executivo. Um desses instrumentos é o decreto-lei, como também é a lei delegada, desde que democratizada, desde que num ambiente democrático como agora, esse dispositivo pode ser utilizado.

O Deputado Eduardo Suplicy disse da necessidade do sigilo. Ora, se abrissemos o debate, utilizando o processo normal e ordinário de tramitação, nós não teríamos guardado esse sigilo e o decreto-lei apresenta-se assim como uma arma importante para isso. Nunca, pessoalmente, este parlamentar que fala em nome do PMDB criticou, acerbadamente, passionadamente, o decreto-lei. Não tenho pronunciamento algum nesta Casa, nem no período da ditadura, verberando o decreto-lei em si, por-

que sempre entendi que, desde que escoimado de suas deformações, é uma grande arma para a evolução do Governo no exercício do poder e do próprio Poder Legislativo.

Acho que o voto correto do Deputado Eduardo Suplicy não teria sido contra o parecer, mas aprovando o parecer e mostrando aqueles pontos em que ele alimenta dúvida e que porventura mereça corrigenda. Não temos os decretos como coisa perfeita e acabada, obra nenhuma do homem é absolutamente correta no momento em que surge. Ele está sujeito a aperfeiçoamentos, o próprio fato de sair um decreto logo depois um outro indica isso, foi uma coisa importante. Outras corrigendas virão até no processo de execução dos decretos; e complementações sérias, corajosas, porque não poderemos ficar apenas nas medidas que aqui se encontram.

Quero parabenizar em nome do PMDB a Comissão, na pessoa do Sr. Presidente, pela eficiência, pela rapidez com que se houve no encaminhamento da matéria. Quero também levar a minha louvação ao meu companheiro de Bancada, o Deputado Hélio Manhães, pelo relatório que apresentou e ao Vice-Presidente, o Deputado Stuard, que aqui representa o seu partido e que integra esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Continua em discussão.

O Sr. José Lourenço — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Sr. Presidente, quero, em nome do meu Partido e da própria Aliança Democrática, me congratular com toda esta Comissão pela rapidez com que aprovou estes Decretos-leis, pondo-se, assim, o Congresso em sintonia com a vontade desta Nação. Entendo que a Nação já aprovou estes Decretos-leis. Caberia ao Congresso, portanto, dar-lhe a aprovação formal, legal. E o fez dentro do espírito que sempre deve presidir a atenção destas Casas, entre as nossas Casas do Congresso Nacional, com rapidez, com eficiência, e tendo como único objetivo o interesse maior desta Nação. Acredito que o desempenho desta Comissão engrandece mais do que nunca a imagem do Congresso Nacional perante o País: O povo que acompanha diariamente os nossos trabalhos, ao ver a celeridade com que esta Comissão decidiu sobre tão importantes matérias, certamente aplaudirá o trabalho aqui realizado. É esse aplauso do País, que me permite agora transmitir a todos os membros desta Comissão Mista à Mesa que dirige os trabalhos, ao Sr. Relator, ao seu Vice-Presidente, e seu Presidente, o Senador Jorge Kalume. Quero congratular-me também com todos os Membros da Aliança Democrática, e com todos os Parlamentares que fazem parte da Comissão, pois hoje é um grande dia para o Congresso Nacional!

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Continua em discussão.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS — Apenas desejo fazer um rápido pronunciamento, mais como uma ressalva pessoal. Tenho sido, na Câmara dos Deputados, um constante e impiedoso crítico da utilização do decreto-lei. É claro que devo explicar por que, neste momento, participo do dever de aprová-lo. Pessoalmente até já cheguei a sugerir ao Senhor Presidente da República, que nos deu a impressão, desde que assumiu, que desejava realmente desativá-lo. E sempre que possível, nos casos urgentes, preferiria usar a lei delegada, ao invés do decreto-lei, um instrumento sempre usado de improviso, para consolidar a expansão de centralismo discricionário, e que sempre foi também objeto de muitas e constantes imperfeições. Mas o problema não é de forma, o problema é de fundo. É que as transformações institucionais sempre se realizam à base das legitimidades surgentes. A grande verdade nacional é que a inflação se tornou um mal coercitivo de todos os interesses e da própria paz social, em virtude dos instrumentos criados no regime

discricionário, que a alimentou constantemente. Esses instrumentos tornaram-se ilegítimos perante a Nação brasileira, e desde que o decreto-lei foi utilizado, exatamente para extinguir essas ilegítimidades, é natural que, no momento, nós não devamos nos preocupar com o aspecto formal, como não nos preocupamos quando utilizamos o Colégio Eleitoral, depois da pregação pelas eleições diretas, para mudar o regime discricionário, e fazer a grande transformação institucional, operada em consequência da eleição do Presidente Tancredo Neves. Aliás, no momento de transição constitucional isso sempre aconteceu no passado. Nós recordamos de que em 1945, quando foi necessário convocar eleições presidenciais, e em seguida uma nova Assembleia Constituinte, o Presidente José Linhares usou as famosas leis constitucionais da ditadura Vargas, exatamente para possibilitar o aceleração da mudança institucional. Então, Sr. Presidente, como é muito mais importante o critério da legitimidade do que o aspecto da instrumentação, o decreto-lei está, nesta fase da vida nacional, representando um instrumento de legitimidade da vontade nacional, porque ele vem ao encontro dos anseios de toda a sociedade brasileira. E, por esta razão, concordo em abrir uma exceção no meu comportamento tradicional no Congresso, e manter a aprovação deste Decreto-lei, porque ele representa, realmente, o primeiro grande e corajoso passo para o início das mudanças que nós, do PMDB, sempre pregamos e que estamos certos de que começamos a realizar. E continuaremos a fazê-las com base exatamente nessa iniciativa tomada para elidir a inflação e assegurar a estabilidade econômica, com o propósito de retomar a marcha de desenvolvimento deste País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Relator.

Os Srs. Congressistas que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com voto em separado do Deputado Eduardo Suplicy do PT, e com declaração de voto, favorável do Sr. Senador Virgílio Távora.

O SR. JOSÉ LINS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, quero reiterar as palavras que aqui foram ditas pelo nobre Líder José Lourenço e congratular-me com o Presidente da República que nos enviou um decreto dessa natureza, hoje um dos esteios da esperança renovada do povo brasileiro.

Quero, também, aproveitar a oportunidade para parabenizar-me e congratular-me com a Mesa, com o trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, com o Relator pelo seu profícuo desempenho, com o nosso Vice-Presidente cuja cooperação e presença nunca faltou e; sobretudo, com todos os membros desta Comissão pela proficiência e rapidez com que apreciou esta matéria, mostrando ao povo brasileiro que o Congresso tem sensibilidade para as coisas de interesse público.

Era o que gostaria de dizer, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Quero agradecer todos estes louvores e reparti-los com todos os membros desta Comissão, em especial com o Relator pelo trabalho que apresentou, num tempo recorde. Muito obrigado!

Está encerrada a reunião.

#### COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 07, de 1985-CN, que "aprova as diretrizes do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências".

2ª Reunião, realizada em 19 de março de 1986.

Aos dezenove dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às quinze horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Fede-

ral, presente os senhores Senador Virgílio Távora e Deputados Virgildásio de Senna, Francisco Dias, Herberto Ramos, Pratiní de Moraes, Paulo Melro e Reinhold Stephanes, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 07, de 1985-CN, que "aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências". Comparece, ainda, o Senhor Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Cid Sampaio, Marcelo Miranda, Fábio Lucena, Alberto Silva, Lomanto Júnior, Moacyr Dalla, Roberto Campos, José Lins, Nivaldo Machado, Marcondes Gadelha e Deputados Celso Sabóia, Dário Tavares, José Fernandes, Jorge Arbage e Amaury Müller.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Virgílio Távora, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Proseguindo, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se à discussão das três ressalvas oferecidas ao Projeto, de autoria dos Senhores Deputados Herberto Ramos, Paulo Melro e Pratiní de Moraes, respectivamente.

Usam da palavra Senhores Deputados Pratiní de Moraes, Herberto Ramos, Eduardo Matarazzo Suplicy, Reinhold Stephanes, Paulo Melro e, finalmente, o Relator, Senhor Deputado Virgildásio de Senna.

Durante os debates, decide-se convidar o Doutor Francisco Vidal Luna, Secretário de Planejamento e Superintendente do IPLAN/SEPLAN para comparecer às dez horas do dia vinte de março, a fim de dirimir algumas dúvidas existentes sobre a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauly Sarres dos Santos, assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquígráfico dos debates.

**ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 07, DE 1985-CN, QUE "APROVA AS DIRETRIZES DO PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND) DA NOVA REPÚBLICA, PARA O PERÍODO DE 1986 A 1989, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1986, ÀS 15 HORAS E 30 MINUTOS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA.**

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, a Comissão se reúne para ter um primeiro contato com os seus membros, no sentido de receber observações, sugestões, críticas, emendas e enfim, tudo que a Comissão achar pertinente no exame do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico remetido às duas Casas do Congresso pelo Poder Executivo.

Para início de informações, esclareço a V. Exª que nos foram encaminhados, tempestivamente, três ressalvas, todas já publicadas em avulsos do Congresso. A primeira do nobre Deputado Herberto Ramos, versando alguns aspectos que, ao seu entendimento, merecem críticas, observações e modificações.

A segunda do nobre Deputado Paulo Melro, de Santa Catarina, oferecendo emendas relativas a aspectos particulares.

A terceira do nobre Deputado Pratiní de Moraes, mais de ordem geral e mais diretamente ligada ao setor industrial específico, à siderurgia, à indústria siderúrgica nacional.

Como o material já foi publicado em avulsos, sugiro a V. Exª que dispense a leitura, já que está à disposição de todos os Srs. Deputados, o exame da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Sr. os Srs. Senadores e Deputados concordarem, por uma questão processual, acredito que não haja voto em contrário e é atendida a solicitação de V. Exª

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Posteriormente, Sr. Presidente, à deliberação de V. Exª e à deliberação dos nobres membros da Comissão, o Sr. Deputado Nelson Marchezan ofereceu uma ressalva, datada do dia 18 de março, propondo, também, alterações e acréscimos, todos eles baseados no Plano de Descentralização Industrial ou uma proposta de descentralização industrial, elaborado pela Assessoria Parlamentar em 1982. Cingem-se as observações do nobre Deputado Nelson Marchezan, à explicitação, à definição de como seria realizada a descentralização.

São essas as proposições apresentadas até agora à Comissão. Estamos aqui para a defesa, se for o caso e se o Sr. Presidente autorizar que os Srs. autores usem da palavra para defender as suas ressalvas e esclarecer à Comissão da natureza das mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Pois, não. Quanto às três ressalvas não há a menor dúvida, porque foram, em tempo hábil, apresentadas à Comissão. Não persiste, portanto, nenhuma dúvida a respeito do seu recebimento. Foi-nos endereçada a ressalva que V. Exª há pouco fez menção, do eminente Deputado Nelson Marchezan. Sem embargo do conteúdo altamente polêmico de que ela se reveste e da contribuição que traria a esta Comissão, é obrigação da Presidência colocar logo em discussão, a sua aceitação ou não, porque foi bastante fora do prazo e conflitante com o Regimento Comum das duas Casas.

Gostaria, portanto, que antes mesmo de nós entrarmos no mérito de cada uma das três ressalvas já publicadas, referidas pelo eminente Relator, que esse ponto fosse elucidado: o recebimento ou não fora do prazo dessa ressalva do nobre Deputado Nelson Marchezan.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, permita-me. (Assentimento do Presidente.) Eu não conheço o estilo com que V. Exª preside estas comissões, pois é a primeira vez que trabalhamos juntos, mas, evidentemente, que o Regimento permite a apresentação de ressalvas em plenário e eu sugeriria a V. Exª e se assim deliberassem os demais membros da Comissão que, por economia de tempo, já que não é possível apresentar a ressalva à Comissão, pois ela será necessariamente apresentada ao Plenário e nós teríamos que considerá-las, então, que as aceite por economia de tempo e economia de andamento desse projeto ou da sua análise.

É uma sugestão que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Em discussão a sugestão do eminente Relator. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar a respeito damos-lhe por aceita.

Passamos, então, ao exame das diferentes ressalvas.

Alguns dos Srs. autores das mesmas, que queiram fazer uso da palavra sobre elas ou sobre assunto colateral ou pertinente, têm a palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Pratiní de Moraes.

O SR. PRATINI DE MORAIS — Sr. Presidente, eu tive a ocasião de encaminhar a ressalva número três, para exame da Comissão Mista e a elaborei no período de férias, uma vez que o projeto, em exame, o encaminhei e, (falha na gravação) assim como assinalou o Relator, faço alguns comentários de natureza geral sobre o PND, o mais relevante dele... (falha na gravação) e por isto é indispensável que se estabeleçam as estimativas de recursos necessários e as metas definidas neste programa. As metas são extremamente ambiciosas, porém não há nenhuma indicação precisa de recursos relativos aos diferentes setores. Por exemplo, à página três diz-se: "Em 1985 o governo garantiu investimentos de 12 trilhões no Programa de Prioridades Sociais. Em 1986 esses gastos vão dobrar, elevando-se progressivamente ao longo do ano". Então, em 1986, vão se investir 24 bilhões de cruzados; vamos aplicar a tabela para esses cruzados? Qual é o critério que vai ser adotado? Parece-me, Sr. Presidente, fundamental que esse documento inclua ou então o Governo envie um anexo especificando quanto vai se investir em cada um desses setores. Porque é excessi-

vamente genérica a indicação não só dos setores, como também o que se pretende fazer nesses setores.

Os meus comentários de natureza mais específica dizem respeito às questões ligadas à engenharia nacional e à engenharia de construção e montagem. Por quê? Porque o documento, na sua introdução, fala no novo padrão de industrialização e de descentralização regional e estabelece que a ampliação da capacidade tecnológica do País será feita através da expansão de centros de pesquisas, articulação com universidades, indústrias, etc, inteiramente de acordo com essa estratégia. Agora, como é que se pretende fazer um programa de apoio à inovação tecnológica do País, se não se conta com o apoio da engenharia nacional, se não se faz sequer referência à importância da engenharia nacional nesse documento? Acho que é uma omissão grave.

Na área metalúrgica a preocupação maior — e aqui eu faço oito sugestões específicas de alteração do texto, já que os outros comentários são mais de natureza genérica, eu não estou propondo a reescrever o documento — como na área da siderurgia, a minha preocupação é muito grande, porque propõe aumentar de 21 milhões e meio para 26 milhões de toneladas a capacidade de produção de aço, no período de 85/89. Porém, nós todos sabemos, Sr. Presidente, que o setor siderúrgico é o mais lento entre a declaração, a intenção e o acontecimento do aço-plano sendo embarcado. Eu tive experiência pessoal, quando me engajei num programa siderúrgico, e alguém me disse: "Tu não vais inaugurar nenhuma das usinas que estás projetando." O que foi verdade. Qualquer uma dessas ampliações importantes em siderurgias levam quatro, cinco, seis anos para acontecer. O que nós estamos vendo agora é uma declaração de intenção meritória, porém, que não define como se pretende chegar a esses seis milhões de toneladas. O mais grave, Sr. Presidente, é que quando se fala em preços, deixa-se claro que se espera a retomada da indústria e o Governo não descurará da eficiência e a rentabilidade das empresas públicas industriais.

Sr. Presidente, acontecimentos posteriores à elaboração desse documento e à elaboração das minhas ressalvas alteraram fundamentalmente a política econômica do País. No que diz respeito à siderurgia há, hoje, confirmado pelo Ministério da Indústria e do Comércio, pelo Presidente da SIDERBRÁS, pelo Presidente do IBS, uma defasagem de preço de 30% em relação aos preços que o aço deveria estar praticando, configurando um caso extremamente claro de subsídio da siderurgia estatal brasileira aos setores consumidores de aço e, especialmente, aos setores exportadores de aço. Ora, isto está inteiramente em desacordo com as propostas desse documento.

Então, Sr. Presidente, saindo um pouco das ressalvas que fiz, especificamente aqui, gostaria fossem examinadas por V. Exª e pelos doutos membros dessa Comissão... Eu gostaria de levantar uma questão de maior relevância: eu não vejo por que, Sr. Presidente, deva o Congresso Nacional apreciar o PND, após o anúncio e a apresentação do Programa de Estabilização Econômica. Há absoluta necessidade da revisão desse documento na sua parte geral e, especialmente, no que diz respeito à participação dos gastos públicos e ao controle do déficit, porque nós estamos vivendo uma nova realidade econômica nesse País.

Eu fui um dos primeiros, posso dizê-lo com tranquilidade, um dos primeiros a aplaudir a proposta do Programa de Estabilização do Governo. Agora não vejo como conciliar esse plano, na forma como está elaborado, com o programa do Governo. Quer dizer, a política econômica do Governo já está definida, através do Programa de Estabilização, e uma série de consequências teremos sobre a execução desse PND.

Então, Sr. Presidente, sei que a matéria não está contemplada nas regras que define o exame a apresentação do PND, mas nós temos aqui uma questão de fato. Nós temos aqui um documento, que encaminhado ao Congresso, em novembro, na face em que a inflação chegava aos níveis de 15, 16% ao mês, configurando um nível de 500% ao ano que, evidentemente, precipitou a tomada de decisão do dia 27 de fevereiro, e que tem muito pouco a ver, na minha maneira de entender, com esse novo cenário econômico implantado no País, em que se busca a estabilidade monetária, se busca uma série de outras modificações no regime de preço, através do congelamento,



e no regime salarial, através das normas que foram introduzidas nos decretos-leis que estão sendo enviados a esta Casa.

Poderíamos, Sr. Presidente, se for necessário, levantar item por item, quais são os pontos de conflito entre esse documento e o programa de estabilização, anunciado pelo Governo. Isso, no entanto, eu creio, vai demandar, não só um novo esforço de todos nós, mas um grande tempo para examinarmos item por item, se o que está dito aqui é compatível com o programa econômico. A proposta que eu faria a V. Ex.<sup>a</sup> se a comissão julgar viável é a seguinte: antes de examinarmos a Mensagem nº 72/85, vamos solicitar ao Governo, através do Ministério de Planejamento, que envie, em anexo, os documentos, as informações, os ajustes necessários, para que esse documento seja compatível com o Programa de Estabilização Econômica que nos enviou o Governo. Se não esse será apenas mais um dos documentos que esta Casa recebe com declarações de intenções, que irão para as gavetas e não têm nenhum sentido prático. Acho que, se nós quisermos dar consequência à participação, de Congresso Nacional, ao papel de auditoria e acompanhamento de fiscalização do Congresso Nacional em matéria econômica, é nosso dever solicitar ao Governo que ajuste o PND à nova realidade econômica.

Creio, Sr. Presidente, que uma série de itens, na parte econômica, no PND, respaldam a minha indagação ou a minha sugestão, e creio que a mais fácil, digamos assim, de detectar, de definir, é que diz respeito à política de preço.

Nós estamos, evidentemente, antes numa política de congelamento de preços que alterou dramaticamente as relações de preços neste País, especialmente no que diz respeito aos preços de alguns insumos produzidos por empresas estatais e isso tem que ser reexaminado. Nós todos sabemos que o programa de Estabilização Econômica tem um período de sessenta, noventa, cento e vinte dias, de ajustamento. Então, se quisermos ver o que irá acontecer neste período, devemos suspender o exame desse documento, para que daqui a três ou quatro meses, façamos uma reavaliação ou, então, traga-nos o Governo subsídios para podermos avaliar corretamente esse documento, que reputo da maior importância, pois define os rumos da ação governamental e o balizamento do crescimento do setor privado deste País.

Esses os comentários, em caráter mais geral, que gostaria de fazer, Sr. Presidente, propondo a esta Comissão que, de imediato, solicite ao Governo os esclarecimentos complementares que nos permitam examinar o documento, caso contrário, não vejo por que deva esta Casa examinar esse documento em face do programa de estabilização.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Em discussão a proposta do eminente Deputado Pratiní de Moraes.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Pela Liderança do PT?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Sim!

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Está com a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Herberto Ramos; logo em seguida falará V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. HERBERTO RAMOS — O que me parece é que o "pacote econômico" reduz a uma medida de contenção de preços, de forma a mais uma ação policial, do que mesmo técnica de combate à inflação ou qualquer outra coisa. As suas consequências não alteram em profundidade a estrutura econômica do País. Nas análises que fiz na parte referente à parte econômica, nada tem a ser substituído e pode ser estudado e discutido. Portanto, acho que não deveria voltar, do contrário não caminhará nunca isso! Chega outro pacote, outro e outro, e não termina nunca esse estudo.

Sou contra, por isso, à proposição de se continuar.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Sr. Presidente, acredito que as ponderações do Deputado Pratiní de Mo-

raes, relativas à adaptação do PND à nova realidade econômica do País, são reflexões relevantes; porque, muito embora o Programa de Estabilização Econômica seja consistente com o desenvolvimento do pensamento aqui expresso, particularmente na questão do combate à inflação, no PND não está explicitado. Aqui pode haver até uma análise de pressupostos que seria consistente com a tomada de decisões depois realizada pelo Governo. Mas, seria estranho que o Congresso Nacional viesse a aprovar o PND, tal como apresentado no final do ano passado, porém, após o anúncio do Programa de Estabilização Econômica, sem que nós, efetivamente, fizéssemos uma referência ou adaptássemos à nova realidade do País. Então, independentemente à tese de sermos críticos, há diversos aspectos do Programa de Estabilização Econômica, para que esse documento se torne mais consistente e compatível com a realidade e para que a nossa Comissão Mista de exame do PND veja e aprove um documento, já à luz dessa nova realidade, acredito que a proposição do Deputado Pratiní de Moraes faz sentido. Claro que há que se observar aí o que diz o Regimento, mas acho perfeitamente razoável, de bom senso, que a Comissão solicite ao Ministério do Planejamento a adaptação da Mensagem do PND ao novo Programa de Estabilização Econômica, porque aí será até uma oportunidade para a Comissão, eventualmente, discutir e debater melhor o Programa de Estabilização Econômica.

O SR. PAULO MELRO — Sr. Presidente, entendo muito bem que o documento ou a Mensagem que foi apresentada, é em função de uma época diferente da que hoje nós vivemos, evidentemente. Tenho a sensação — e disto me valho de informações particulares que tenho — de que também seria evidente que o Ministério do Planejamento encaminharia esses números, sobre os quais hoje nós temos dúvida e que, com toda a certeza, isso se daria. Mas não vejo nenhum impedimento que a Presidência desta Comissão se informe junto ao Ministério do Planejamento, de acordo com o que pretende o Deputado Pratiní de Moraes.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Sr. Presidente, permita-me, mais uma vez, a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Li outro dia, na imprensa, a entrevista de um dos autores do PND, que colaborou na elaboração deste documento, Economista Pêrsio Arida, onde ele mencionava que quando se elaborou o PND já se estava pensando, dentro do Governo, no Programa de Estabilização Econômica, de tal forma que acredito que não haveria grande dificuldade para que ele complementasse o documento à nova realidade que existe no País. Quem sabe, se poderíamos ter aqui uma exposição ou até do próprio Ministro João Sayad, acompanhado da equipe de economistas que elaborou este documento.

O SR. HERBERTO RAMOS — Sr. Presidente, mais uma palavra? (Assentimento do Presidente.)

Nos itens que abordei, analisei sobre quando saiu o pacote, se havia alguma interferência? Não houve, não houve nenhuma modificação nos itens que abordei. É preciso considerar que se o plano não previa este "pacote", então este "pacote" foi uma improvisação que alterou todo o plano do Governo? Eu creio que não. Eles deviam estar pensando nisto há muitos anos. Apenas devíamos observar nos detalhes. O que estudei e abordei não sofreu nenhuma alteração; assim são válidos os pontos de vista que, na minha opinião, defendi aqui, nesta parte.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Com a palavra o Sr. Vice-Presidente, Reinhold Stephanes.

O SR. REINHOLD STEPHANES — Sr. Presidente, gostaria também de chamar a atenção, caso venha a ser aprovada, por esta Comissão, a solicitação de um documento adicional, um esclarecimento ou até a presença da própria equipe do Ministério do Planejamento, pois há alguns pontos que me parecem importantes para se observá-los e até revistos também, embora não tenham muito a ver diretamente com o "pacote" de estabilização monetária. Mas acho que, de forma geral, o documento não apresenta muita unidade metodológica.

Observa-se que um grupo redigiu uma parte, outro grupo redigiu outra, principalmente os documentos que vieram dos Ministérios. E não houve compatibilização muitas vezes — e vou mostrar isso com muita clareza — entre aquilo que se deseja em um determinado capítulo do documento, e entre aquilo que se coloca em outro ponto do documento. E como é um documento sério e importante, eu acho que essas questões deveriam ser vistas. Como também o documento é de diretrizes gerais, e em algumas questões fundamentais parece que ele é muito tímido até nas diretrizes gerais, e em outros ele chega a nível de projeto e detalhe, de pequenos projetos inclusive que nem são de grandes projetos. Como também ele apresenta na maioria das vezes, muito bem, um diagnóstico, e até diz que alguma coisa deve ser feita, mas depois não diz quem fará, como fará e quando será feito. Eu já vi ser levantado isso aqui, inclusive pelo Deputado Pratiní de Moraes. Gostaria de abordar alguns pontos muito rapidamente.

Quando ele fala em reforma administrativa nesse documento, aliás, quando ele fala da Administração Pública, ele faz uma crítica muito clara, muito contundente ao excesso de órgãos públicos. Fala em criação desordenada, fala em duplicação, mas depois, em nenhum momento, fala que pretende extinguir alguma coisa em termos de órgão público. Ele fala na necessidade de uma ampla e urgente reforma administrativa mas, em nenhum momento, ele diz como, quando e quem fará essa reforma administrativa. Ao contrário, quando chega, por exemplo, no Capítulo Desburocratização, que antes era o Programa de Reforma Administrativa que estava envolvido nisto, vejamos que os programas fundamentais do Capítulo Desburocratização são: apoio à mobilização da sociedade civil organizada, principalmente face à Constituinte. Este é o grande programa da desburocratização nacional.

Outro ponto: apoio à organização do consumidor em todos os níveis do Governo, visando eliminar os abusos do poder econômico, político e burocrático — aí burocrático, por acaso.

Então observa-se: qual é, afinal, o programa de desburocratização? Parece que já nem existe mais, porque isso era o pensamento de um homem apenas, pois como ele entendia de consumo ia tratar de consumidor, de assuntos de consumo. Então, parece-me que essas questões têm que ser revistas com um pouco mais de clareza.

Na parte de Previdência Social que talvez seja a única em que devêssemos dar algum palpite, por ser especialidade nossa porquanto, temos alguns pontos importantes sobre ela. E diz aqui o seguinte: "a orientação social da política de desenvolvimento do Governo da Nova República assegurará os seguintes direitos sociais fundamentais da população brasileira". Aí vem: "Previdência Social cobrindo as circunstâncias determinantes da queda do nível de renda e de bem-estar, no caso de velhice, invalidez e viuvez, bem como, o seguro de acidentes do trabalho".

Bom. Isto tudo já é feito e muito mais! E eu perguntaria: E doença? E maternidade? E outros? Eu não entendi o que é que foi incluído aqui. Quer dizer, tentou-se dizer o que o Governo teria que fazer, e esqueceu-se uma porção de coisas que, aliás, está incoerente quando chega lá no capítulo da Previdência Social, lá na frente.

No item: Planejamento Familiar, também me parece e aí pode ser que a orientação do Governo, efetivamente, seja contrária ao nosso pensamento. Veja-se que o Governo fala claramente que o planejamento familiar relaciona-se à política populacional, e que o Governo deve dar acesso à população às informações. Parece-me que se omitiu aqui os meios, se se dão as informações, tem-se que dar os meios que são os conceitos fundamentais, se é que ele deseja adotar a política de planejamento familiar, conforme está escrito aqui.

Quando ele fala em assistência médica é interessante: "são objetivos deste programa, entre outros: 1 — atender o mínimo de duas consultas *per capita* ano e cobertura em assistência hospitalar a nível de 10%". Ora, esses são dois pontos: primeiro que a cobertura hospitalar já está a nível de 12% dito dentro do documento, e segundo, também as duas consultas *per capita* já existem. Fez, lá, no diagnóstico ao problema do desequilíbrio entre assistência hospitalar, em termos de consulta, ao homem do campo e urbana. Mas na hora de apresentar a

meta ele omitiu simplesmente área rural, e só ficou com área urbana, repetindo aquilo que já existe.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — V. Ex<sup>a</sup> tem o tempo que desejar.

O SR. REINHOLD STEPHANES — Já concluo, Sr. Presidente. Quando ele aborda o capítulo Previdência Social, logo no segundo parágrafo, ele faz todo um histórico sobre a Previdência Social na década de 1930, desde a sua criação pela Lei Eloy Chaves, faz um parágrafo até grande que não tem nada a ver nem com diagnóstico, nem com soluções adiante, como se fosse algo solto, quer dizer, um problema de erro de técnica de colocação de um problema, totalmente desnecessário que não tem nada a ver. É um mero histórico. E depois ele secciona e entra em outros assuntos, não tem nada a ver em termos, nem de começo, nem de fim, às vezes, se levanta alguma coisa de histórico para mostrar as distorções para depois apresentar as correções; mas não é o caso.

O interessante agora é que na página 98, vejam bem, nós no mês de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro víamos uma propaganda institucional paga, na televisão, dizendo que a Previdência tinha zerado o déficit, que está tudo ótimo. Pelo menos essa era a propaganda. Todos ouvimos isso. E, no entanto, aqui diz o PND: "Mesmo assim, como indicam projeções a longo prazo, deverá persistir a tendência ao desequilíbrio econômico financeiro". É mais adiante, mais grave ainda: "Cabe salientar dois fatos básicos em relação aos déficits inicialmente previstos para o período 86/89. Em primeiro lugar, sua dimensão, qualquer que seja o padrão de referência, o déficit é grande. Em segundo, o déficit é crescente". Vêem-se algumas incoerências entre o discurso diário e entre o que está nesse documento, como também, claro, depois entrarão as soluções que se apresentam. Nós temos, inclusive, aqui um ponto que é interessante, e acho que está até bem colocado. Diz: ao que tudo indica que a aposentadoria por tempo de serviço — aos 30 e 35 anos — corresponde ao maior gasto com benefício, privilegia os segurados de renda média e alta, ou seja, propõe-se alguma alteração estrutural.

Vejam que o documento peca em uma série de pontos, que deveriam ser revistos. Inclusive, sobre alguns pontos, eu deixo alguns exemplos, importantes. Apenas eles são seccionados de repente, e não se apresentam.

Outro ponto interessante é o seguinte. Reconhece-se em algumas partes do documento, principalmente na parte redigida não pelo Ministério da Previdência, mas na geral, que a Previdência necessita de uma profunda reforma. Esse termo é usado no início. E aqui, quando se chega já no capítulo da Previdência, propriamente dito, diz que se continuará a apuração de fraudes e irregularidades, aplicando-se imediatamente as medidas cabíveis. Quem estuda e trabalha mais de perto com a Previdência Social, sabe que o nível de pensões e aposentadorias fraudadas e pagas mensalmente pela Previdência Social estão num número acima de 500 mil. E todas as comissões de inquéritos — portanto apuração de fraudes — não chegam a apurar, com o maior dos esforços, mais de duas, três ou quatro mil fraudes. Aqueles que militam nesta área sabem que há necessidade de reformulações bem mais profundas em termos de metodologia e de uma revisão sistematizada de todas as atuais, pensões, aposentadorias concedidas, já que o dado de 500 mil pensões que estão sendo pagas mensalmente, nenhum Ministro contesta. É um dado real, basta-se fazer a amostragem e se chega com facilidade. Elas já foram feitas várias vezes, por vários estudiosos. Mas, no entanto, o documento se apresenta extremamente frágil, reconhece o fato, mas na hora em que se vai dar uma solução querem apurar a fraude. Também se sabe que, através dos processos, procedimentos normais e comissões de inquéritos vamos ficar, talvez, a 6, 8 ou 10% depois de muitos anos, deste conjunto existente. Gostaria de recomendar, também, a esta comissão que aprovasse a solicitação de que alguns pontos fossem melhor revistos, melhor colocados, de forma mais objetiva, mais clara, e principalmente as respostas para quando, como e quem. Acho que o documento apresenta muita fragilidade nesses pontos.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Com a palavra o Sr. Relator, depois faremos algumas considerações a respeito.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a intervenção que farei visa, exclusivamente, facilitar a elaboração do relatório que é dever desta Comissão e é dever do relator. Eu começaria por pedir ao nobre Deputado Reinhold Stephanes — um especialista na área sobre a qual versou — que formalize suas observações. Achei que a formulação como palpite, segunda suas próprias expressões, não seria a melhor forma de uma Comissão examinar em profundidade, críticas pertinentes a serem apresentadas por um Deputado. Acho e espero, o Relator espera, que esses palpites se transformem, realmente, em matéria fundamentada para que o Relator possa dar o acatamento necessário à formulação aceitando-a ou rejeitando-a.

O SR. REINHOLD STEPHANES — Pediria permissão para um esclarecimento. O que eu estava propondo, porque eu tenho certeza, de que se o Ministro da Previdência e a sua equipe examinarem este capítulo, proporem o ajustamento e a alteração a esta comissão. O mesmo encaminhamento que vai ser dado às questões em relação à política econômico-financeira e ao Ministro Sayad que fosse adotado também a outros setores, onde provavelmente, parece que pela imprensa ou pelo final de uma equipe de governo, não se olhou talvez com a devida atenção, alguns pontos. Conhecemos o pensamento do atual Ministro e sabemos que ele tem um pensamento bem claro em relação a uma série de pontos que aqui ficaram obscuros.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — O Relator assume o compromisso com o nobre Vice-Presidente da Comissão de exigir do Ministério da Previdência todas as informações que se tornarem necessárias à elucidação completa e total nas observações dos comentários, das críticas, que o nobre Deputado Reinhold Stephanes apresentar. Apenas pediria para dar a ela o efeito, o atendimento e a atenção que ela pessoalmente me merece, que fossem formalizados. No que diz respeito às observações feitas pelo nobre Deputado Pratini de Moraes, a minha visão pessoal, não compromete o Presidente, nem a Comissão, é a de que o exame de matéria não pode e nem deve ser feito de uma forma estática, mas de uma forma cinética. As críticas de que, em determinados instantes, os preços do aço foram congelados — o que significa para as empresas estatais um agravamento nos seus prejuízos — tem sentido meramente estático numa visão fotográfica, numa visão cinematográfica, em que ao longo dos 3 anos que o projeto cuida de se fará total recuperação dos seus preços. É uma providência ou uma medida que está ou deve estar nas nossas consciências. Evidentemente não é proposta deste Governo, nem de qualquer outro, levar à ruína total e absoluta as empresas públicas que o próprio governo instituiu, defende e patrocina. Queria dizer mais ainda sobre esta matéria que, do ponto de vista específico da indústria do aço, o diferencial e o gap de preços entre os praticados e os custos internacionais deste produto não são motivação exclusiva deste Governo. É uma política. Na Comissão de Economia e eu já propus que houvesse uma reunião para examinar se essa é uma política mais consequente, mais admissível para o setor industrial e para a política do País. Evidentemente, que isto terá que ser analisado. O Governo não pode, de um instante para outro, mudar uma política que há cerca de 10 anos vem, por força mesmo da necessidade de compor e recompor o Balanço de pagamentos, praticando preços subsidiados em relação a determinados produtos, seja na sua exportação direta, seja através de produtos elaborados a partir dessa matéria-prima definitivamente subsidiada, com preços que não correspondem à realidade de custos quando examinados globalmente e setorialmente. Mas que podem ter alto sentido, do ponto de vista de uma política nacional definida em termos macroeconômicos para vencer aspectos substanciais, substantivos no seu balanço de pagamentos. Acho que essa matéria deve ser analisada em profundidade, porque é um erro sistemático que vem sendo praticado ao longo de vários governos.

Quero repetir aqui, como Relator, a necessidade de ter em mãos, do nobre Deputado Pratini de Moraes, esclarecimentos sobre aqueles setores em que o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Plano de Fiscalização Econômica se conflitam ao longo de um período de três anos, em termos de intenções, em termos de propostas de política, e não de exame circunstancial, episó-

dico, de dois, três meses, ou de um mês, ou de dez dias de aplicação do Plano de Estabilização Financeira.

A quarta questão parece-me pertinente, também, acerca disto. E, aqui, me comprometo a solicitar de todos os órgãos públicos do Ministério esclarecimentos, por exemplo, no que diz respeito a uma observação que é de natureza substantiva: definir o aumento de produção do aço, no plano previsto em torno de 6 milhões de toneladas, como ele se desdobraria ao longo do período. Evidentemente, que um Plano Nacional de Desenvolvimento não é um quadro de fontes e usos ou mero quadro de fontes e usos usado em microeconomia, em tratamento de projetos econômicos a nível de empresa. Mas, os grandes números, se eles de fato não estão contemplados ao nível que gostaria o nobre Deputado Pratini de Moraes, eles serão solicitados e apresentados antes da votação do relatório final sobre esse projeto.

De um modo geral, Sr. Presidente, eram as observações que desejava fazer, ao tempo em que me coloco de fato à disposição para receber, no tempo hábil, as observações pertinentes, e solicitar, quando eu não puder fazê-lo, do Governo, e dos diversos departamentos, os esclarecimentos para que a matéria seja de fato votada com pleno conhecimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Pratini de Moraes.

O SR. PRATINI DE MORAES — Sr. Presidente, entendendo a preocupação do nobre Deputado. São preocupações no sentido de que as colocações que façamos hoje aqui sejam bem específicas, para que possam ser objeto de análise adequada. Já fiz as ressalvas no que diz respeito às questões de tecnologia, engenharia e siderurgia, propondo alterações de redação em oito pontos, inclusive nessa questão da produção de política de preços, etc.

Gostaria, até, chamando a atenção dos companheiros da Comissão para uma manifestação do Deputado Reinhold Stephanes, no sentido de que o documento não é homogêneo no que diz respeito à licitação, à codificação dos recursos. Por exemplo, na área de comunicações está escrito que "haverá um aumento de 32,8%, no número de localidades atendidas por comunicação telefônica". Mas diz também que "haverá um número de 3.700 a 6.800 canais de voz na telefonia internacional". Assim era possível dizer também que irão construir mais altos fornos ou aciarias, porque uma usina siderúrgica integrada custa mais do que todo esse programa de comunicações que aqui está. A ACOMINAS tem lá, enterrados, 6 bilhões de dólares que dá para pagar esse programa de telecomunicações. O que eu não entendo realmente é como se consegue isso, que o Deputado assinalou com muita propriedade. Como é que se discrimina os investimentos na área de comunicações e não se sabe como é que se expande a siderurgia? É isso que eu não entendo, nobre Relator. Num programa de três anos, o Governo tem praticamente 1 ano para elaborar e não sabe como vai expandir a siderurgia mas sabe como irá expandir as comunicações, sabe o que vai fazer com a educação e tem até propostas em matéria de Previdência e habitação. O que nós precisamos, nobre Deputado, é que esse programa aqui tenha a abrangência, a coerência e a explicação que esta Casa merece para tratar da matéria. E digo a V. Ex<sup>a</sup> que eu não coloquei isto por escrito, porque não houve tempo físico. Para o que eu tive tempo físico, escrevi e encaminhei tempestivamente à Comissão. Por exemplo, eu leio nos jornais que o Governo quer rever o Programa do Alcool, porque os preços do petróleo vêm caindo, e vêm caindo há bastante tempo, eles não começaram a cair no dia 27 de fevereiro. Os preços vêm caindo. Portanto, o Governo quer rever o plano do álcool. Esse documento diz que "no período 85/89 a produção de álcool, para fins carburantes terão aumento de 52,9%, de 8,5 para 13 bilhões de litros". Ora, nobre Relator, quanto é que custa à Nação esse subsídio hoje? E o preço do petróleo não começou a cair dia 27 de fevereiro, concomitante com o pacote econômico. Eu não entendo como é que esta Casa pode analisar um documento e não digam aqui nem para aumentar a produção de álcool de 8,5 para 13 bilhões, o povo brasileiro terá que pagar de subsídio, aos usineiros e donos de destilarias, tantos trilhões de cruzados. Isso precisamos ter, porque se há nesse documento tantas manifestações com relação ao controle de gastos públicos, à redução do déficit público, à prática de uma política de câmbio ajusta-

da, de taxas de juros compatíveis... Tudo aquilo que aprendemos na escola de Economia e que há 20 anos os funcionários do IPEA do Ministério do Planejamento, escrevem desta ou daquela forma, sem grandes diferenças — eu já fui redator de uma meia dúzia de papéis desse tipo. Agora chegou a hora de escrever aqui, quanto custa, quanto é que o povo vai pagar pelo Programa de Alcool, quanto é que vai pagar pelo déficit da siderurgia, porque o preço de 30% subsidiado implica em que isso seja coberto por algum tipo de transferência de recursos.

Essas considerações, meus Srs. e Sr. nobre Relator, ao lado das ressalvas que fiz por escrito e alguns dos comentários feitos pelo nobre Deputado Reinhold Stephanes, que julgo deva a Comissão solicitar explicações do Ministro do Planejamento, o qual entendo seja o coordenador desse trabalho, inclusive porque houve mudanças substanciais no Ministério entre a elaboração desse documento e o seu exame por esta Casa. O próprio Deputado Reinhold Stephanes disse-me que o Ministro da Previdência tem uma visão diferente da contida no documento. Acho que essa é uma indicação clara de que devíamos solicitar, portanto, a revisão, a nível global, no que diz respeito ao quadro econômico. O pacote econômico não altera em nada o PNB, mas nos diga o Governo, escreva. E com relação aos setores específicos eu gostaria, ao lado dessas indagações, de perguntar pelo menos o caso do álcool, quanto irá custar esse aumento de 50% da produção? Essa é a proposta que faço ao nobre Presidente com escusas por tomar o tempo da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — A intervenção Presidencial vai ser curta mas muito incisiva. Óbvio que não há número, aqui, para deliberar a proposta do Deputado Pratini de Moraes. Mas é evidente que desde o III PNB, nunca houve mais planos nacionais no Brasil. O plano pressupõe objetivos de diretrizes, programas. Está muito bem, até agora, um e outro. Mas se pressupõe também a alocação de meios e instrumentos que vão permitir o atingimento desses objetivos. Desde o III PND, da Velha República como chamam, isso daí foi ignorado. Até o II PND havia realmente planos na expressão da palavra. Quando o II PND foi concluído, semiconcluído ou atingido, se passou para o III, decisão do Governo e o que nós vimos foi justamente um rol de grandes boas ou mas intenções, mas nunca um plano, com um planejamento que nós conhecemos.

Não vamos, aqui, reforçar as considerações feitas pelo Suplicy, pelo Pratini, mas apenas dizer realmente sem crítica — aqui não pode ser visto o representante da Oposição — que o plano está meio colcha de retalho como que feito por pessoas diferentes. Num dos setores — aí segue como se fora plano — põe objetivo, põe diretriz, programas, projetos prioritários, os meios necessários para alcançar esses objetivos e a maneira de conduzir o plano. Em outros são apenas vagas enunciações de intenções, quer dizer, no I PND, em que o social vai ser mais importante nesse plano, do que qualquer outra preocupação é um enunciado realmente válido que merece a nossa plena aceitação. Mas a tradução material disso, aqui não está. Feita essa ressalva, acreditamos que possamos dar uma solução que justamente venha de encontro aos desejos de todos, a fixação daquilo que é a posição do Sr. Relator e que vai servir para um esclarecimento geral respeitado ainda um problema seriíssimo que nós temos de tempo, senhores. Por mais otimista que sejamos, a semana que vem será a Semana Santa: está perdida. E o prazo da Comissão termina no dia 31 que é segunda-feira da outra semana. Então, já entramos em entendimentos e a imprensa se esquece do que está dizendo aqui, porque é brincadeira. Parece que a Oposição tem mais prestígio no Governo do que muita gente que diz que o apóia. Então se a Comissão estiver de acordo traremos amanhã, aqui, para justamente dar o seu depoimento, examinar todas as dúvidas que se contêm nesse plano, as quais são muitas. Traremos justamente o homem que fez o plano na SEPLAN que é o Dr. Luna. Ele virá com a equipe da SEPLAN que organizou o I PND. Acredito que se realmente acolhida tiver por parte da Comissão essa sugestão o primeiro passo já está dado. Porque estamos num impasse de ter, fora disso, decisões; mais importantes; decisões geralmente taxativas de aprovar ou desaprovar esse plano. Só podem ser tomadas quando houver número. E no meio dessa semana nós estamos aqui com oito membros! De maneira que está em

discussão a proposta que apresentamos como uma sugestão e não como decisão da Presidência, que poderia junto com o Relator combinar isso. Mas, justamente gostaríamos de ouvir a opinião dos senhores: Assim, a equipe que fez o I Plano venha aqui. Já fomos ao telefone — aquela ida ao telefone era para isso — solicitar justamente que o Assessor de Planejamento da Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República, vulgo SEPLAN, venha amanhã, aqui, com toda a equipe que fez o plano.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> mencionou o Sr. Luna?

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Exato.

O SR. HERBERTO RAMOS — Não seria o Ministro João Sayad. Ou será o Sr. Luna ou o Ministro João Sayad?

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Não. Eu não posso solicitar que o Ministro João Sayad de hoje para amanhã venha aqui na Comissão...

O SR. HERBERTO RAMOS — É. Porque o Sr. disse que tem tal poder de influência no Governo que eu imaginei...

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Não.

A Oposição chega, traz toda a equipe que fez o I PND. É bom o relacionamento pessoal que não tem nada de política. Vamos dizer, ninguém aqui é inimigo do Brasil; podemos ter posições divergentes, mas o que desejamos é que ele justamente explique inclusive essa contradição e, ao mesmo tempo, vamos ver se conseguimos realmente que haja o encargo. Porque do Governo passado não foi, deste Governo, talvez, seja a mesma coisa seriamente, ou seja, planejamento.

Os Srs. estão vendo que o III PND não foi plano, realmente foi muito mais um enunciado de intenções. Este daqui, também, o primeiro, da Nova República está uma parte do plano realmente, e a outra parte é um enunciado de intenções. Então, para que justamente essa discussão com essa equipe que aqui vem, que é responsável e que justamente é quem vai tratar do acompanhamento do I PND, para que este possa um dia ter uma coisa boa para este País.

Era essa a intenção, não havia outra.

O SR. HERBERTO RAMOS — Qual é o nome?

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Esse conheço por Luna. Era um desses, vamos falar logo da pinta dele, ele disputou com Reichut, a Secretaria Geral, agora, do antigo Ministério da Previdência e ficou Reichut. É a segunda ou terceira pessoa da SEPLAN. Eu o conheço só por Luna. Com toda sinceridade só conheço por Luna. É espanhol naturalizado brasileiro como o Reichut, que é francês naturalizado brasileiro, também.

O SR. HERBERTO RAMOS — Sr. Presidente, gostaria de dar um aparte.

Com referência à siderurgia que o Deputado Pratini de Moraes falou que está trabalhando com alto subsídio, mostra que há uma grande contradição no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Na página 10 deste folheto reza:

“A política de preços públicos e tarifas tem como objetivo principal evitar artificialismos.

Preços que não correspondem aos custos ou aos preços internacionais que estimulam, investimento e decisões equivocadas para o setor privado e representam ônus financeiro para o setor público.

Esta deve ser a regra. O usuário de serviços de eletricidade, o consumidor de energia e gasolina, por exemplo, não deve ser financiado pelos impostos pagos pelo conjunto da sociedade. O usuário e o consumidor devem pagar o preço certo pelo serviço ou pelo produto. Evidentemente se há subsídios esse pacote está uma improvisação. Quer dizer, isso ficou bem claro no Plano. Quer dizer, o Plano seria eliminar todos os subsídios, conforme está aqui bem claro, bem definido.

Sob o ponto de vista particular, queria pedir permissão aos Srs., porque amanhã não poderei comparecer, pois já havia assumido compromissos e pediria que o

meu ponto de vista expresso aqui seja o meu ponto de vista a ser analisado pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Algum dos Srs. deseja manifestar-se?

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Sr. Presidente, quero apenas esclarecer um assunto que foi versado longamente pelo nobre Deputado Pratini de Moraes, que é o aumento da produção de álcool prevista no Plano.

A rigor, a partir de 15 de março de 85 nenhum subsídio, nenhum recurso foi deferido para instalação de nova unidade de destilação, nenhuma nova unidade produtora de álcool. Todavia, existe em montagem uma série enormíssima de destilarias aprovadas, financiadas, com montagem em execução que, de repente, não podem ser suspensas. Há alteração do volume de produção, números absolutos, aqui fixados, que atende a compromissos firmados pelo Poder Público em outro Governo para a instalação de destilarias, várias delas em fase final de montagem e que têm que entrar em operação. Citaría na Bahia, no mínimo, umas cinco que é o meu Estado. Os contratos que foram firmados, nos Governos anteriores, estão em fase final de montagem e têm que entrar em operação. Não há nenhuma nova usina contratada neste Governo.

O SR. PRATINI DE MORAIS — O nobre Relator me permite? Participei dos Governos anteriores, me sinto, a não ser há muito tempo quando nem se pensava nessas coisas, me sinto muito à vontade para comentar, mas não podia, então, se fazer conta dizendo: “Escuta, nós ainda estamos investindo tanto, e o País vai pagar tanto, para que essas usinas funcionem”. Às vezes é mais barato pagar, para não funcionar, porque se os preços e o nível de subsídio, que estamos dando por alto, for igual ao nível de subsídio que vi publicado um dia desses para a sal-gema, realmente, a sociedade brasileira começa a pagar, tendo o Programa do Alcool níveis de preços e de custo inteiramente injustificáveis. Então, que nos tragam a conta. O subsídio ao álcool está custando tanto, os compromissos que o Governo tem, em governos anteriores e tem que honrar são de tanto. Então, que venha a conta.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Isso dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento, nobre Senador?

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Claro, isso pode ser um anexo. Por que não fazer? Se o Governo nos diz que 1691 municípios irão ter telex, o custo de se instalar telex no município não deve ser igual ao custo de instalar e operar uma destilaria afinal não são tantas. Quantas serão? 15, 20, 30 para aumentar a produção ao nível que está aí deve ser mais de 50.

O SR. PRATINI DE MORAIS — Acho, nobre Deputado, que precisamos, esta Casa precisa saber a quanto anda o subsídio. Não temos nenhuma informação quanto está custando o subsídio do trigo, quanto é o custo do subsídio regular dos créditos altamente subsidiados em vários setores, quanto é o subsídio da exportação de açúcar, quanto é o subsídio do Programa do Alcool e outros subsídios que existem. Então, que o Governo anexe esse documento o custo dos subsídios e informe à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Concorde, com isso eu concordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Então, vamos pedir isso. Quanto custa os subsídios? E quanto custa os subsídios com os preços congelados?

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Seria uma avaliação a ser feita.

O SR. HERBERTO RAMOS — Incluir, também, o subsídio ao alumínio que estivemos mostrando aqui ainda há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Alumínio Subsidiado Deputado?

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — Da eletricidade e do alumínio.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Subsídio só? O Sr. sabe que é o melhor negócio do mundo, hoje, receber isso se faz desde o Governo

passado e no atual, energia da ELETRONORTE aquele preço. Não há no mundo. Não é subsídio, já é subsídio.

Bem, Srs. não havendo objeção à proposta presidencial, acho que essa é a maneira de justamente podermos dirimir algumas dúvidas existentes e sendo amanhã o último dia que temos, realmente, porque sexta-feira todo mundo está indo embora, na outra semana é Semana Santa e o comparecimento será mínimo, o Dr. Luna se propõe, poder vir, segundo nos afirmou, e para podermos ser bem elucidados a respeito, propondo que fosse na parte da manhã, porque na parte da tarde todos nós temos sessão. Em sendo na parte da manhã, acretido que uma boa hora seria às 10 horas.

Então, solicito à Sr<sup>a</sup> Secretária da Comissão, a fineza de comunicar todos os participantes da mesma, todos os membros, para que amanhã, estejam aqui às 10 horas, o Secretário de Planejamento da SEPLAN e todos os membros que cooperem na feitura do I PND.

Nós vamos tornar a confirmar isso aos Srs. e, agora, pedimos que os Srs. aguardem apenas um momento.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 42 minutos)

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 7, de 1985-CN, que "aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências".**

**3ª Reunião, realizada em 20 de março de 1986**

Aos vinte dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às dez horas e vinte e cinco minutos, na Sala da Comissão de Minas e Energia, no Senado Federal, presentes os Senhores Senador Virgílio Távora e Deputados Virgildásio de Senna, Francisco Dias, Horácio Ortiz, Pratiní de Moraes, Reinhold Stephanes e Paulo Melro reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 7, de 1985-CN, que "aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências". Comparece, ainda, o Senhor Senador Carlos Lyra.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Cid Sampaio, Marcelo Miranda, Fábio Lucena, Alberto Silva, Lomanto Júnior, Moacyr Dalla, Roberto Campos, José Lins, Nivaldo Machado, Marcondes Gadelha e Deputados Celso Sabóia, Dario Tavares, José Fernandes, Jorge Arbage e Amaury Müller.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Virgílio Távora, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente comunica o recebimento de ofício da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, na Câmara dos Deputados, indicando o Senhor Deputado Horácio Ortiz para integrar a Comissão, em substituição ao Senhor Deputado Herberto Ramos, anteriormente designado.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se à realização de palestras a serem proferidas pelos Senhores Pêrsio Arida, Secretário Especial de Coordenação Econômica e Social da SEPLAN; Marcelo Lara Rezende, Secretário Especial Adjunto para Assuntos Econômicos da SEPLAN e Francisco Vidal Luna, Secretário de Planejamento e Superintendente do IPLAN/SEPLAN, com a finalidade de dirimir várias dúvidas sobre a matéria, convidando-os para tomarem assento à Mesa.

Inicialmente, o Doutor Pêrsio Arida aborda vários itens do PND, entre eles financiamento automático da dívida externa brasileira, redução substantiva da margem de lucro e, minuciosamente, a inflação; logo após, o Doutor Francisco Vidal Luna analisa, especialmente, o "déficit" das contas do açúcar, álcool, trigo e siderurgia; finalmente, o Doutor Marcelo Lara Rezende observa que a proposição em debate foi elaborada num momento politicamente conturbado, sugerindo que os erros constantes da mesma sejam discutidos e contornados pelos membros do Congresso Nacional.

No período das interpelações, usam da palavra os Senhores Senador Carlos Lyra e Deputados Pratiní de Moraes, Horácio Ortiz, Reinhold Stephanes e o relator, Senhor Deputado Virgildásio de Senna.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accaury Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates.

**ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 7, DE 1985-CN, QUE "APROVA AS DIRETRIZES DO PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND) DA NOVA REPÚBLICA, PARA O PERÍODO DE 1986 A 1989, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1986, ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA.**

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Declaro aberta a sessão.

Não há expediente a ser lido.

Esta sessão, convocada ontem, de acordo com entendimento havido na Comissão, se destina, graças ao contato havido com o Dr. Francisco Vidal de Luna, da SEPLAN, a que os responsáveis maiores pela formulação do I PND viessem aqui.

Inicialmente, expor as idéias mestras, a concepção do Plano em questão. Em segundo, a parte mais delicada: espantar as dúvidas e tornar tanto quanto possível inteligível, às nossas mentes, a existência do I PND, com algumas de suas metas, com algumas das suas diretrizes, objetivos, em face do pacote ora baixado no campo muito mais financeiro do que econômico.

Assim, eu gostaria, inicialmente, de conceder a palavra ao Dr. Francisco Vidal de Luna, que, por sua vez, poderá distribuir a apreciação tanto do documento quanto, depois, a atribuição das respostas aos diferentes debates ao seu bel-prazer.

Concedo a palavra ao Dr. Luna.

O DR. FRANCISCO VIDAL LUNA — Muito obrigado. Eu gostaria de agradecer ao Senador Virgílio Távora a oportunidade que temos de poder expor as idéias que levaram à elaboração desse PND. Gostaríamos, inclusive, de discutir a vinculação desse documento com o programa de estabilização que o Governo recém-instituiu. Em nosso entendimento, isso exige uma homogeneidade de ações, e gostaríamos exatamente de expor essas idéias e debatê-las aqui perante V. Ex<sup>as</sup>.

Eu gostaria de passar a palavra, inicialmente, ao Pêrsio Arida, nosso companheiro da SEPLAN, que teve uma participação ativa tanto no PND quanto no programa de estabilização instituído no dia 27 de fevereiro.

O SR. PÊRSIO ARIDA — Muito obrigado. Antes de mais nada, eu gostaria de colocar o Plano dentro de uma perspectiva mais geral, para sabermos o significado do ato de planejar numa sociedade como a nossa. Em segundo lugar, reavaliar o Plano à luz de reforma monetária recém-implementada pelo Governo.

Talvez, seja interessante por uma taxonomia simples dos processos de planejamento, onde o caso mais óbvio e mais notório é o planejamento soviético. Trata-se de um planejamento de horizonte longo, extremamente detalhado, previsto setorialmente, e que comporta revisões, como V. Ex<sup>as</sup> sabem, a cada ou dois anos. Trata-se de um critério de planejamento que não está adequado à nossa economia, porque em economias onde existe a iniciativa privada não pode o Estado pretender fixar metas, objetivos, para setores que não são de sua direta responsabilidade. Esse ponto parece um princípio trivial, mas é um ponto importante.

Estranharão V. Ex<sup>as</sup> muitas das afirmações do PND que são, de certa forma, genérica. O PND não comporta meta de produção para a indústria têxtil, para dar um exemplo simples. Não comporta por um propósito deli-

berado meta de produção para a indústria têxtil só é bom para o processo de planejamento soviético, o monitor de indústria têxtil é de propriedade do Estado. No nosso caso, não faz sentido o Governo Federal impor metas e objetivos para os próprios agentes privados, pois seria uma violação da regra do livre mercado.

O segundo elemento da taxonomia, que é uma forma de planejamento que acontece mais na teoria do que na prática, e que tem uma importância teórica muito grande, é o planejamento indicativo. Trata-se de um planejamento, enfim, ancorado na realidade das economias de mercado e que busca determinar, ao menos para o setor público, metas rígidas e definitivas por um período longo de tempo. Durante algum tempo o planejamento francês foi feito dessa forma. Longe de cometer o absurdo de se pretender regular o que, na verdade, compete ao sistema privado, tratar-se-ia apenas de uma regulação do próprio setor público.

As dificuldades do planejamento indicativo são evidentes. Uma economia de livre mercado é uma economia onde o Estado existe mas está em simbiose constante com o próprio setor privado, de tal forma que se torna igualmente impossível a determinação de metas rígidas para o setor público.

Segundo, que é necessário renegociar substantivamente a dívida externa; terceiro, é necessário conter o déficit público; quarto, é necessário combater a inflação. Na parte da inflação, V. Ex<sup>as</sup>, que leram atentamente o texto, devem ter visto que há uma discussão geral, preliminar, que eu vou comentar daqui a pouco, e depois alguns parágrafos sobre o caráter inercial da inflação. Vamos ver os vários pontos:

O primeiro ponto é com relação ao chamado déficit público. O que o Plano preconiza, primeiro, é a necessidade de uma redução autônoma das taxas de juros, por quê? Porque como o Governo é o grande devedor, toda vez que se aumenta a taxa de juros, aumenta, os encargos financeiros do próprio Governo e, portanto, o próprio déficit público.

Foi essa prescrição trazida para a prática? Foi. V. Ex<sup>as</sup> souberam que tão logo a Diretoria do Banco Central foi alterada, quando da ascensão do Ministro Dílson Funaro, as taxas de juros foram diminuídas em dois patamares, só para falar das letras, das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional; de patamares de correção mais 21 para patamares de correção mais 15, abruptamente. Essa redução súbita permitiu uma situação confortável em termos de déficit público, e nada mais é do que a encarnação de diretrizes já previstas no Plano.

O Plano vai mais além, ainda no âmbito da chamada contenção do déficit público, prevendo uma recuperação da carga tributária: a materialização dessa recomendação apareceu nas medidas que foram submetidas ao Congresso Nacional e aprovadas em dezembro do ano passado, o chamado pacote tributário que obedeceu, precisamente, ao imperativo de recuperar a carga tributária.

O Plano, ainda na questão do déficit público, prevê que através dessa medidas pode-se dar início a programas de prioridade social, e que esses programas, desde que no âmbito de uma contenção substantiva do déficit público, não deverão pressionar as finanças públicas.

Em outras palavras, é possível conter o déficit sem prejuízo dos programas de prioridades sociais. Eu lembraria de novo que essa prescrição foi conseguida e está sendo implementada de fato.

Os programas de prioridades sociais, lançados modestamente no ano passado, têm um crescimento previsto para este ano, já no Orçamento da União, muito substantivo. O programa da distribuição do leite talvez seja a faceta mais visível desse processo.

Por outro lado, as finanças públicas se encontram hoje, pela conjugação das medidas preconizadas no Plano, a saber: a redução das taxas de juro e o aumento da carga tributária, as finanças públicas se encontram hoje numa situação bastante confortável.

O Banco Central, mesmo antes da reforma monetária, já se encontrava superavitário com quase 30 bilhões de cruzados. Eu digo superavitário, porque o Banco Central, em última análise, é o termômetro de toda a economia, é o termômetro de toda a flutuação econômica do ponto de vista das finanças públicas. Eu digo termômetro porque, como V. Ex<sup>as</sup> sabem, toda vez que há excesso de gasto, em última análise, a coisa acaba batendo ou no



Banco Central, ou na forma de emissão de moeda, ou na forma de emissão de títulos. O Banco Central, naquela altura, já estava superavitário em quase 30 bilhões de cruzados, o que equivale a pouco mais de 10% da dívida líquida em termos mobiliários do Tesouro. Com essa importância, o Banco Central poderia, se quisesse, de sopeção, reabsorver 10% da dívida pública. V. Ex<sup>as</sup> podem dizer que 10% é pouco, mas eu lembraria que é a primeira vez que isto acontece na história dos anos recentes. Claro que isso é reflexo, de um lado, da política de austeridade praticada pelo Governo; de outro lado, do pacote tributário de dezembro, por outro lado, ainda, o próprio processo de redução das taxas de juro, medidas essas que já estão todas preconizadas no Plano.

O segundo aspecto que eu gostaria de mencionar, ainda no âmbito da primeira parte do Plano, é a questão da renegociação da dívida externa. O Plano preconiza uma série de medidas que envolvem, primeiro: financiamento automático da dívida externa brasileira; segundo: redução substantiva de *spread* e margem de lucro; terceiro: uma autonomia nacional do ponto de vista do processo decisório, com respeito à soberania nacional no que tange à questão da dívida externa.

Como essas diretrizes se materializaram nas ações práticas de Governo? Eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que o Governo da Velha República já tinha pronta uma minuta de acordo com os bancos, que previa uma redução de *spread* e um monitoramento da economia brasileira, até o ano 2000, pelo Fundo Monetário Internacional. Além disso, prevê a cláusula que todo acordo com os credores externos poderia ser denunciado pelos mesmos, desde que houvesse qualquer afastamento do Brasil, não só dos critérios do Fundo como dos critérios previstos pelos bancos, numa avaliação semestral. Evidentemente, essa minuta de acordo, se fosse incrementada seria uma flagrante violação dos critérios de soberania nacional, teria sido um acordo assinado pelo Governo brasileiro, prevendo o próprio controle da sua economia até o ano 2000, o que não está de acordo com o Governo brasileiro consoante a diretriz do plano.

Em primeiro lugar, não concluiu nenhum acordo formal ou informal com o Fundo Monetário Internacional. O Brasil continua membro do Fundo Monetário Internacional — como sempre o foi —, faz relatórios anuais de sua situação econômica ao Fundo, como sempre o fez na categoria de membro do Fundo Monetário Internacional, porém tem absoluta decisão e soberania sobre os seus assuntos internos.

A minuta do acordo anterior previa o seguinte: além da supervisão do Fundo Monetário Internacional, os próprios bancos credores teriam o seu próprio sistema de supervisão — para colocar em termos suaves — e poderiam, caso o País se afastasse, no prazo de 6 meses, das normas julgadas adequadas, denunciar o próprio acordo. Pois bem, o Brasil, consoante as diretrizes do plano, não realizou nenhum acordo com o Fundo Monetário Internacional, é o primeiro País, de todos os países endividados do Terceiro Mundo, que assim o fez e, consoante novamente com as diretrizes estabelecidas no plano, partiu para uma renegociação direta dos bancos, tentando obter uma redução dos *spreads* bancários.

Tratava-se de tarefa considerada à primeira vista impossível, uma vez que os bancos se recusaram a conceder qualquer redução dos *spreads* sem ter a contrapartida do controle da economia pelo Fundo Monetário Internacional. A posição do Governo brasileiro foi muito dura na mesa de negociações, não foi uma posição, digamos, retórica, mas sim uma posição de fato, e os bancos finalmente concordaram em rolar toda a dívida deste ano, diminuindo os *spreads*, de forma que o Brasil obtivesse uma economia da ordem de 320 milhões de dólares, neste ano, sem ter sido feito nenhum acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Evidentemente, trata-se aqui de um primeiro passo de negociação. O que foi obtida até agora foi a renegociação do principal, que vence este ano; trata-se de um processo de renegociação longo, que vai ser certamente facilitado em muito pela reforma monetária, mas que eu lembraria a V. Ex<sup>as</sup> que está em perfeita consonância com as diretrizes estabelecidas no plano.

Chego ao terceiro aspecto do Plano e que, talvez, para surpresa de muitos, seja o mais elíptico do mesmo, que é a chamada inflação. Há uma discussão muito longa do déficit público, há uma discussão relativamente longa da

dívida externa e uma discussão muito elíptica e breve sobre a chamada inflação. Quando o Plano foi feito ele causou, evidentemente, uma grande surpresa; naquela altura se considerava a inflação o problema número um e o Plano dedica, na verdade, quatro ou cinco páginas sobre a inflação no final do capítulo macroeconômico. Havia motivos sérios, entretanto, para se fazer a coisa dessa forma.

O Plano tenta ver um horizonte de 5 anos daqui para a frente. Há problemas que, num horizonte de 5 anos, de certa forma eu diria que são problemas que devem nos acompanhar. A questão da dívida externa é uma questão complexa, o que foi obtido é um grande avanço, mas é apenas o primeiro avanço. E as turbulências do mercado externo são uma questão que vai nos acompanhar. Evidentemente, o Governo pretende obter uma solução mais definitiva possível para a questão da dívida externa. No entanto, dada a magnitude do problema, seria necessário um plano de horizonte longo até o ano de 1989, que fosse examinado em detalhe.

A questão do déficit público segue lógica semelhante. O déficit público hoje está numa situação controlada. Então, todos nós sabemos das pressões as quais se vê o setor público submetido num País extremamente carente e subdesenvolvido como o nosso. Déficit público, mesmo que esteja sob controle hoje, tem que ficar constantemente sob controle, tem que ser uma preocupação constante. Daí o fato da discussão das determinantes do déficit público, do seu caráter financeiro, etc., teria sido feito em tamanho detalhe no Plano. Isso indica, na verdade, que na posição do Governo a questão do déficit público foi um problema em 1985, quando o Plano estava sendo escrito, foi um problema no final de 1985, quando chegou a esta Casa, e será um problema para 1986 e daqui para a frente.

O fato de que tenhamos equacionado, na verdade, em termos correntes, não nos exime da responsabilidade de uma observação atenta de suas peculiaridades.

O Ministro Dilson Funaro, que veio ao Senado ontem, deve ter contado a V. Ex<sup>as</sup> o problema do BNH. Só para dar um exemplo, o déficit público — é claro que o BNH teve o chamado rombo de 100 trilhões de cruzeiros ou 100 bilhões de cruzados e que não é um rombo de hoje, na verdade é um rombo daqui a 15 anos, porque, o que se chama rombo nada mais é do que o saldo devedor contra o valor atual; quer dizer, a preços de hoje, todas as prestações daqui para os próximos 15 anos. Então, nós estamos falando aqui de um problema que não é um problema de hoje, é um problema para os próximos 15 anos, que vai nos afetar ao longo dos próximos 15 anos, e que também não foi contraído pela Nova República, é um problema herdado do passado, mas que mostra a necessidade de uma preocupação constante com o déficit público. Temos aí um problema com 15 anos para equacioná-lo. V. Ex<sup>as</sup> podem dizer que 15 anos é muito tempo, mas acontece que 100 bilhões de cruzados é muito dinheiro e, de certa forma, é um problema agudo que tem que ser enfrentado no horizonte do Plano.

Em compensação, em contraste com a questão da dívida externa e do déficit público, tem aquelas poucas páginas sobre a inflação. O que é dito naquelas poucas páginas? Primeiro, há uma preocupação com a redução das taxas de juro. Taxas de juro muito altas estimulam o fenômeno inflacionário. Segundo, há uma preocupação com os chamados preços agrícolas. Há o argumento de que, na verdade, o que preocupa na inflação não é a subida dos preços agrícolas ou sua eventual descida, mas a instabilidade de preços agrícolas. Todos nós sabemos que a inflação brasileira é submetida periodicamente a choques agrícolas, como consequência de problemas sérios de abastecimento e produção. Quando o Plano foi escrito havia a preocupação de fornecer preços mínimos, garantias reais aos agricultores, para que eles pudessem assegurar um suprimento constante de produtos agrícolas que evitassem os chamados choques agrícolas. O Plano, sob este aspecto, revelou-se tristemente profético. O Plano foi escrito em agosto e setembro, e nós tivemos o maior choque agrícola da história, desta vez, por razões naturais, em dezembro, janeiro e fevereiro.

Mas o Plano também se materializou em diretrizes concretas. Lembro a V. Ex<sup>as</sup> que já em novembro do ano passado foi adotada a idéia de preços mínimos indexados para a agricultura. Antes, os preços mínimos eram indexados em ORTN por um período e depois flutuava-

vam, ou seja, no momento da safra os preços tinham quedas muito grandes. Fixou-se o critério de preços mínimos para a agricultura, que agora se traduz na noção de preços fixos em termos de cruzados, ao passo que o status quo anterior implicaria preços cadentes em termos de cruzados.

A parte de inflação também prevê que não se pode combatê-la com base em políticas tarifárias irrealistas. Claramente, nós fizemos uma tentativa, feita na ocasião em que o Ministro Dornelles era o titular da Fazenda, de conter a inflação com base nas tarifas públicas. O que acontece, evidentemente, é o gigantesco aumento do déficit público, porque para financiar os mesmos gastos do Governo com tarifas irreais acaba-se sacando os recursos do Tesouro. E o resultado, como a experiência mostra, foi muito ruim, do ponto de vista do controle inflacionário. O Plano prevê — e a coisa é colocada explicitamente — tarifas realistas, que foi a política seguida no período recente, e é a que será seguida daqui para a frente. Tarifas realistas implicam que o processo inflacionário não causa defasagem aos preços reais de tarifas. Manter as tarifas fixadas, como foi feita pelo Ministro Dornelles, fixadas em termos nominais...

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Dr. Pêrsio. Vamos interromper a sua exposição, mas, depois, na hora dos debates V. S<sup>a</sup> — que está iniciando agora o seu *début* nos contatos parlamentares maiores — já vai-se apercebendo — isso é esportivamente que vamos dizendo — que quando dizemos qualquer um aqui significa que vai ser motivo, o ponto que V. S<sup>a</sup> está percutindo, de alguns pedidos de esclarecimento. Há pouco passou um.

O SR. PÊRSIO ARIDA — Agradeço muito, nobre Senador, o seu gentil comentário sobre o meu *début* aqui no Senado. Eu gostaria de tornar a minha exposição breve, comentar sobre a questão de tarifas, preços realistas, o que está dito nestas poucas páginas sobre inflação. A questão de que não se pode promover o controle da inflação às custas dos trabalhadores e os pequenos comentários sobre a chamada "inércia inflacionária" e o acordo social, que estão feitos na última página do texto sobre a inflação.

Tarifas públicas o critério é mantê-las a níveis realistas. O Governo, de agosto para cá, não se pautou pelo controle da inflação através da compreensão tarifária. Do ponto de vista dos trabalhadores, tivemos uma experiência nefasta no passado, através do 2.065, sob prescrição direta do Fundo Monetário Internacional, cujos efeitos foram evidentes, do ponto de vista de distribuição de renda e, evidentemente, desafortunados ou não conclusivos do ponto de vista da inflação. Isso ressalta também a coerência com que está sendo feito agora na reforma monetária: os salários foram aumentados em 8% e 15% respectivamente. É um ganho bastante expressivo, pois trata-se de um ganho sobre moeda forte, é um ganho que evidentemente, não vai mudar a distribuição de renda do País do dia para a noite e nem é essa a nossa intenção, o que seria mera ilusão, mas é um ganho expressivo no sentido de mostrar que o combate inflacionário não será feito às custas dos trabalhadores.

O texto sobre a inflação, nesta última página, tem comentários primeiro sobre a natureza inercial do processo, tem um pequeno parágrafo onde se mostra como a subida de preços do passado tende a se perpetuar no futuro.

Para bom entendedor, é uma boa descrição desse fenômeno de desindexação que foi exatamente suprimido pela reforma monetária implementada pelo Governo.

Defende, além disso, a necessidade de um acordo social. Acordo social, por quê? Porque o combate ao processo de inflação inercial se for feito às custas de um grupo ou de um setor, torna-se extremamente custoso para esse grupo ou setor e pouco eficaz no seu conjunto.

Se olharmos o passado e fizermos tentativas de combater a inflação às custas dos trabalhadores do setor público, às custas da compreensão de massa do setor privado, todos estes exemplos são tentativas falhas, porque combatem unilateralmente um problema que é global.

A reforma monetária nada mais faz do que assegurar coordenação, entre os vários agentes econômicos, para que o combate à inflação possa ser feito de tal forma a não acarretar perdas unilaterais a um grupo ou outro.

Perdas unilaterais, inclusive, é o termo que aparece no próprio processo de descrição do texto do Plano.

Evidentemente, quando o Plano foi feito, já havia determinação de promover, em algum momento, a chamada reforma monetária que, dadas as características de sigilo que uma operação desse tipo envolve, não se podia mencioná-la do ponto de vista do Plano. Mas, menciono este fato para deixar claro que o caráter elíptico do texto sobre a inflação não é casual, essa aparente pouca importância não é casual num horizonte de um plano de 5 anos. Eu disse isso claro, também, para mostrar que as observações finais sobre o caráter inercial da inflação, sobre a necessidade de um acordo social e sobre a necessidade de não se promover o combate à inflação através de perdas unilaterais também não são casuais. Elas visavam simplesmente mostrar a diretriz básica que inspiraria a terapia antiinflacionária, como de fato fez.

Eu gostaria de terminar por aqui e me coloco à disposição de V. Ex<sup>as</sup> para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Passada a parte da exposição, entraremos nos debates.

O primeiro Parlamentar inscrito é o Deputado Pratini de Moraes.

O SR. PRATINI DE MORAES — Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, cumprimentar o Dr. Pêrsio Arida pela coerência e pela competência da sua exposição. Não há a menor dúvida que esta Casa fica engrandecida quando recebe a visita de economistas do seu nível, que trazem a sua contribuição à análise dos temas propostos nesta Casa.

Eu gostaria de alguns esclarecimentos sobre a sua exposição. Evidentemente eu não vou discutir os aspectos gerais apenas, mas gostaria de assinalar o que me parece ser uma certa assimetria entre o que o Dr. Pêrsio Arida disse no início da sua exposição, de que há uma prioridade para o investimento privado e, ao mesmo tempo, logo a seguir diz que o Governo incentiva a redução da taxa de juros, principalmente para reduzir o custo da rolagem da dívida pública e que aumenta a carga tributária.

Acho, Dr. Arida, que se o Governo realmente quiser que a prioridade seja o investimento privado, ele ao lado de reduzir os juros, que vão reduzir o custo da dívida e reduzir o custo para os investimentos privados, não irá aumentar a carga tributária e, sim, reduzir as despesas do setor público.

Noto que todas as exposições que temos tido nesta Casa sobre o problema econômica, fala-se muito pouco sobre cortes de despesas à nível mais específico. Nós gostaríamos de saber, para termos condição de fazer uma avaliação mais precisa sobre o PND e as repercussões do Plano no Programa Estabilização Monetária sobre o PND, como se comporta a despesa pública?

O Dr. Arida disse que "no início do ano, o Banco Central apresentava uma situação bastante confortável com um superávit de 30 bilhões de cruzados. Agora, eu queria dizer ao Dr. Arida que sempre no primeiro trimestre, em toda a História do Brasil, o Banco Central e as contas fiscais apresentam situações razoavelmente confortáveis.

Não há, portanto, muita novidade nisso e sempre os governos, desde há muito tempo neste País, dizem: "Não emitimos nada em janeiro, não emitimos nada em fevereiro", e em março começa a emitir, a vender papéis, etc.

De maneira que não há propriamente uma novidade neste campo; além disso, sabemos que 50% dos papéis correspondentes à dívida pública estão nas mãos do próprio Governo, direta ou indiretamente, no próprio Banco Central ou em entidades do próprio Governo. Corrija se este número tiver sido alterado recentemente.

Eu gostaria, portanto, de ter informações mais precisas quanto ao problema dos gastos públicos, e, dentro do item de gastos públicos, o que nós gostaríamos de saber diz respeito, especificamente, à questão dos subsídios.

Eu não vou debater aqui, nem propor ao pessoal da SEPLAN a discussão do orçamento do Itamarati ou do Ministério da Justiça. Mas eu gostaria de saber, por exemplo, quanto está custando o subsídio do aço? Fiz um pequeno estudo, mandei conferir, que me mostrou que o Brasil pratica hoje um dos preços mais baixos de aço no mundo, a nível de mercado interno. Por exemplo: para fazer um chassis de Mercedes-Benz, a USIMINAS

vende um perfil a 230 dólares a tonelada. A General Motors, dos Estados Unidos, paga 527 dólares por tonelada do mesmo produto; a Mitsubichi, no Japão, paga 405 dólares pelo mesmo produto; e a British paga 382 dólares pelo mesmo produto. Quer dizer, o Brasil se considera o índice 100, o Japão está no índice 176, a Grã-Bretanha no índice de 166 e os Estados Unidos em 229. Nós usamos as taxas de câmbio válidas em 24 de janeiro de 1986 que já refletem, portanto, uma substancial valorização da moeda yen e da libra; agora, se pegarmos as taxas de hoje, este cenário se agrava ainda mais, porque o yen se valorizou mais de lá-para cá. Então, o mesmo número de yens vai comprar mais dólares.

Tive o cuidado de prestar atenção na taxa de câmbio, porque mesmo que nós usássemos taxas de câmbio de um ano atrás, os preços brasileiros seriam substancialmente inferiores. Então, se pegarmos, por exemplo, laminados a frio, o preço brasileiro de 273 dólares por tonelada se compara com 636 dólares por tonelada. Isto, na minha opinião, Dr. Arida, quer dizer que o Brasil está subsidiando a indústria que consome aço. Daqui a pouco nós corremos o risco de ter ações anti-dumping nos Estados Unidos, porque o Governo brasileiro está subsidiando o aço, porque não existe a figura de nós produzirmos aço a um preço menor que o Japão ou, pelo menos, não há esse nível de diferencial. Chapas grossas, por exemplo, para a construção naval, o preço nos Estados Unidos é mais do que o dobro do preço no Brasil; o do Japão é 90% superior ao preço brasileiro.

Eu gostaria de saber quanto é que custa hoje o subsídio do aço, porque tem que haver subsídio — e, segundo estou informado, a USIMINAS, que é a usina mais eficiente do Brasil em matéria de produção de aços planos, opera hoje com preços abaixo do seu custo operacional. Se incluirmos neste cenário Volta Redonda, COSIPA e outros, que têm custos superiores, nós iremos verificar que há um brutal subsídio. Eu gostaria, então, de saber como é que está sendo pago o subsídio do aço, ou se simplesmente está se aumentando a dívida dessas empresas? Porque há o subsídio, não resta a menor dúvida!

E gostaria, também, de saber quanto custa e como está sendo pago o subsídio do trigo e da farinha de trigo? Quais são os números relativos ao subsídio para exportação de açúcar e para a equalização do preço do açúcar entre o Nordeste e o Centro-Sul? Eu queria saber o tamanho do subsídio para o álcool, consumo interno e exportações, e como se compõe esse número? Como é que o Governo está financiando ou pretende financiar o chamado rombo do BNH e a quanto somam hoje os custos dos financiamentos subsidiados que foram, no passado, dados pelo BNDE e outras instituições? Acredito que hoje, com a extinção da correção monetária, esse problema esteja muito simplificado, mas ainda há um resíduo que, segundo me consta, deve o Tesouro pagar ao BNDE, ou repassar a bancos de desenvolvimento estaduais. Quanto é que representa isso?

Com relação aos preços agrícolas, o meu comentário é o seguinte: o Dr. Arida disse que não são preços cadentes, e não há a menor dúvida de que o documento é muito competente na hora de definir os problemas da agricultura; aliás, os antigos PNDs não são muito diferentes do I PND da Nova República. No entanto, o pessoal que produz soja está hoje submetido a um regime de preço de mercado inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo. A pergunta que faço é a seguinte: o Plano contempla a aquisição maciça, pelo Governo, dos produtos agrícolas cujos preços internos estão inferiores aos preços de garantia? Se positivo, de onde vem esse dinheiro? E onde está? No programa previsto da receita ou no Orçamento da União?

A mesma pergunta em relação ao arroz e à estocagem da carne. Sabemos que carne e arroz são dois produtos que foram tabelados a níveis inferiores aos níveis que estavam sendo praticados em função do problema de juros etc. O Governo vai comprar, vai fazer estoques estratégicos ou vai forçar a que a comercialização se processe a níveis inferiores ao preço mínimo? Porque se o Governo forçar o mercado a promover a comercialização de produtos agrícolas a preços inferiores aos preços de garantia, estará negando o princípio fundamental que existe aqui em matéria de agricultura.

O SR. CARLOS LYRA — Estaria propondo, no caso, um subsídio?

O SR. PRATINI DE MORAES — Não, só quero saber o que o Governo vai fazer e, se for comprar, de onde sai o dinheiro?

Com relação à questão das tarifas de serviços públicos, eu volto ao conceito que defini para o setor siderúrgico, que é um setor que me preocupa muito porque se o Governo continuar praticando uma política de preços como vem fazendo para o setor siderúrgico, e com pressão, nós corremos o risco de transformar o Brasil na Argentina do Sr. Martinez de Hoz, pela liquidação das empresas básicas da economia, pela prática de políticas de preços de liquidação. Parece-me fundamental que se esclareça neste documento, e em face do programa de estabilização, qual é realmente a política de preços que vai ser praticada, porque liquidar a siderurgia nacional que está sendo feita neste momento, com essa política de preços, creio que é dever do Congresso Nacional impedir. Não é possível que se continue praticando esse tipo de política que, na minha opinião, representa um risco gigantesco, principalmente porque o programa, no caso específico da siderurgia, prevê um aumento de produção da ordem de 4,5 milhões de toneladas, que vai custar entre 1,4 e 1,5 bilhões de dólares. De onde vai sair esse dinheiro? Se não houver aumento da produção siderúrgica, todos os programas de sustentação do desenvolvimento estarão comprometidos.

Estas, Sr. Presidente, as observações que eu tinha a fazer.

O SR. CARLOS LYRA — Se me permite um aparte, Sr. Presidente, ontem o Ministro Funaro fez uma exposição ao Senado ..

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Perdão, ao Senado não, aos privilegiados membros da Maioria.

O SR. CARLOS LYRA — ...e S. Ex<sup>a</sup> teria dito que o grande problema da siderurgia é que não há empresa nenhuma desse setor que esteja capitalizada em 91%, quer dizer, o capital próprio de toda a siderurgia do País, mais 9% da sociedade. Então, na realidade, se puder capitalizar profundamente a siderurgia brasileira, acho que um grande aspecto desse problema será equacionado.

O SR. PRATINI DE MORAES — Não tenho a menor dúvida, Senador Carlos Lyra, que uma das soluções do problema da siderurgia é transformar uma parte da dívida em capital.

O SR. CARLOS LYRA — Porque não é possível, num sistema capitalista, existir nenhuma empresa que sobreviva com essa relação 91x9. É isso, a meu ver, que é profundo.

O SR. PRATINI DE MORAES — Não há necessidade de fazer o reajuste de preços para cobrir a totalidade dessa dívida. Mas, há uma defasagem de custos que nada tem a ver com os custos financeiros. A situação hoje é mais ou menos a seguinte — e eu vou usar o documento publicado pelo Governo quando a siderurgia foi ao Presidente Sarney; "o lucro, antes das despesas financeiras, do setor siderúrgico é 20% das vendas livres. As despesas financeiras representam 47% das vendas livres". Portanto, o prejuízo do setor siderúrgico, naquele momento, é de 27%. É claro que a eliminação da correção monetária altera isso aqui bastante, mas não altera tudo. Talvez para algumas empresas de 10-90 ou 90-10, mesmo com taxas de juros em dólares da ordem de 10,5% a 12%, que devem ser as taxas praticadas nessas sessenta e três antigas, que inviabilizam qualquer perspectiva.

Estou usando o exemplo da siderurgia porque é o mais profundo, se não cuidarmos do setor siderúrgico... E nesse ponto, aliás, não fiz referência, mas apresentei várias ressalvas específicas ao setor siderúrgico que constam do avulso, e que ontem já foi objeto de discussão e da apresentação ao nobre Relator, que eu não quis referir. Acho que o que se fez para a siderúrgica é, mais ou menos, um parâmetro do que se vai fazer para os outros setores. E o risco da argentinização da nossa indústria à la Martinez de Hoz existe se nós não tomarmos essas providências.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Concedo a palavra, ao depoente, Dr. Pêrsio Arida.

O SR. PÊRSIO ARIDA — Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer as suas gentis palavras no início e

tentar, na medida do possível, responder às várias questões que V. Ex<sup>a</sup> levantou.

Com relação ao investimento privado, foi o primeiro ponto de preocupação; evidentemente a queda das taxas de juros é um forte estímulo à retomada do investimento privado, uma vez que as taxas de juros representam o custo de não investir.

Os comentários que existem no plano sobre a recuperação da carga tributária nada mais fazem do que refletir um fenômeno que acontece no Brasil, como em todos os países com uma inflação elevada: a inflação funciona como um mecanismo que diminui, mesmo sem nenhuma alteração legal nos prazos e nas alíquotas, a arrecadação tributária efetiva, simplesmente porque o valor do imposto entre o fato gerador do imposto e o momento da arrecadação depende da taxa de inflação do período. Digo valor em termos reais do imposto. Então, não é à toa que todos os países que foram submetidos a uma corrida financeira inflacionária; têm o mesmo perfil: quando a inflação acelera a carga tributária em termos reais, mesmo sem nenhuma alteração de alíquota, e mesmo sem nenhuma alteração nos prazos legais, sempre diminui. O que acontece é que quando a inflação acelera, as finanças públicas se deterioram. E torna-se aí um processo pelo qual o Governo começa a aumentar alíquotas e diminuir prazos, para tentar compensar, para voltar ao *status quo* anterior. Então, a necessidade de recuperar a carga tributária é algo decorrente do próprio fenômeno inflacionário. Inclusive, eu anteciparia que com o sucesso do Programa de Estabilização Econômica, inúmeras alíquotas de impostos têm que ser reduzidas, porque é claro que as alíquotas refletem o fenômeno inflacionário e têm que ser reduzidas.

Quanto à relação entre investimento privado e a atual reforma monetária, eu submeteria a V. Ex<sup>a</sup> o que entendo, com a minha visão, que seja um dos grandes entraves da retomada do investimento privado que é a própria incerteza causada pela inflação. Os empresários — este é um depoimento pessoal, de conversas — sempre dizem: “bom, eu posso investir, tenho demanda, minha fábrica está operando em três turnos, mas não vou investir porque com uma inflação de 300% a 400% ao ano, em algum momento virá um programa antiinflacionário, vai gerar uma recessão e eu acabo não investindo.”

O SR. PRATINI DE MORAES — Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o efeito inibidor de investimento, representado pelo processo inflacionário, tem a mesma dimensão ou o mesmo nível de inibição que o congelamento de preços.

O SR. PÉRSIO ARIDA — Eu lembraria a V. Ex<sup>a</sup>, todavia, que o chamado congelamento de preços tem um caráter temporário, não só previsto no decreto, como ontem afirmado explicitamente pelo Ministro Funaro. Ao passo que a nossa inflação, caracterizada por mecanismos inerciais, teria, sem dúvida, na ausência de uma reforma monetária, um caráter permanente.

Do ponto de vista das despesas públicas eu não poderia mais compartilhar com V. Ex<sup>a</sup> a preocupação com elas. O plano afirma a necessidade de uma contenção de gastos, é contra o corte unilateral de gastos, cortar tudo 10% ou 5%, é o candidato número um para o fracasso, porque não é assim que se resolve o problema. O chamado Setor Público é uma entidade muito complexa, mas há casos de entidades subdimensionadas, e há casos de entidades, felizmente mais freqüentes, superdimensionadas.

Eu lembraria, também, um aspecto importante já da chamada reforma monetária, que é o efeito sobre os subsídios do fim da correção monetária. Os subsídios no País são tipicamente de duas formas: a primeira forma, talvez a mais escandalosa, seria o maior volume de subsídio aparente, que é o da taxa de juro fixa. O segundo era o subsídio pós-fixado, onde o subsidiário pagava 20%, 30% da correção monetária. Todo subsídio à taxa de juros, em termos pós-fixados, simplesmente desaparece com a reforma monetária. O subsídio que antes era juros de 10% e 20%, da correção monetária, era um subsídio que seria tanto maior quanto maior fosse a inflação. O mesmo subsídio com zero de inflação e zero de correção monetária, na verdade, torna-se uma taxa de juro fixa de 10% cujo único subsídio que ocorre é se a taxa de juro do mercado for superior a 10% ao ano. Ou seja, esse programa implica um brutal corte de todos os subsídios, subsí-

dios na forma de correção monetária e subsídios ao crédito, em última análise.

Ele não resolve problemas agudos, dentre os quais, por seu tamanho, sem dúvida é o trigo o problema número um nessa altura. O subsídio ao trigo, como V. Ex<sup>a</sup>s sabem, é um subsídio hoje em dia basicamente de 2/3 do subsídio ao produtor, senão mais ao produtor e é um subsídio, portanto, cuja eliminação, não houvesse a preocupação com os produtores, poderia ser feita sem, inclusive, a preocupação inflacionária. A eliminação do subsídio ao trigo, evidentemente, é um desiderato muito longo, não é neste Governo que surgiu o problema e, no entanto, o Governo está atento ao mesmo. Não gostaria de antecipar nenhuma medida nesse sentido, mas o Governo está extremamente atento ao problema.

O SR. PRATINI DE MORAES — E qual é o tamanho do subsídio? Estou menos preocupado com a política preliminar ao subsídio para saber como é o método?

O SR. PÉRSIO ARIDA — A dimensão do subsídio ao trigo é uma especialidade aqui do nobre colega Luna. (Risos.) Antes de entrar nos aspectos específicos sobre subsídios — e acho que o Luna está mais qualificado do que eu para dimensioná-los — eu lembraria que esses problemas existem, são muito sérios, já existiram no passado e devem ser equacionados no futuro.

A alguns desses problemas o Governo teve uma solução efetiva. O caso da conta-movimento é um exemplo de um problema muito antigo que foi resolvido agora. Os subsídios ao trigo, açúcar e álcool são um problema muito antigo, que eu espero possa ser resolvido muito em breve.

Eu gostaria de fazer alguns comentários sobre a questão do BNH e do aço, que V. Ex<sup>a</sup> comentou. Eu, particularmente, por limitação minha, não conheço bem o setor de aço. Mas eu gostaria de fazer alguns comentários sobre a analogia com a Argentina, com Martinez de Hoz, e sobre a comparação de preços em dólares, entre o interno e o externo. O Brasil, liquidamente, é um exportador hoje em dia. Isto quer dizer que os nossos preços, os preços dos produtos exportáveis, digamos assim, os preços dos produtos comerciáveis, na média, em dólares, têm que ser mais baratos no Brasil do que os correspondentes externos. Caso contrário, não haveria exportação. A observação *prima facie* da diferença, em dólares, entre o preço praticado no mercado interno e o preço externo não indica, enfim, o problema, o problema é o tamanho dessa magnitude. Este é o primeiro comentário que eu faria.

O Governo está empenhado num programa junto ao BIRD, de recuperação do setor de aço, está empenhado no programa de capitalização das estatais. O Sr. Luna vai poder falar mais sobre isso. Quer dizer, eu comentaria de toda forma que o problema das tarifas é um problema sério. V. Ex<sup>a</sup> está colocando o problema do aço. Evidentemente, o petróleo tornou-se um problema muito menor por um evento afortunado externo. Mas, temos também o problema da energia elétrica. Parte do processo de recuperação tarifária se manifestava por reajustes de tarifas a níveis condizentes com a inflação, no período antigo. Então, nesse sentido, congelar tarifas por 3 meses, com inflação de 10% ao mês, provoca um atraso tarifário, como foi feito na metade do ano passado, cuja recuperação é extremamente custosa.

Além dessa política, houve uma política que V. Ex<sup>a</sup>s devem ter notado junto com a chamada reforma monetária, pela qual os descontos concedidos nos preços tarifários, preços de controle do setor público, foram da ordem de 7%. Como V. Ex<sup>a</sup>s sabem, 7% estava muito abaixo do custo financeiro, do custo de oportunidade que era regulado a grosso modo pela taxa do *overnight*. Isto quer dizer que um produto vendido a 30 dias, para preservar o *status quo* anterior do seu preço, deveria ter um desconto que varia, dependendo da forma de apropriação de imposto, digamos, da ordem de 12% a 13%. Os descontos efetivos concedidos foram da ordem de 5,5%. Isso nada mais é do que um processo de recuperação tarifária. É uma recuperação que, *prima facie*, pode parecer modesta, mas eu lembraria novamente que é uma recuperação em termos de uma moeda estável, uma recuperação importante. Ela vai, exatamente, no sentido das suas preocupações e no de estabelecer tarifas realistas, preconizadas já no plano.

Do ponto de vista do BNH, o meu comentário é que trata-se de um problema muito sério. O fato de termos 15 anos ou mais para equacioná-lo, não diminui o tamanho do problema. Não há no Governo, ainda hoje, uma decisão de como equacioná-lo.

O processo de reforma monetária, nesse aspecto, como em vários outros, tem a grande vantagem de tornar transparentes fatos econômicos, cuja ascensão de preços tornava-os obscuros. Eu dou um exemplo, sem citar o caso específico, mas se torna claro: um banco que empresta à taxa de juro de 100% ao ano, com a inflação, lança 100 como empréstimo e um retorno de 200. É claro que está concedendo um subsídio, é claro que está perdendo dinheiro, é claro que está comendo o seu patrimônio. Mas nada disso aparece no balanço. A mesma operação sob a reforma monetária: ela aparece com o banco lançando 100 e recebendo 50 de volta e obrigada a abater o seu patrimônio em 50. A reforma monetária nada mais faz do que tornar patentes processos de endividamento que eram perversos anteriormente. O Caso do BNH é um exemplo. A reforma monetária não criou o rombo, não é verdade? Acontece que o rombo aparece. Como equacioná-lo? É uma preocupação séria do Governo. Eu, no entanto, não tenho nenhuma resposta a dar a V. Ex<sup>a</sup>, neste sentido.

Eu queria fazer um último comentário paralelo sobre o caso argentino, de Martinez de Hoz. O princípio básico do caso argentino, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, é uma tentativa de controlar a inflação através da taxa de câmbio. A ideia era que mantendo a taxa de câmbio fixa, em termos nominais, aos poucos os produtos externos ficariam muito mais baratos do que os internos. E a competição dos produtos externos forçaria uma queda dos produtos internos. É como se a inflação a 400% ou a 300% ao ano, subitamente o governo decretasse que a taxa de câmbio está fixada em cruzeiros nominais e decretasse livre a importação. O resultado, evidentemente, primeiro foi um desastre do ponto de vista externo. Claro que as importações aumentaram muito, houve fuga de capital e um processo perverso pelo qual a Argentina hoje tem uma dívida que não se traduz em bens. O segundo aspecto se traduziu por uma genuína liquidação da indústria nacional, uma vez que ninguém, com o custo subindo, exatamente porque a inflação tem um caráter inercial, pode baixar os preços para mantê-los paritários com a taxa de câmbio fixa, o que se constituiu na ruína completa do parque industrial argentino. Não há nada de semelhante sendo feito aqui no Brasil. A taxa de câmbio nunca foi fixa. Pelo contrário, no período inflacionário sofria desvalorizações diárias. Se algo foi feito, é até uma preocupação, pelo oposto. A rigor, nós até poderíamos descontar a inflação externa, coisa que não fazíamos. E houve hoje uma fixação da paridade do cruzeiro em face do dólar num nível bastante invejável.

Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que a taxa de câmbio brasileira, hoje, medida contra a cesta de moedas que o Brasil exporta, é aos mesmos níveis da maxi de 1983. Como o resultado do conjunto é surpreendente, torna-se inteligível lembrarmos, primeiro, que o cruzeiro estava atrelado ao dólar e quando o dólar se desvalorizava evidentemente havia uma desvalorização do cruzeiro em face das outras moedas. O segundo aspecto importante é que nós, ao longo desses anos, não descontamos inflação externa que seria indicado pelo poder de compra. Mesmo que o dólar não se desvalorizasse, nós estaríamos desvalorizando a nossa moeda sem que percebêssemos, a uma taxa de 3/4% ao ano, que é a média da inflação externa. Então, hoje temos uma situação do ponto de vista cambial bastante confortável que nos permitiu fixar a taxa de câmbio, mas a nossa política seguida, tanto agora, quanto no passado, não tem nada a ver com a política argentina de Martinez de Hoz. Nem no período em que houve congelamento de tarifas, que foi um erro terrível, como V. Ex<sup>a</sup>s não de concordar, nem no período que houve aquele sério congelamento, a taxa de câmbio foi fixada.

Gostaria de passar a palavra ao Dr. Luna.

O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA — Gostaria de fazer dois comentários a respeito da sua exposição. Evidentemente, não estou comparando a política brasileira com a política de Martinez de Hoz, mas as consequências sobre o setor industrial siderúrgico serão as mesmas seja através da importação maciça de um produto, seja através de um congelamento de preços, a níveis que a

empresa não possa se remunerar e, além dos prejuízos, teria brutal redução na sua capacidade de investimentos que lhe impediria, inclusive, a atualização tecnológica no setor. Hoje, a siderurgia brasileira está impedida de avançar, e nós sabemos que em função das pressões. Os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha investem maciçamente em processos siderúrgicos novos que sequer hoje nos vendem. Nós vamos ter que investir, inclusive para criar um pouco dessa tecnologia. Já que falamos em Martinez de Hoz, preocupou-me um pouco — não muito, mas um pouco — o anúncio insistente da importação de alimentos como tábua de salvação dos nossos problemas. Acho um risco muito grave anunciar à sociedade brasileira que se pretende, neste País de 136 milhões de habitantes, com essa dimensão, resolver o problema de abastecimento com a importação de alimentos. É evidente que importações de alimentos sempre foram e continuarão sendo feitas para resolver problemas específicos. Agora o anúncio que foi feito de um gigantesco estoque com produtos importados, inclusive, por si só, corre um risco até de elevar os preços do mercado internacional para vendas ao Brasil. Acho um risco muito grande que deve ser evitado.

**O SR. PRATINI DE MORAES** — Eu gostaria de fazer dois comentários. Primeiro, peço desculpas por ter me expressado mal na analogia da Argentina com Martinez de Hoz e, segundo, a preocupação com tarifas realistas existe, consta explicitamente do Plano e norteia decisões práticas como, por exemplo, o desconto de 5,5% e não dos 10% ou 15%. O Luna vai avançar um pouco mais nos planos de capitalização do setor, nos acordos que estão sendo feitos com entidades internacionais como, no caso específico, do setor do aço.

Gostaria de comentar, ainda com relação às importações de alimentos, de que o motivo da importação não é resolver uma situação estrutural. A nossa agricultura precisa de reforços e parece inequívoco e claro que temos hoje uma estrutura agrária que não está sendo capaz de responder, à altura, à velocidade do nosso processo de urbanização. As preocupações com importações de alimentos devem-se, evidentemente, primeiro aos efeitos da seca que sofremos, que é o fenômeno ocasional e, segundo, a um aspecto muito importante que é o seguinte: com a elevação real do chamado salário-mínimo e com as elevações dos demais salários em 8%, a demanda por alimentos sofre um acréscimo imediato. Não temos ilusão, embora o chamado IPCA seja um índice que reflita o consumo médio da população. O chamado consumo da população que ganha salário mínimo tem um peso do item alimento muito maior do que aquele indicado no próprio IPCA. Isto quer dizer que as importações de alimentos são necessárias não só por causa da seca, como pela mudança do perfil de demanda implícito no programa redistributivo como esse.

**O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA** — Vou colocar algumas coisas de caráter geral. Nenhum desses itens — siderurgia, açúcar, trigo — são minha especialidade, mas de alguma forma acabamos tendo uma idéia das ocorrências, da política que o Governo vem adotando.

Gostaria de chamar a atenção com relação ao problema de como se deve financiar o déficit da conta álcool, o déficit de subsídios. É que pela primeira vez o Governo mandou o Orçamento, no qual o total das previsões de despesas do Orçamento Monetário já estão incluídas, contrariando a prática do Executivo até o ano passado, quando o Orçamento Monetário era desvinculado do Orçamento Fiscal. O Governo da Nova República teve a audácia, diria, de fazer uma consolidação dos Orçamentos e uma previsão de recursos para todos esses subsídios, ou seja, todas aquelas contas que de alguma forma requerem recursos do Tesouro em termos de subsídios poderiam pressionar o Tesouro ou o Banco Central. Já neste ano de 86 nós temos um Orçamento prevendo cerca de 200 trilhões de cruzeiros, pensando em moeda antiga, em todas essas contas. Nós estamos hoje reavaliando cada um dos itens monetários, que estão no Orçamento Fiscal; temos previsão de recursos para o pagamento da dívida, o que nunca foi feito; temos recursos para comprar trigo; temos recursos para os subsídios — de crédito, de exportação — e temos recursos para a política de preços mínimos. Quer dizer que todas essas contas que antes eram desconhecidas — e a sociedade só as conhecia após a sua realização — vieram ao Congresso e foram

aprovadas no próprio Orçamento. É claro que cada uma dessas contas, com a situação, agora, da nova política de estabilização, vão ter os seus números redimensionados, algumas para cima, outras para baixo. Acreditamos que o impacto de todas essas contas é favorável do ponto de vista do Governo. A conta "juros" se reduz; a conta "subsídio no crédito" provavelmente também. Isso envolve, ainda, a parte de exportações. Vamos falar um pouco sobre a conta "preços mínimos", conta "trigo", e ficar praticamente nos números do Orçamento e no problema dos preços mínimos.

Os impactos desses dispêndios todos que o Tesouro de alguma forma fará com subsídios, já estão previstos, e de alguma forma, equacionados no próprio Orçamento. Quando falamos em equilíbrio financeiro, levamos em conta também esses itens que já estavam dentro do próprio Orçamento. Tratando particularmente de alguns dos casos, por exemplo, na questão da política de preços mínimos, das compras maciças do Governo — vários dos produtos estão abaixo, quer dizer, o mercado está com preços relativamente depreciados e próximo dos preços mínimos — eu gostaria de chamar a atenção no sentido de que o Governo tem na conta "preços mínimos" 17,5 trilhões de cruzeiros antigos, exatamente como previsão para essas contas. A estimativa atual que fazemos é de um número um pouco superior a isso. De qualquer forma, é uma conta que se realiza ao longo do ano, que tinha 17,5 trilhões para compras e previu um subsídio embutido, já dentro do Orçamento, de cerca de 4 ou 5 trilhões. Eu não tenho o número exato de cabeça, mas os diferenciais entre compras e vendas desses produtos que o Governo faça através de sua política de estoques reguladores, já estão previstos no próprio orçamento. Nós estamos, agora, reavaliando o montante dessa demanda de recursos: estamos reavaliando a própria safra e definindo uma política de importações. Nós não queremos fazer uma política de importações que deprecie a agricultura nacional; nós não queremos que exista ao longo de 86 outro choque agrícola, quando já houve antecipação da quebra de safra de 86. A antecipação dessa quebra de safra já teve um choque agrícola, já foi antecipado; o que queremos é que ela não seja materializada agora também em 86. A nossa política é efetivamente importar o extritamente necessário para a estabilidade de preços e evitar que o produtor nacional possa ter a sua remuneração depreciada e que não plante. Nós temos todo o interesse que o Brasil viabilize a sua vocação de ser auto-suficiente em produtos agrícolas.

Com relação ao trigo, já existia no Orçamento uma dotação de 18 trilhões de cruzeiros para atender ao subsídio. Esta conta tem que ser um pouco entendida.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Dr. Luna, V. Ex<sup>a</sup> vai ver depois, pelos meus debates, que essa conta não está batendo muito na minha aritmética. Por favor, explique bem devagar essa conta "trigo".

**O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA** — Na verdade, eu não serei capaz de citar cada um dos números, mas vou dar uma idéia geral do que existe dentro da conta "trigo" e alguns números gerais que a compõe. A conta "trigo" que está no Orçamento prevê despesas da ordem de 35 trilhões e receitas da ordem de 17, o que dá um subsídio de 18 trilhões. Esses são os números da conta "trigo".

O que compõe essa conta?

Na verdade, a conta "trigo" não é uma conta subsídio, ela é o lançamento de todos os eventos financeiros que o Governo executa com o trigo. O Governo adquire trigo de dois segmentos: do setor externo e do setor interno.

Do setor interno: da produção nacional, onde ele compra esse trigo ao longo do ano, particularmente no final do ano, quando se dá a safra. Então, o Governo quando vira o ano, sempre carrega a maior parte do estoque da produção nacional. Essa conta é como se fosse uma conta de preços mínimos, é um estoque que será realizado no ano seguinte e tem um efeito negativo sobre a conta "trigo" porque, na verdade, é um carregamento do estoque que o Governo tem. Isso do ponto de vista do trigo, ele vai deduzindo essa conta que, no primeiro momento, é uma conta que pressiona as contas do Tesouro. Por outro lado, o Governo importa o trigo e não lança nessa conta as despesas com a importação; ele lança os pagamentos efetivos que realiza no exterior. As compras de

trigo realizadas, são pagas com crédito em dois, três, quatro, cinco anos. Depende. Cada ano tem situações diferentes. O que é lançado nessa conta é o pagamento efetivo, é uma conta financeira, não é o valor do dispêndio com o trigo comprado no ano. Ele é um regime puramente de caixa, não de competência. Então, se lançam nessa conta as importações, os pagamentos de importações e também as vendas desse trigo para o mercado interno. No final do ano o que ela acaba refletindo? Acaba refletindo vendas de trigo do estoque inicial e a acumulação de estoque de passagem de ano. Ela acaba refletindo um subsídio embutido, que é o subsídio ao consumidor e o diferencial de preços que este paga ao produtor nacional relativo ao que paga à importação.

A compra do trigo nacional é mais cara do que os custos acumulados da importação, mais transportes. Quer dizer, o preço do produto nacional custa mais ao Governo do que o importado. Então, existe o que poderíamos chamar de proteção ao produtor nacional e depois esse mix de custos, entre o produto interno e o produto externo, é repassado ao consumidor também ao nível de subsídio, que hoje é muito alto.

**O SR. PRATINI DE MORAES** — V. Ex<sup>a</sup> sabe o diferencial de preço hoje entre o que o Governo paga ao produtor nacional e a compra?

**O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA** — Eu não tenho o número exato. O último preço de referência que o Governo deu ao trigo nacional foi de 248 dólares por tonelada. Com todos os custos, porque tem o preço posto no porto, depois tem transporte, armazenagem, tributos, eu daria esse número, algo em torno de 150, 180 dólares o custo total do trigo importado. O preço tem variado muito no mercado internacional, ele era menor e agora teve uma elevação de uns 20 dólares mais ou menos. Esse é o diferencial que se protege o produtor nacional.

Nesses dois itens, hoje, se computarmos qual o custo que o Governo tem nessa conta e por quanto ele está vendendo, veremos que ele está dando um nível de subsídio de cerca de 70% ao consumidor. Quer dizer, hoje o nível de subsídio é extremamente elevado.

**O SR. PRATINI DE MORAES** — Em outras palavras, o preço que está sendo vendido aqui no mercado interno é inferior ao custo do trigo importado?

**O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA** — Hoje é inferior ao custo do trigo importado.

**O SR. PRATINI DE MORAES** — Quando se fala em 70%, quer dizer que hoje, na média, entre custo do trigo nacional — trigo importado, o consumidor paga 30%?

**O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA** — Cerca disso!

**O SR. PRATINI DE MORAES** — Isso quer dizer 17 trilhões e meio, estimados?

**O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA** — Isso. Deixe e coloque qual seria o número...

**O SR. PRATINI DE MORAES** — Em regime de caixa, no ano de 1986?

**O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA** — No regime de caixa deve chegar em torno dos 18 trilhões. O número que tínhamos, os 30 trilhões que se falava, que era o número estimado, era o número para que o nível do consumidor ficasse fixo e a cada momento ele está pagando ao produtor nacional em dólares e à importação em dólares. E o que acaba ocorrendo agora com a estabilidade do câmbio? É que fica fixo o custo e o valor de venda.

A estimativa atual em cruzados, que nós temos feito, é de cerca de 17/18 bilhões de cruzados. É um pouco acima do que estava previsto no Orçamento. Nós tínhamos no orçamento 18 trilhões de cruzeiros.

Do ponto de vista orçamentário os 18 trilhões de cruzeiros, eles devem ser mais ou menos calculados, multiplicando por .7 (ponto sete), e o custo atual dessa conta é algo em torno de 17 ou 18 bilhões de cruzados.

Essa conta não está definida ainda porque tem dois componentes ao longo do ano. Quer dizer, o primeiro, qual é o nível do preço do trigo importado? Um outro dado importante, que vai em parte dessa conta, é qual o preço que vai ser estabelecido para o produtor nacional? No ano passado foi de 240 dólares por toneladas. Esse preço não está definido ainda pelo Governo. E uma outra variável importante: qual vai ser a política do preço



do trigo ao longo do ano? Ele pode ficar nesse nível, ou poderá haver alguma variação ao longo do ano.

O SR. PRATINI DE MORAES — Não um déficit de trilhões mas, sim, em ORTN. Então, o correto não eram 17 trilhões, mas 17 bilhões a ORTN, ao mês, no momento em que fosse pago o trigo, dentro da estrutura do tempo.

O SR. — A trilhões embutido na inflação de 250%.

O SR. — Exatamente.

O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA — Havia um subsídio que desapareceu agora. Nós o queríamos tirar antes e agora ele desaparece com a chegada do cruzado. Os moinhos recebiam trigo para pagarem em 30 dias sem juros. Na verdade, havia uma vantagem para os moinhos de cerca de 15% ao mês.

Então, tem várias coisas dentro dessa conta trigo. Nós queremos, inclusive, apresentar essa conta de uma forma mais inteligível, tirar a conta trigo do ponto de vista financeiro, do problema de caixa e apresentar à sociedade de fato qual é o subsídio que está sendo transportado ao consumidor e qual é a margem de proteção que o produtor nacional recebe nisso aqui. Nós poderemos apresentar esses números.

O SR. HORÁCIO ORTIZ — Sr. Presidente, eu pediria só um esclarecimento final. Esse problema do trigo realmente é um dos maiores rombos, não só no Orçamento, mas, inclusive, nos exames sobre quem depositava têm havido demonstrações de desvios. Não estou entendendo por que há uma diferença tamanha de quase 100 dólares a tonelada do produto importado e o produzido aqui no Brasil.

Existe também subsídio internacional?

O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA — O trigo é um produto em que quase se pratica subsídios do ponto de vista externo. Quer dizer, os custos de produção aqui provavelmente são maiores que vários segmentos do mercado internacional, mas também todo mercado internacional, de um modo geral, protege a sua indústria do trigo. Então, acabamos comprando com essa vantagem. Aí existe uma decisão política. Nós poderíamos sempre nos aproveitar desse preço depreciado do trigo no mercado internacional, como nos tornamos independente dessa produção. A política tem sido gradativamente transformar a produção nacional no nosso consumo, e os níveis de produtividade dessa produção têm aumentado muito, o que provavelmente vai permitindo que façamos uma redução do preço de garantia desse produto ao longo do tempo.

O SR. PRATINI DE MORAES — Sr. Presidente, infelizmente vou me retirar, mas gostaria de propor a V. Ex<sup>a</sup> e ao nobre Relator, que a Secretaria do Planejamento enviasse à Comissão Mista todos esses dados de subsídios como anexo, ou uma informação complementar ao PNB, bem como, se fosse possível, nos enviasse, traduzido em cruzados as novas estimativas de receita-despesa e execução Orçamentária para o ano de 1986. Creio que se tivémos na Comissão os dados relativos aos subsídios, que é um problema crítico, e que não se resolvem apenas pela eliminação da correção monetária, exceto no caso de subsídios ao crédito.

Se tivémos aqui as novas estimativas de receita e despesa, a nível global, como se está promovendo, agora, do setor público, com a medida do déficit estimado e uma indicação de como vai ser financiado, estará feita a complementação do PND — e é o que estamos pedindo — dos dados relativos ao efeito do programa de estabilização monetária sobre este documento.

A objeção que levantei na reunião de ontem — não sei se tomaram conhecimento — é justamente no sentido de se saber o que mudou no PND, em função do Programa Econômico de Estabilização.

Entendi bem suas explicações e as aceito, mas gostaria de ter a quantificação, o efeito quantitativo, o impacto do Programa Econômico, subsídios, Receita e Despesa do Tesouro, Orçamento Monetário e Empresas Estatais.

O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA — Estamos promovendo esse cálculo: hoje, não temos uma estimativa

completa. Cada uma das fontes de Receita ou de Despesa é de difícil mensuração.

No caso da Receita, por exemplo, podemos dizer que a Receita Tributária do Governo, hoje, se compõe de uma parcela expressiva do setor financeiro. Não sabemos o tamanho, o volume de operações que o mercado financeiro irá continuar operando.

O SR. PRATINI DE MORAES — Então, como o Governo diz que zerou o déficit, se não pode medir? Quero entender.

O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA — Não temos números perfeitos. Não podemos apresentar, hoje, em tão consciência, números acabados sobre cada uma.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Dr. Luna, uma das razões de sua vinda, aqui, foi justamente essa. Por mais boa vontade que tenha o Poder Legislativo em apreciar um Plano de abrangência deste, há de reconhecer que com a edição do pacote econômico e com a própria fragilidade de algumas das sessões do PND, torna-se praticamente impossível à pessoa, de tão consciência, dar um veredito sobre o bom ou mau uso que foi feito da arte de planejar, quando nos apresentamos este Plano.

O que nós desejamos não são números exatos — sabemos que V. Ex<sup>a</sup>s ainda vão afiná-los — mas 28 de fevereiro mudou, realmente, a economia brasileira, queiramos ou não. Assim, em função disso é que desejamos, nós que estamos apreciando, nesta Comissão, o II PND, ter justamente esses dados básicos. Não serão dados que podem ser cobrados a V. S<sup>a</sup>s como sendo definitivos. Quando faço a afirmação de que em janeiro/fevereiro, o déficit foi zerado, eu o faço com base em alguns números. Quando afirmo que — aqui foi dito e será um dos objetivos, no fim da interpelação presidencial — será resolvido o problema tarifário no setor de energia elétrica, vamos saber se é uma afirmativa aristotélica, com todos os anos de prestígio que tenha o ilustre filósofo — e a Terra rodou, apesar disso — ou é apenas uma presunção. É o que desejamos saber, porque vamos votar algo que vai ser o Plano, a diretriz do desenvolvimento deste País, durante três anos.

O SR. PRATINI DE MORAES — O nobre Senador Virgílio Távora disse que em 28 de fevereiro mudou a economia. Mudou com o nosso aplauso e os nossos votos de êxito. Ajudem-nos, agora, a deliberar sobre matéria de tanta relevância, insuficientemente informada.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — É evidente que alguns componentes das discussões que estão sendo postas, agora, em questão, transcendem a análise técnica, eu diria, da matéria, para comportar componentes de natureza absolutamente política.

É claro que o exame do balanço das contas da União, no primeiro trimestre de 1986, não pode ser feito por esta Comissão. É claro que se isso tiver que ser examinado o superávit exato das contas do Tesouro Nacional, chamaria aqui o Secretário do Tesouro para fazê-lo. O que se está vendo é uma posição prospectiva de como irá, ao longo de três anos, comportar-se essa matéria. Não simples exame pacífico e fotográfico de um determinado instante. As contas do subsídio têm um pouco de afastamento farisaísmo. O subsídio nas economias não centralmente planejadas é um permanente elemento de execução de política, seja através de subsídios fiscais, cambiais, tarifas alfandegárias ou simplesmente através do subsídio direto. A sociedade brasileira ou em outra sociedade do nosso tipo tem convivido e conviverá com isso por muito tempo. O que ocorre, do ponto de vista político, é que a Nova República está herdando uma caótica componente de subsídios mal orientados, privilegiando setores, enriquecendo esse ou aquele setor, e é isso que está em jogo e queremos eliminar. Quero chamar a atenção, neste ponto, para que a discussão e o relatório do PND não se transforme numa simples análise das contas atuais do Tesouro Nacional.

O SR. PÉRSIO ARIDA — Gostaria de fazer um comentário sobre a projeção das contas públicas, que é o seguinte: as contas públicas foram projetadas anteriormente à reforma, para este ano, supondo um déficit da ordem de meio por cento do produto.

O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna) — É operacional?

O SR. PÉRSIO ARIDA — Vamos aos dados. Esse ponto é muito importante, porque inclusive temos uma ideia como a reforma monetária, em que direção a reforma monetária afeta esse problema. Sabe que existem três conceitos de déficit, que chamo déficit nominal, déficit em milhões de cruzeiros, esse, como todos sabem, tem pouco significado. Em termos de déficit real — déficit em ORTN, em dólares, em qualquer medida real, existiu o déficit operacional no sentido Fundo Monetário Internacional. Esse conceito de déficit, por vários aspectos, é um conceito ruim de déficit. Ruim, primeiro, porque diminui o problema — eu, como pessoa do Governo, poderia até aplaudir um conceito que diminui, mas, na verdade, um conceito verdadeiro de déficit não pode ser o do Fundo Monetário Nacional que é um conceito transplantado de outros países para o nosso. Em outros países as chamadas autoridades monetárias não têm dúvida. Parte razoável da nossa dívida externa parece no passivo dessas autoridades monetárias.

O SR. CARLOS LYRA — Lembro-me uma vez que o Mailson perguntou, em New York, que não entendia como o Banco Central tinha déficit — o americano nunca pôde entender. Lá não existe déficit e aqui temos um déficit no Banco Central. Quer dizer, lá o déficit não existe, é inexistente, daí por que a concepção monetária está totalmente errada.

O SR. PÉRSIO ARIDA — Esse conceito do déficit do Fundo, na verdade, ignora uma parte do problema. Então, não é à-toa que o Fundo Monetário Internacional insistia num superávit, porque os membros do Fundo de repente perceberam. Se não podia adaptar o conceito pelo menos podiam ver como era a realidade, e passava a existir um superávit no conceito do Fundo para ter um déficit no verdadeiro conceito errôneo. Foi só recentemente que se mediu o déficit no seu verdadeiro conceito. O verdadeiro conceito envolve dívida, na primeira instância, tanto na administração direta, quando se tratar de autarquia, quanto das autoridades monetárias; segundo, envolve dívida, que o déficit é a variação de estoque da dívida — dívida sob todas as formas, não é só a dívida mobiliária ou moeda, que se denomina déficit de caixa, mas é dívida bancária, em última análise, dívida interna e dívida externa. Feita a consolidação, o interessante informativo do Banco Central datado de janeiro deste ano, sob dívida líquida do setor público, pela primeira vez se consolida toda a forma de dívida. O setor público como um todo, inclusive os Estados e municípios. Feita a consolidação, verifica-se que o Brasil — o Governo no seu sentido mais amplo, Estados e municípios — tem uma dívida da ordem de cinquenta por cento do Produto Nacional. Claro que a dívida bruta é uma dívida muito maior, mas, às vezes, o que é dívida de um órgão do Governo, é crédito de outro órgão. A dívida líquida a credores não Governo, é da ordem de cinquenta por cento do Produto Nacional.

O SR. CARLOS LYRA — Centro e cinquenta bilhões de dólares?

O SR. PÉRSIO ARIDA — É menor, o produto estava estimado para o ano de 1985 em duzentos e vinte bilhões de dólares. Tomada uma taxa de crescimento de 5% a 6%, não chega a duzentos e cinquenta não. Em dezembro de 1984, nasceu uma situação de uma dívida da ordem de cinquenta por cento do Produto Bruto Nacional. Se compararmos a nossa dívida com outros países — só para termos uma ideia sugestiva — a dívida não é alta. Os Estados Unidos têm 45% a Itália tem 100%, a Alemanha tem trinta e três por cento.

O SR. CARLOS LYRA — A economia italiana é muito por fora.

O SR. PÉRSIO ARIDA — Sim. Mas, para esse tipo de estatística não tem importância. Mas o problema básico não é tanto o estoque de dívida, é a velocidade com que essa dívida cresce. O mesmo informativo do Banco Central dá a evolução da dívida de 81 para cá, aí chegam-se a números espantosos, porque uma dívida que é da ordem de 30% do produto, cresceu em cinco anos, até 1984, em 48% do produto. É um salto gigantesco.

No ano de 1985 ela cresceu de 48% - 49% até 50%, somente 1% em termos de produto. Temos uma situação hoje, onde a preocupação número um com o chamado

déficit da variação da dívida é que tenhamos um déficit compatível, no mínimo, com a manutenção da constância da dívida em face do produto nacional. O produto cresce, então, é natural que a dívida do Governo cresça, mas não pode ser um crescimento desmesurado. Se o produto crescer 6% por um estoque de dívida inicial da ordem de 50%, verificamos que o déficit sobre o produto pode ser até da ordem de 3%. Aqui está dizendo: se um déficit do produto da ordem de 3% é possível manter o estoque sobre a dívida com a proporção constante do produto, supondo que o produto cresça 6%.

Nossa previsão de um déficit sobre o produto, nesse conceito amplo da ordem de 1/2%, implicaria uma pequena redução do estoque de dívida sobre o produto nacional que melhora um pouco a situação — é uma redução de 50 para 48% do produto. Essas eram as previsões antes da reforma monetária. Como a reforma monetária altera essas previsões?

Todas as evidências históricas — a Secretaria da Receita Federal está fazendo a reestimativa para este ano, à luz da reforma monetária — apontam sempre uma melhoria das finanças públicas com o fim da inflação. No nosso caso específico é evidente que a arrecadação de IPI e ICM deve crescer, por outro lado, alguns impostos específicos sobre mercado financeiro, que eram impostos que dependiam da variação, devem diminuir. Cálculos preliminares da Receita Federal indicam que o efeito do IPI e ICM é muito maior do que o efeito...

**O SR. PRATINI DE MORAES** — Qual é o efeito estimado?

**O SR. PÉRSIO ARIDA** — A última estimativa da Receita previa para o IPI e o ICM efeitos da ordem de um bilhão e meio a dois bilhões de dólares.

**O SR. PRATINI DE MORAES** — Quais os percentuais que completam a Receita?

**O SR. PÉRSIO ARIDA** — O total de receitas do Orçamento da União, nesse orçamento aprovado, estava previsto para 320 trilhões, com uma taxa de câmbio médio, para tornarmos compatíveis, da ordem de 16, algo da ordem de 20 — fazendo uma conta rápida aqui temos 20 bilhões de dólares. Esse era o previsto pela Receita Federal de receita para este ano.

**O SR. PRATINI DE MORAES** — Por que de 16?

**O SR. PÉRSIO ARIDA** — Porque o orçamento era feito contando com uma inflação...

**O SR. PRATINI DE MORAES** — Em outras palavras, teríamos um aumento de 6%...

**O SR. PÉRSIO ARIDA** — É, um aumento entre 6% e 10% só pela mudança de sistemática. ...esse é o efeito IPI/ICM, no caso, teria que se deduzir disso o efeito dos bancos...

**O SR. PRATINI DE MORAES** — Isso é quanto?

**O SR. PÉRSIO ARIDA** — A Receita Federal, até onde sei informar, não tinha terminado ainda a avaliação do efeito dos bancos. É que parte dos impostos era sobre a rentabilidade nominal. Então, como a rentabilidade nominal cai parte dos impostos chamados sistema financeiro deve ser menor agora.

Segundo informações que o Secretário da Receita Federal nos prestou há cerca de uma semana, poderá se fazer a reestimativa dos impostos à luz dessa nova sistemática.

**O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora)** — A Presidência foi por demais benevolente quanto ao tempo concedido aos apartantes e aos debatedores. Portanto, vamos ver se nos cingimos, tanto quanto possível, ao tempo regulamentar, sem que isso seja absolutamente inatingível ou atingível em excesso.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Reinhold Stephanes.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** — Queria justificar, inicialmente, meu atraso de 30 minutos, porque sou membro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e tive que, pelo menos, participar das discussões iniciais.

Antes de fazer minhas colocações, faria uma pergunta: foi falado muito rápido do problema da distribuição de leite e não entendi qual foi a correlação que foi feita na colocação de V. Ss.

**O SR. PÉRSIO ARIDA** — Só coloquei que o programa de distribuição de leite se enquadrava dentro dos programas de prioridade social já previsto no Plano, quando feito anteriormente. V. Exª gostaria que eu explicasse o programa como ele é?

**O SR. REINHOLD STEPHANES** — Não queria entrar nesse detalhe, mas de qualquer forma como me é dada a possibilidade, quando foi lançado o Plano, tive muita dúvida sobre a possibilidade de se executá-lo; primeiro, pela falta de mecanismo de distribuição e até pela dificuldade em encontrar esse mecanismo; segundo, por falta de leite que era o ponto básico, fundamental. Mas isto poderia ser respondido depois. Estas são as minhas colocações.

Foi-nos colocado aqui, inicialmente, que era um estilo de planejamento que se estava desenvolvendo nesse I PND e que isso tinha que ser explicado em relação a uma economia como a nossa, que é dinâmica, e que talvez não havíamos compreendido corretamente as linhas e o estilo deste Plano. Eu, evidentemente, concordo com esta colocação. Não vou entrar na parte geral, porque isso já foi muito discutido pelo Deputado Pratini de Moraes. Mas, fazendo alguns análises específicas, acho que se exagerou um pouco nesse estilo de planejamento. E tenho a impressão de que, pelas brilhantes colocações, pelo conhecimento, pelo instrumental técnico que V. Ss são dotados, que se V. Ss lerem este Plano, numa série de partes, vão chegar à conclusão de que muita coisa efetivamente tem de ser mudada, nele. Primeiro, pela falta de coerência metodológica das várias partes redigidas nesse Plano que deve ter sido redigido por pessoas diferentes e, até, por ministérios e órgãos diferentes. Então, não há nenhuma compatibilização.

Enquanto alguns, efetivamente, usam o estilo de grandes linhas, diretrizes gerais, grandes objetivos, outros entram em detalhes de projetos. Não é nem de planos de projetos.

Temas partes — inclusive se tiver necessidade entro nos detalhes — que tive dificuldade de lê-las.

Acho que até se comete alguns erros bem grosseiros dentro deste plano, em partes detalhadas, por exemplo: na área agrícola, na área de desburocratização, inclusive o Ministério da Previdência tem erros grosseiros sempre. Sugiro que ele seja revisto para que não se aprove algo com erros grosseiros. Há outras partes onde se faz histórico de uma situação de 50 anos atrás de maneira autônoma. Quer dizer, não há nenhuma relação com o texto seguinte, e nem objetividade. Apenas se coloca, até de maneira bastante extenso.

De modo que, não houve uma metodologia, não houve uma revisão e nem uma compatibilização nisso. Inclusive, em determinados momentos, quando do diagnóstico, se mostra a necessidade de extinção de órgãos e de uma profunda reformulação administrativa, quando se observa mais na frente que não se tem mais nada. E, assim, eu poderia desenvolver várias questões ao longo deste plano. Eu tenho a impressão de que V. Exs têm consciência disso, aliás, há até um Senador que disse ontem que está uma colcha de retalho esse plano a palavra não é minha, é de um senador...

**O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora)** — Foi minha.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** — ... e, em parte é — a exceção da parte geral, que foi bem explicada — bem verdadeiro. Então, a minha primeira pergunta é se há o desejo de que se concorde com esta colocação ou não? Se desejarem debater isso com mais detalhes, eu levarei o mesmo tempo que o Deputado Pratini de Moraes levou para cada questão, não se se podemos fazer discussões específicas sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora)** — Concedo a palavra ao Marcelo Lara Rezende.

**O SR. MARCELO LARA** — Nobre Deputado, essa é uma observação que, guardado um pouco a diferença de grau, foi feita inclusive por nós na SEPLAN, à época da elaboração do Plano. Sem entrar em detalhes, gostaria de chamar a atenção para dois aspectos: primeiro, a circunstância e o momento em que foi escrito esse Plano num momento difícil, politicamente muito conturbado, com alterações significativas tanto na área política como na área econômica. Isso introduz dificuldades até certo

ponto incontornáveis, tendo em vista os prazos disponíveis para que o documento fosse redigido. E, em segundo lugar, e o mais importante, o da falta de homogeneidade. Se fosse possível, sentaríamos e com muito poucas pessoas redigiríamos um documento e entregá-lo-ia ao Congresso, mas certamente esse documento seria talvez não tão democrático, porém com uma homogeneidade maior. No entanto, a instrução que tivemos, com relação à elaboração do PND, foi a de que ouvíssemos todos os Ministérios setoriais e — uma primeira redação foi distribuída inclusive nesta Casa — colhêssemos as opiniões, sugestões dos mais variados setores.

Isso, por um lado é absolutamente indispensável num regime democrático, com o espírito que se teve na época. Por outro lado, introduz esse tipo de dificuldade, que V. Exª muito bem o detectou, que é uma heterogeneidade do texto. Em parte tentamos diminuir um pouco esse problema, mas, infelizmente, não é possível iluminá-lo completamente. Quanto aos erros grosseiros acho que aqui seria muito difícil discutirmos isso de uma forma eficaz, mas acho que erros grosseiros não devem passar. Estaremos à disposição para discutir com as pessoas dos setores envolvidos e tentarmos, dentro do possível, resolvê-los.

**O SR. PÉRSIO ARIDA** — Gostaria de fazer um comentário entre a primeira parte e as demais partes, é que há uma diferença muito clara no seguinte sentido: em todas as demais partes existe a marca de contribuição efetiva, a marca decisiva dos demais ministérios. Trata-se aqui, simplesmente, das várias áreas setoriais de um Plano de Governo. Evidentemente que a parte que tem a marca decisiva da Secretaria de Planejamento é a primeira parte, quando se traça a perspectiva macroeconômica como um todo. O detalhamento das várias partes, a análise cuidadosa dos vários itens, etc., sofreu, na verdade, um processo de simbiose, onde se marca a presença dos vários Ministérios nesse texto.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** — Eu conheço metodologia, pois fui secretário de Ministério. Estou sendo muito honesto. Acho que V. Ss têm capacidade de apresentar um documento bem superior nessas várias questões que eu levantei, bem superior, bem mais coerente, bem mais objetivo e bem mais claro. Até peço a V. Ss leiam, porque vão chegar a uma conclusão um pouco mais elevada do que o nosso colega que está na ponta e que tentou justificar isso. A impressão que me deu foi a seguinte: chegou-se rapidamente — os Ministros em grande parte estavam preocupados com outras questões — e chamou-se um grupo técnico; "Olhem vocês elaborem, porque vocês têm que satisfazer a necessidade do IPND". Eles sentaram e elaboraram uma porção de coisas. Chegou lá, estava todo mundo preocupado com outras coisas e foi encaixando nisso, e aparece, por exemplo — quando se entra num programa de desburocratização — tudo, menos programa de desburocratização. Então, quando se chega a determinados momentos, acho que alguém leu que em 1923 — à Previdência Social cabe cobrir eventos como velhice, invalidez e viuvez. Isso aí foi da Lei de 1923. Agora, existe o autoprismo que foi de 1981, de 82 e de 83. E até esqueceu que existe uma série de outros eventos que hoje o Governo tem que assegurar que foram posteriores a esse período. Então, há efetivamente expressões mal colocadas, existe inclusive alguns diagnósticos excelentes, muito bem colocados, mas quando chega depois no como? quem? e quando? Simplesmente se esquece, passa-se por cima. Há alguns setores, principalmente na área agrícola, onde se fala do problema da necessidade de rever a Previdência Social rural. Fala-se nisso no capítulo em que propõe melhorar a qualidade em termos de educação, a capacidade do nosso agricultor. Mas, quando chega na Previdência Social isso é totalmente omitido, quer dizer, não houve nenhuma coerência. Assim, teríamos uma porção de questões.

**O SR. MARCELO LARA** — Uma observação.

Há um ponto trivial que merece ser repetido. Como o Pêrsio disse, é um Plano de Governo. As partes setoriais são responsabilidade dos ministérios. Como V. Exª já foi Secretário de Ministério, sabe muito bem disso, e a autonomia e o poder que tem a SEPLAN de interferir e mudar totalmente a contribuição de cada ministério não é tão grande, porque isso envolve uma negociação às vezes

muito complicada, delicada, política. Infelizmente, a responsabilidade pela parte setorial cabe ao ministério setorial encarregado. Isso dificulta muito, inclusive a parte operacional, porque muitas vezes as contribuições vêm em cima do prazo. Com relação à uniformização, na tentativa de homogeneizar o documento, distribuímos previamente aos ministérios uma sugestão de roteiro, de como deveria ser encaminhada cada parte. Evidentemente, que a preocupação houve, inclusive antes, de nossa parte ao distribuir esse roteiro. Mas, infelizmente, o momento era realmente extraordinário e nós temos que compreender que muitos desses ministérios não tiveram simplesmente tempo, uma equipe, condição de fornecer um documento que fosse suficientemente homogêneo em relação ao resto do plano.

Como disse o Pêrsio, a parte da SEPLAN fundamentalmente de nossa responsabilidade direta é a primeira parte que envolve os aspectos macroeconômicos, que foram tratados aqui anteriormente.

**O SR. PÊRSIO ARIDA** — Gostaria de retomar a questão da coerência. Existe claramente um ou mais capítulos setoriais que podem ser mais detalhados ou menos detalhados, mas é fundamental que se assegure a coerência em face do desenho global. O desenho global é um desenho que prevê taxa de crescimentos razoavelmente elevados, embora ainda inferiores à média histórica observada no pós-guerra, com uma ênfase bastante forte nas questões de eficiência e nas questões dos chamados programas sociais. Também, faz parte do desenho básico a idéia de que o desenvolvimento econômico não vai ser mais liderado pelo Estado. Nesse sentido há uma diferença marcante entre esse primeiro PND da Nova República e o II PND.

Então, é muito importante — e peço a sua avaliação — que, deixando de lado a diferença de qualidade, de profundidade e de detalhes entre os vários capítulos, eu lhe pergunto: e se houver alguma divergência na concepção das várias partes setoriais em face desse desenho mais básico? Ai, essa divergência, a meu ver, é séria. Se um capítulo do Plano tiver mais detalhes ou mais concisão do que o outro, não é tanto grave — claro que o ideal seria que todos tivessem o mesmo grau de concisão e detalhes. Simplesmente é o resultado dos detalhes de grau de elaboração dos vários ministérios. O que não pode haver é divergência, a nível da concepção mais básica, da imagem que se pretende dar da economia brasileira daqui para a frente.

Um exemplo a V. S<sup>a</sup>: se na primeira parte consta que o desenvolvimento não vai ser mais liderado pelo Estado, e nos capítulos que se referem à indústria têm-se a idéia de que se espera o desenlace de investimentos públicos, e que o investimento privado vai ser caudatário dos investimentos públicos, temos, então, uma contradição que obviamente invalida o documento.

Nesse sentido, coloco a V. S<sup>a</sup> uma avaliação do critério de cõlcha de retalhos, não à luz de eventuais divergências — porque o documento foi feito com as contribuições do Governo inteiro —, mas à luz das divergências substantivas que existiriam entre as várias partes e a concepção básica inicial. A não ser que exista um poder autocrático, é impossível que ele seja perfeitamente uniforme.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** — Não vou discutir muito o problema até em homenagem ao trabalho que vem sendo desenvolvido na área econômico-financeira do Governo. Eu acho que merece esse voto de confiança e essa homenagem. Apenas acredito que houve displicência por parte de uma série de ministérios na elaboração do documento, pois há alguns pontos que passarão a influir, com certa seriedade, o programa geral. Por exemplo, se no diagnóstico geral, na primeira parte, o Ministério do Planejamento chegou à conclusão de que o problema estrutural da Previdência Social é sério — pelo menos isso está escrito — e de que os déficits, quaisquer que sejam os critérios adotados, serão grandes e crescentes —, é uma frase que está no documento — evidentemente que na hora em que abro o capítulo Previdência Social, eu preciso ver qual é a reformulação do sistema de Previdência Social que irá ser feito, e não está previsto, a não ser de uma forma, assim, muito genérica, como a Bíblia que, qualquer coisa acaba dentro se formos bastante generosos. Como também o setor agrícola, que é um setor bastante sério. Quando se fala

que o problema fundamental para a estabilização dos preços é o problema da recomposição dos estoques privados, pode ser, mas não será, provavelmente, pois teremos outras razões. Ou quando se fala da necessidade de crescer em 6% ao ano para compatibilizar com o crescimento geral, está perfeito. Mas, objetivamente, não conseguimos ver como iremos chegar a esses 6% de crescimento. Digo isso porque todos os planos anteriores tiveram esse mesmo objetivo, todos.

Mas, de qualquer maneira, apenas levanto essas questões. Espero que os Ministérios, nas próximas vezes, levem mais a sério o I PND, considerem-no um documento fundamental, já que ele é aprovado pelo Congresso, mas não como os PND anteriores. Muitos deles eram a provados e não se sabia nem o porquê desses documentos. E vamos dar o nosso voto de confiança em homenagem à excelente equipe econômico-financeira que o Governo tem hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Horácio Ortiz.

**O SR. HORÁCIO ORTIZ** — Em primeiro lugar, queremos cumprimentar a equipe econômica do nosso Governo e, particularmente a profundidade e a sinceridade com que eles vieram a esta comissão, para esclarecer aos Srs. Senadores, e Srs. Deputados sobre esse nosso I PND.

Queríamos dizer que realmente um Plano desse tem uma fixação de linha genérica como todos nós reconhecemos. E a execução do plano, paulatinamente, pode ser modificada, as metas serem atualizadas — essas metas parcialmente dos objetivos serem melhoradas com essa atualização anual. Mas, eu estou preocupado e quero aproveitar essa oportunidade da presença dos economistas, para transmitir ao Governo, ao Executivo, alguns aspectos essenciais, nessa execução de medidas complementares ao nosso Plano econômico. E nós achamos que realmente todo esse enorme esforço do Presidente José Sarney para a estabilização econômica do nosso País exige um sacrifício, uma participação de todos. Na execução orçamentária há uma série de medidas que têm que ser esclarecidas perfeitamente. Acho que uma primeira providência, é uma mudança da mentalidade administrativa de todo o Poder Executivo. Para esquecermos aquele drama do passado, que era um sistema inflacionário, praticamente havia aquela mania de Brasil potência, em que anualmente aumentava as metas para todas essas empresas estatais. Isso gerou praticamente a formação de uma verdadeira ciranda de empréstimos externos. E, hoje lamentavelmente estamos com grandes dificuldades para pagar. Há ainda hoje nessas estatais certas diretorias que mais se preocupam com as metas e não com a produção da estatal. Então sugerimos ao Ministro Dilson Funaro, quando esteve em Plenário, que as próprias diretorias dessas grandes estatais — como por exemplo as da SIDERBRÁS — tivessem uma diretoria executiva, que exigiria que a empresa fosse produtiva, e tivesse uma auto-suficiência financeira, e uma diretoria para estudar as eventuais ampliações e os empréstimos. Quero citar aqui o caso da USIMINAS que, praticamente, levou meia dúzia de anos para a sua implantação e não está completa a sua implantação, e das 3 milhões de toneladas já se prevê uma ampliação para 4 milhões de toneladas de aço. Isso gera uma preocupação mais em obtenção de recursos, mais em obtenção de grandes projetos e grandes obras de ampliação. Então, Essas empresas, como é o caso da COSIPA, de todas essas siderúrgicas, geraram uma enorme concentração de capitais do Governo, e de dívidas externas que achamos devem merecer grande preocupação do nosso Governo, para não se repetir os erros do passado.

A mesma coisa aconteceu com a Ferrovia do Aço e com o Acordo Nuclear. A NUCLEBRÁS, por incrível que pareça, é uma empresa que deveria, por seus produtos, dar rendimentos e ser auto-suficiente mas com esses contratos de empréstimos do exterior — temos ainda 30, 40 bilhões que ainda — se não tomarmos providências, serão consumidos nesse absurdo acordo nuclear.

Mas, esse era o primeiro ponto que quero recomendar: que essas empresas estatais fossem rigorosamente acompanhadas em seus planos e que suas operações tivessem um controle objetivo para que não fossem extraordinariamente deficitárias como o são hoje.

O segundo aspecto — estamos preocupados —, e aqui não temos um detalhamento completo, é que o Governo deve fazer um esforço muito grande contra a desnacionalização.

Eu, como engenheiro e Presidente do Sindicato dos Engenheiros em São Paulo, por muitos anos, estou preocupado com certas medidas iniciais do nosso Governo, que não se justificam em desfavor da engenharia nacional. Eu diria, por exemplo, que aqui, no próprio Distrito Federal, estão promovendo estudos para a criação da linha do metrô do Distrito Federal através de planos e contratos com empresas de engenharia estrangeira, quando temos absoluta capacidade para planejamento integralmente nacional nessa área de transportes rápidos urbanos.

Temos outro problema seriíssimo: os projetos de irrigação deste Plano importante do nosso Governo, existem umas cláusulas que estão exigindo a participação de empresas estrangeiras, que achamos que têm que ser eliminadas. Nós temos absoluta capacidade de exercício da engenharia nacional em toda e qualquer obra de irrigação, o que achamos importantíssimo.

Em terceiro lugar, queria a opinião dos nossos ilustres economistas sobre estes aspectos que achamos que não estão suficientemente claros, mas acho que é uma política nova que terá de ser implantada pelo nosso Governo.

Em terceiro lugar, um outro ponto do vazamento da nossa economia, grandes prejuízos, têm sido esses contratos de arrendamento de equipamentos do exterior, particularmente na PETROBRÁS e na SUNAMAM, mas particularmente na PETROBRÁS, tenho pedido em toda a oportunidade que os Ministros de Minas e Energia vêm aqui ao Congresso Nacional — e isso já faço há 5 ou 6 anos — providências contra uma medida que foi implantada há 15 anos no sentido de que a PETROBRÁS saísse a perfurar petróleo em território estrangeiro. Temos cerca de 10 ou 12 países: Iêmen, Moçambique, Colômbia, China. A PETROBRÁS mantém contrato de risco em que o risco é o do dinheiro nacional, dinheiro reduzido do brasileiro, que é aplicado nesses contratos no exterior, dando uma média de mais de 200 milhões de dólares aplicados no exterior, sem que nesses 15 anos nenhum barril de petróleo tenha vindo para o Brasil. Já fiz essa pergunta inclusive ao Dr. Beltrão, o último Presidente da PETROBRÁS, qual o dia em que chegou um navio trazendo um barril de petróleo extraído do exterior, a não ser aquele posto do Majnoon lá no Iraque, em que a PETROBRÁS perfurou, localizou um posto enorme, e que os iraquianos, evidentemente, nos mandaram embora sem praticamente ganharmos nada. Então, esse é um ponto importantíssimo em que esses furos da nossa economia devem ser tapados, para que a reconstrução da nossa economia se faça através do exame detalhado desses pontos em que estamos sofrendo prejuízo. O caso desses subsídios, também, que eu me preocupe. O problema do trigo, nós sabemos que há uma superprodução mundial, mas não vejo. Então, deve ser analisada com detalhes essa participação e uma forma de estimular nossa agricultura porque o produto de produzir trigo deve ser semelhante a produzir soja. E nós temos uma capacidade de produção grande no País todo e poderíamos diminuir, através de uma produção intensiva racional e uma associação com o consumo de soja, para a população nacional, esse déficit que é muito grande. Então, são esses pontos que eu gostaria de abordar.

**O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA** — Eu gostaria de fazer algumas observações sobre alguns dos pontos.

O tempo está esgotando. Então, eu vou ser muito rápido.

Na questão dos projetos das estatais, desde o início da administração, nós temos procurado analisar todos os investimentos que estavam sendo feitos. Instituímos comissões para estudar cada um desses projetos que, de modo geral, eram tidos como os elefantes brancos da administração e vários deles foram desativados, outros reduzidos no seu ritmo. Isso já foi feito ao longo do ano passado. Existe, agora, a necessidade de qualquer novo projeto, de qualquer estatal que inicie, a partir de um volume de recurso muito pequeno, ele necessita ter um aval do ponto de vista da administração direta, perdendo uma parte de sua autonomia em termos de início de obras. Isso foi importante, exatamente para evitar que ocorressem outros eventos como ferrovia do aço e coisas

de outro tipo. Isso foi feito, vários projetos foram desativados, outros paralisados e outros reduzidos no seu ritmo. Nós temos o interesse de que esse segmento do setor estatal, das empresas estatais sejam equilibrados e elas já teriam sido o ano passado, houve um pequeno déficit, se não fosse a contenção de tarifas. Já houve uma redução efetiva de despesas e a contenção de despesas que ainda pressionou, em termos de receitas esses segmentos. Mas se desativaram vários projetos e se reduziu o ritmo de outros.

Além disso, todas as empresas, hoje, para demandarem os recursos do Tesouro, e algumas delas dependem, de fato, do Tesouro, porque não são produtivas, no sentido mais amplo, são quase reproduções da administração direta, mas sempre que necessitam de recursos do Tesouro há necessidade de que passe por uma auditoria operacional. Essa auditoria operacional visa verificar o problema de pessoal, a estrutura de custos o que tem permitido que, efetivamente, tenhamos conhecimento melhor das empresas e uma avaliação mais correta do seu perfil de crescimento no futuro. Isso tem sido feito em várias empresas através de auditoria privada, inclusive; vários segmentos do setor privado têm feito auditorias para as administrações, para o Governo, para a Secretaria de Planejamento.

Do ponto de vista dessas obras, nos quais entram os segmentos estrangeiros, V. Ex<sup>a</sup> citou o caso da irrigação. São projetos que têm financiamento do Banco Mundial e nos quais esse financiamento ele obriga a que nós tenhamos uma concorrência internacional. De modo geral, as empresas nacionais em todos esses casos têm ganho as concorrências, mas aí é uma questão de opção: se nós tivermos interesse de fato, contarmos com recursos do Banco Mundial, em alguns casos vale a pena e em outros não, nestes segmentos que o Banco Mundial apóia nós temos a necessidade efetiva de abrir a concorrência internacional.

**O SR. HORÁCIO ORTIZ** — Com licença. Eu quero esclarecer o seguinte: não que seja proibida a participação internacional, mas nos editais estão colocadas cláusulas de que é necessária uma participação de uma empresa coligada internacional. Isso é o que nós achamos que não é necessário.

**O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA** — Aí, nós precisaríamos estudar. Não teria sentido isso. Uma coisa é ter de abrir a concorrência, também, às empresas estrangeiras e outra é que elas obrigatoriamente tenham de entrar. Quer dizer, se houver essa situação é uma distorção completa de uma situação de privilégios de um setor. Quer dizer, nós teríamos de privilegiar o nacional. Se, eventualmente, houver cláusulas que nós tenhamos de dar, também, oportunidade aos estrangeiros é diferente de obrigar os estrangeiros de participar. Com isso nós verificaremos e acho que não tem o menor sentido essa situação.

**O SR. PÉRSIO ARIDA** — Eu gostaria de fazer dois comentários. O primeiro quanto à questão da PETROBRÁS que V. Ex<sup>a</sup> mencionou e depois, um ponto mencionado anteriormente, sobre a taxa de crescimento dos 6%.

Com relação à PETROBRÁS, o fato é que vários contratos assinados no exterior, não sei mencionar as datas deles, prevêm cláusulas onde o petróleo extraído é, compulsoriamente, vendido ao que seria estatal ou responsável pelo País em questão. Então, não se surpreende, pois nunca chega um barril de petróleo aqui, porque ele é compulsoriamente vendido.

Eu diria que, em alguns casos, o contrato em si não é necessariamente ruim, não é meu interesse defender os contratos da PETROBRÁS no exterior, mas se o custo esperado da prospecção for menor do que o barril, mesmo que não haja venda ao Brasil, pode ser uma boa operação em termos comerciais.

**O SR. HORÁCIO ORTIZ** — A 12 ou 13 dólares o barril aqui, eu acho que isso é porque surgiu há 15 anos atrás, também a preço baixo, eu acho um absurdo, e uma situação difícil como essa deveria ser imediatamente suspensa.

**O SR. PÉRSIO ARIDA** — Eu não tenho dúvida de que a queda internacional do preço do petróleo vai forçar uma revisão drástica do problema de petróleo,

tanto interno quanto aos investimentos da PETROBRÁS no exterior, eu não tenho dúvidas.

Eu gostaria de fazer um comentário sobre a taxa de crescimento de 6%, que mencionada anteriormente aqui. Os 6% não saíram da cartola. Não é um número mágico de 6%, porque se fosse para escolher um número o ideal seria o número 7, que é a taxa de crescimento histórica do País.

Os 6% saíram de um modelo de simulação da economia brasileira que, como todo modelo de simulação é imperfeito, mas, sempre representa uma probabilidade de acerto maior do que o mero chute ou palpite pessoal. Os 6% são a taxa média de crescimento ao longo do período de 1985 e de 1989. O plano tem sido criticado por ter sido excessivamente conservador, uma vez que já se verificou de saída que foi 8,5%, mais de 8,5% já no ano de 1985. De modo que 6% é a taxa média; o plano já previa uma taxa maior do que a média, de ordem de 7,7,5 para 1985, mas a taxa média está estimada em 6%, taxa média ao longo do período.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** — Eu até acho que esta taxa, embora a taxa histórica não tenha atingido este nível, mas num esforço que se faça em direção a uma política de produção agrícola, e eu falei como ex-Secretário do maior estado produtor do País, eu acho possível. Eu acho que nós devemos adotar uma rigorosa política de produção no sentido de conseguir até taxas bem maiores do que isto. Agora, o que eu não vejo, e isto me preocupa, é nenhuma atitude caminhando nesta direção, salvo intenções corretas do Governo em fazer isto. Eu diria mesmo, e é claro que isso é subjetivo, mas existem forma de haver isto e eu vi esta declaração ontem de um ex-vice-Presidente da Comissão de Agricultura do MDB, ontem ainda, ser declarado isto, que não se observou na área do Ministro da Agricultura, nos últimos 12 meses, nenhuma movimentação positiva no caminho de se observar alguma reformulação para melhor atuação do setor agrícola, salvo os órgãos do setor econômico financeiro, é que procuram, às vezes, uma outra política, ou acionar uma outra variável nessa direção. Mas em profundidade, para mexer na estrutura agrícola, e quando falo em estrutura agrícola, eu não estou falando em reforma agrária, estou falando uma coisa bem mais ampla, para mexer na estrutura agrícola, para que ela desenvolva esse potencial que V. Ex<sup>a</sup> mesmo falou, em colocações anteriores, esse potencial, essa necessidade dessa vocação que nós temos, não se vê nada nessa direção. Isto preocupa, entende.

**O SR. PÉRSIO ARIDA** — Só dois comentários nesse sentido. Primeiro a indexação de preços mínimos, ainda adotado antes da reforma monetária, claro, emitiu um passo importante no sentido de suporte. Segundo, gostaria de comentar o ponto que a inflação tem um efeito absolutamente fatal para a agricultura, que é o seguinte: juro para a agricultura de correção mais três, para o economista desavisado é um juro subsidiado que, afinal, juro de mercado é correção mais 30, e o agricultor paga correção mais de 30 é juro subsidiado. O que acontece com a inflação alta, a volatilidade de preço fica maior. Todos nós sabemos que com inflação alta você não sabe o preço de nada, quer comprar uma caixa de fósforo vai de cobrar 500 cruzeiros, mil cruzeiros, dois mil cruzeiros, você começa a perder noção do que são os preços.

Essa volatilidade de preços, para um setor que já é naturalmente, por forças naturais, sujeito a preços voláteis, que é o caso da agricultura, é fatal, quer dizer, sobre o regime não inflacionário, uma taxa de 3%, quando a taxa de mercado é 30%, é bom estímulo na agricultura, sob o regime inflacionário uma taxa de correção mais de 3% contra uma taxa de mercado de correção mais de 30%, se a inflação está em 300% é uma situação muito adversa para a agricultura.

**O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA** — Se não tivesse havido a quebra da safra, uma coisa fora do controle, a área plantada e a área colhida, provavelmente em 86, já seria maior do que 85 e já tinha sido uma boa safra. Embora não tivesse havido uma grande reformulação na política agrícola: as determinações em níveis mais remuneradores e VBC e preços mínimos e a extensão da correção monetária por mais dois meses, de fato representar um estímulo aos produtores que reagiram imediatamente.

O que se percebe é que a agricultura é muito apta em reagir a isso. E nós queríamos exatamente uma estabilidade maior de preços, o mínimo de garantia aos produtores.

**O SR. REINHOLD STEPHANES** — Não, evidente que a estabilidade de preço é fundamental para que o agricultor possa planejar uma boa produção. A influência da taxa de juro também é correta. O meu receio é que continuem só na área econômica e financeira pensando nesses instrumentos, quando existem problemas estruturais bem mais profundos, por exemplo, a produtividade é um problema seriíssimo dentro da agricultura brasileira e pouco está se caminhando na direção em se alterar isto, e outras questões de investimento na propriedade agrícola, porque o que tem se usado muito é a política da verba de custeio, quer dizer, do financiamento e do investimento. Eu já vi declarações, se não me engano, do próprio Ministro da Fazenda a favor disso, que isso merece os meus aplausos, mas não vi nenhum caminho do próprio Ministro da Agricultura nesta linha, ou uma atitude mais completa. Então eu acho que existem coisas bem mais fundamentais que a gente gostaria de ver.

Não volto mais a palavra Sr. Presidente. Agradeço o esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora)** — Concedo a palavra, ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Virgildásio de Senna)** - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, em primeiro lugar quero louvar a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, e com sua experiência parlamentar de homem público trouxe à Comissão, e à Casa, e particularmente ao Relator, a presença dos técnicos e políticos que aqui vieram, Dr. Francisco Vidal de Luna e, de modo também muito particular, o Dr. Pêrsio Arida, representando o Sr. Ministro, Dr. Macedo Lara, enfim esta equipe que o Sr. Ministro do Planejamento, a quem peço estender os agradecimentos em meu nome pessoal e em nome da liderança do meu Partido, pela pressurosa e rapidez com que atendeu à nossa convocação, de tal modo que pudéssemos nós, Relator da matéria, pudesse a Comissão de um modo geral aprofundar alguns dos aspectos, algumas das dúvidas, dirimi-las em tão curto espaço de tempo.

As observações do nobre Deputado Pratin de Moraes, que é um nome sempre ouvido com muito respeito, assim no Plenário, como na Comissão de Economia, onde ele desenvolve uma atividade sobremodo meritória, me parece foram todas aclaradas. No substantivo, as objeções de S. Ex<sup>a</sup> diziam respeito à incompatibilização entre o plano financeiro, recentemente instituído pelo Governo, em 28 de fevereiro, e a perspectiva do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. Parece a mim e à Casa teve disso uma perfeita noção, de que os documentos são ambos consistentes, convergentes e que um complementa e tipifica uma política estabelecida já anteriormente, e da qual o Plano de Estabilização Econômica, decorrente da visão geral do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico para o triênio que teremos que enfrentar. Isso me parece a coisa mais importante, a objeção mais significativa levada ao nosso conhecimento pelas discussões travadas na Comissão.

Creio, Sr. Presidente, que esse assunto ficou claramente — e é possível fazer a Comissão um ente de razão — de que esta incompatibilização, que este confronto, que esta dicotomia de fato não existe entre o Plano de Estabilização Econômica e o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.

Os assuntos seguintes eram mais ligados a motivos tópicos, não envolvendo a filosofia geral do plano, as avenidas que vai percorrer ao longo dos anos. Eram assuntos mais ligados, na minha visão às explicações relativas ao déficit público neste instante, no exato momento em que foi baixado o decreto-lei que mudou a economia nacional. Assim, me parece que as informações foram trazidas acerca de subsídio. Quando olhado corretamente encontrarão já o orçamento da República com a transparência pela primeira vez, talvez em nossa história contemporânea, já embutido no orçamento os recursos necessários ao atendimento do déficit e não um novo orçamento monetário, tal como antigamente era praticado, exatamente ao arripio da sociedade e ao desconhecimento total do Congresso Nacional. Parece que esse assunto ficou também esclarecido.



As observações do nobre Deputado Reinhold Stephanes, muitas delas procedentes, me pareciam que se ligavam mais ao problema de estilística, há uma falta de coesão do material apresentado. Mas, de fato, hoje, alguma coisa de fundo, mais profundo, foi trazido ao conhecimento do relator e da Casa de que, por exemplo, me parece pertinente que algumas áreas não tiveram um desenvolvimento que dá a simetria entre os setores. À leitura mais atenta do documento, pareceu ao relator que é que naqueles setores em que o poder público, em que o Governo tem o controle de todos os meios foi possível descer a um detalhamento. Evidentemente que o setor de comunicações, onde o autofinanciamento garante a execução total de qualquer projeto, ele pode descer a detalhes maiores e dizer que se vai instalar 600 canais ou 135 mil telefones. Naqueles setores em que realmente o controle total de todos os meios foge, ainda, ao controle do Governo, as metas, os princípios, os objetivos é o que abrolha do documento. Ele não poderia descer — e ontem fizemos questão de assinalar isto — que um Plano Nacional de Desenvolvimento não é um quadro de fontes e meios nem pode ser nesse sentido considerado. Acho que o assunto, então, as observações pertinentes, seguras do nobre Deputado Reinhold Stephanes aclaram o relatório, nesse sentido, e confirma através da palavra dos senhores técnicos, aqui presentes, que não foi possível, em termos estilísticos, descer a uma harmonização total entre a forma, não o conteúdo, entre a forma com que trata um Ministério e outro. Todavia, não há conflitos flagrantes entre as diversas partes, o que não torna o documento inorgânico. Ele tem uma estrutura, ele tem uma unidade, eu diria que ele é uma geometria, porquanto o postulado inicial é obedecido em tudo mais que procede da análise e do trabalho consequente.

Por fim, Sr. Presidente, me parece que as observações contidas, todas elas nas ressalvas, serão objeto de nossa análise, serão discutidas com a Comissão, algumas são de natureza tópica; é a introdução aqui ou ali de reivindicações de natureza regional que me parecem não destoam do sentido geral do projeto.

Quero agradecer, mais uma vez, a contribuição dada pelos técnicos que aqui vieram e dizer ao nobre Presidente que nos esforçaremos para que os prazos regimentais da Casa sejam cumpridos.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Cabe-nos encerrar a reunião, mas não sem antes tecer alguns comentários a respeito. Realmente, o primeiro deles diria respeito à absoluta conveniência e pertinência que foi a vinda do Dr. Francisco Fical Luna, do Dr. Pêrsio Arida e do Dr. Marcelo Lara a este recinto.

Com o maior sentido de isenção possível, podíamos dizer que suas palavras amenizaram muitíssimo a sensação que nós temos e que dissemos, que realmente o II PND como nos foi apresentado pelo Poder Executivo,

mercê da pressa com que teve que ser formulado, poderia ser dividido em duas parcelas. A primeira, a da apresentação, está primorosa — opositorista, temos de reconhecer. Quanto às restantes, sim, pois vários argumentos aqui apresentados não nos convencem de que não poderia ter sido feita obra bem diferente, isto é, nós temos — como isto já só acontecer em tempos passados — a somatória de contribuições dos diversos Ministérios.

E por que assim dizemos? Há, efetivamente, atividades em que o elemento básico, o elemento propulsor — quase que o elemento dominante na locação de recursos, é justamente o Poder Público. Para essas, haveria realmente um diagnóstico: as diretrizes, os programas, metas quantificadas seja detalhadamente, seja globalmente, com os recursos suficientes. Mas até, por exemplo, a meta da Educação, em que prioritariamente, com os recursos dados ao Governo pelas universidades estaduais, federais e ao ensino de primeiro e segundo graus, constitucionalmente estabelecidos naquela alíquota, 13% graças à força de João Calmon, não se vê um número. Não vou falar da Previdência, aqui já tão discutida, porque a Previdência aqui já dissertou boas intenções e nada mais — a desburocratização foi uma brincadeira, e outros setores.

V. Ex<sup>as</sup> foram convidados aqui ante uma situação muito grave que se apresentava. No dia 31, o Senador Virgílio Távora havia que apresentar o seu relatório — era prazo fatal —, havia divergências e restrições por parte de vários membros desta Comissão, inclusive até se deveríamos ou não votar, e parece que a experiência política nos socorreu com a solução que era a ideal: V. Ex<sup>as</sup> dariam as suas informações. Surge-nos apenas topicamente — já é profissão antiga de engenheiro — a dúvida se esses dados do setor elétrico, que já está tão machucado, serão pelo menos respeitados quando da execução desse PND?

É a única pergunta que faremos, tornando a afirmar com respeito a quem fez esse Plano, que a apresentação é primorosa, mas o restante é uma somatória praticamente de contribuições de Ministérios que não seguiram uma mesma metodologia, alguns dignos de aplausos, e outros apenas dignos talvez de um pouco de comiseração. A pergunta se refere ao setor energético: são 531 trilhões alocados a este setor, dos quais 172 são justamente a parte do petróleo, e 309 a parte energética.

O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA — Na questão energética estamos revisando a parte dos investimentos no segmento do petróleo. Em função da queda do petróleo, estamos fazendo uma análise viva da situação, claro que levando em conta que esta queda de preços pode ser conjuntural, mas talvez no momento atual nós tenhamos que repensar os investimentos que estão sendo feitos na extração do petróleo, sem deixar de lado os in-

vestimentos em prospecção ou perfuração. Nós não podemos cometer o mesmo erro do passado, no sentido de aproveitar o momento de preços baixos para não investir neste setor. Talvez nós possamos deixar de lado, hoje, a extração, não concentrar recursos nesta área, mas continuar procurando. Esta é uma análise exaustiva que está sendo feita, e nos próximos dias deveremos ter um novo plano de investimentos no setor de extração de petróleo.

No setor elétrico, as metas aí estabelecidas estão sendo mantidas e existe um plano de recomposição do setor, inclusive do ponto de vista tarifário. Já houve uma recuperação a partir do PND, parte das metas de recomposição tarifária foi feita, existe um programa importante de recuperação com o Banco Mundial, de investimentos, pois o Banco Mundial vai aportar recursos consideráveis no setor, e uma das condições que ele estabelece é exatamente de que o setor seja auto-suficiente, que tenha uma vida financeira bastante estável — e estas continuam sendo as metas que o Governo persegue. Os números que aí estão para o período de 1986 a 1989. O PDG do setor elétrico já contemplava recursos suficientes para manter as metas já estabelecidas no ano de 1986. Esperamos que ao longo dos 4 anos do Plano, seja possível fazê-lo, no caso do setor elétrico.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Com toda a retenção tarifária que está havendo?

O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA — Não foi possível fazer a recuperação tarifária completa do setor elétrico que se estabelecia, e como havia sido acordado. Ao longo deste ano, já foi possível recuperar parte do nível de tarifas defasadas no período anterior. Mesmo com este nível de tarifas ainda um pouco depreciado em relação àquela expectativa de recuperação completa, nós acreditamos que seja possível manter as metas do programa energético.

O SR. PRESIDENTE (Virgílio Távora) — Senhores, agradecendo pela presença, damos por terminada a reunião. Mais uma vez, os agradecimentos ao Dr. Lara, os agradecimentos ao caro Dr. Luna e os agradecimentos ao Dr. Pêrsio por tudo que aqui permitiram de ensinamentos.

O SR. FRANCISCO VIDAL LUNA — Gostaria de agradecer a oportunidade de poder expor as idéias que nortearam este Plano, e de, em nosso nome e em nome do Ministro Sayad, que nos incumbiu de passar esses agradecimentos aos Srs. Parlamentares, colocar a SEPLAN sempre à disposição, a qualquer momento, para discutir o Plano Nacional de Desenvolvimento, o decreto de estabilização, ou qualquer assunto que possa merecer necessidade de informações por parte do Congresso ao Executivo. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 53 minutos.)

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA-SUPERFÍCIE

Anual	.....	Cz\$ 116,00
Semestral	.....	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	.....	Cz\$ 0 17

### SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA-SUPERFÍCIE

Anual	.....	Cz\$ 92,00
Semestral	.....	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	.....	Cz\$ 0 17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

# **CONSTITUIÇÕES DO BRASIL**

**2 volumes  
edição 1986**

**1º volume: (594 páginas) — Textos das Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações.**

**Texto constitucional vigente consolidado (Constituição do Brasil de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969 e as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nºs 2, de 1972 a 27, de 1985).**

**2º volume: (254 páginas) — Índice temático comparativo de todas as Constituições brasileiras.**

**Preço: Cz\$ 150,00**

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal. (Anexo I — 22º andar).**

**Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. (Brasília, DF — CEP 70160).**

**Atende-se também pelo reembolso postal**

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cz\$ 0,17**